



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

MARLON CORRÊA AMARAL

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A FORMAÇÃO INICIAL EM PORTUGUÊS LÍNGUA  
ADICIONAL (PLA): um estudo a partir de cursos de Licenciatura em Letras**

MARABÁ – PA  
2022

MARLON CORRÊA AMARAL

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A FORMAÇÃO INICIAL EM PORTUGUÊS LÍNGUA  
ADICIONAL (PLA): um estudo a partir de cursos de Licenciatura em Letras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Letras, sob orientação do Prof. Dr. Gilmar Bueno Santos.

MARABÁ – PA  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**  
**Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho**

---

A485p Amaral, Marlon Corrêa

Políticas linguísticas e a formação inicial em português língua adicional (PLA): um estudo a partir de cursos de Licenciatura em Letras / Marlon Corrêa Amaral. — 2022.  
119 f.: il.

Orientador(a): Gilmar Bueno Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET), Marabá, 2022.

1. Língua portuguesa. 2. Letramento. 3. Política linguística. 4. Linguagem e cultura. I. Santos, Gilmar Bueno, orient. II. Título.

---

CDD: 22. ed.: 306.44981

MARLON CORRÊA AMARAL

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A FORMAÇÃO INICIAL EM PORTUGUÊS LÍNGUA ADICIONAL (PLA): um estudo a partir de cursos de Licenciatura em Letras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Data de aprovação: Marabá, 02 de agosto de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Gilmar Bueno Santos  
Orientador – UNIFESSPA

---

Profa. Dra. Érica Alessandra Fernandes Aniceto  
Examinadora externa – IFMG

---

Profa. Dra. Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli  
Examinadora interna – UNIFESSPA

Às energias ancestrais que me  
acompanham e me dão sabedoria;  
À mamãe Leila Malcher Corrêa, que  
nunca mediu esforços para me dar  
educação;  
À vó Irene Malcher Corrêa, que nunca me  
abandonou e esteve forte para me ver  
Mestre.

## AGRADECIMENTOS

Escrevo esses agradecimentos com os olhos cheios de lágrimas e o coração cheio de emoção e gratidão. Ter escrito esta Dissertação foi muito, muito difícil! Depois de quase um ano e meio de um acidente que quase cerceou minha vida, eu, Marlon Corrêa Amaral, estou aqui para finalmente dizer um obrigado a todos e a todas que me fortaleceram nesse processo tão árduo que foi a pesquisa de Mestrado. Assim sendo, agradeço:

À minha família Corrêa, pelo amor e apoio concedido a mim, por ter me dado a mão desde quando resolvi entrar na empreitada dos estudos, especialmente à Mamãe e à Vó Irene, por sempre acreditarem na minha pessoa e nos meus sonhos.

Ao meu noivo, Marcelo Brendo, por ter me encontrado nesse mundo e segurado a minha mão, apoiando-me até aqui. Também à sua família, que abriu as portas de sua casa para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa com tranquilidade e segurança. Obrigado, família Costa Cardoso!

Aos amigos e amigas que cruzaram meu caminho durante esses dois anos, fortalecendo-me com palavras e energias positivas. Em especial, Hélio Dourado, Samantha Raissa, Anderson Lima, Sol Sousa, Vânia Morais, Benedita Braga, Dona Deusa e Louise.

À minha turma de Mestrado (POSLET 2020), em especial, aos amigos Emilly Coelho, Carmélia Farias, Yeda Nayara, Douglas Afonso – que me estendeu a mão todas as vezes em que precisei – e Valdimiro Rocha.

Ao meu orientador, Professor Doutor Gilmar Bueno Santos, pelas contribuições para minha formação como pesquisador.

Às Professoras Doutoras Érica Alessandra Fernandes Aniceto e Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli, pela leitura propositiva desta Dissertação e por terem aceitado participar da banca examinadora.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com quem pude contar com ricas discussões, sugestões e contribuições para minha pesquisa.

A todos os colegas pesquisadores e professores de Português Língua Adicional que encontrei durante o meu processo de inserção nessa área.

À FAPESPA, pela bolsa de estudos concedida.

“Éramos as cinzas e agora somos o fogo”  
**(Maxwell Alexander)**

## RESUMO

O Português como Língua Adicional (PLA) é uma área emergente que necessita de pesquisas e reflexões mais aprofundadas (SCARAMUCCI; BIZON, 2020). Por essa razão, analisa-se nesta Dissertação o perfil de cursos de formação inicial em Letras – Português como Língua Adicional de quatro universidades públicas brasileiras (UnB, UFBA, UNILA e UNICAMP), partindo do pressuposto de que são poucas as publicações sobre o Projeto Político Pedagógico desses cursos, bem como as informações sobre o percurso e desenvolvimento da área de PLA. O critério de escolha das universidades foi o fato de elas serem, no Brasil, as únicas a ofertarem a Graduação em Letras com essa Habilitação. Assim, de forma específica, objetivou-se mapear as Licenciaturas em PLA; averiguar a organização curricular, levando em consideração as suas especificidades; e discutir as políticas linguísticas, em se tratando do PLA, nas referidas universidades. A pesquisa está inserida no campo das teorizações sobre políticas linguísticas (SPOLSKY, 2004; SHOHAMY, 2006; DINIZ, 2012; ALENCAR, 2019), em interface com a Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), Antedisciplinar (PENNYCOOK, 2006) e Crítica (RAJAGOPALAN, 2006). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa-interpretativista, que teve seu corpus constituído a partir do Projeto Político Pedagógico dos referidos cursos; *e-mails* trocados com coordenadores, professores e pesquisadores da área; notícias; postagens em redes sociais; resoluções; editais e documentos de base disponíveis em *websites* sobre o PLA enquanto política linguística desenvolvida nas universidades. Os resultados mostraram que o perfil dos cursos de Letras – Português como Língua Adicional, no Brasil, torna-se singular a depender do registro de experiências que constituem a área, da localização geográfica da instituição e das concepções teóricas que fundamentam o ensino, a formação de professores e as ações de políticas linguísticas reais e/ou de fato desenvolvidas por eles. Acredita-se, portanto, que esta pesquisa apresenta significativas contribuições para a área da Linguística Aplicada, com ênfase no PLA, haja vista que traz para o cerne uma discussão bastante recente e com potencial inovador para os Estudos Linguísticos.

**Palavras-chave:** Licenciaturas. Português Língua Adicional. Política Linguística

## ABSTRACT

Portuguese as an Additional Language (PLA) is an emerging area that needs further research and reflection (SCARAMUCCI; BIZON, 2020). For this reason, this dissertation analyzes the profile of initial training courses in Portuguese as an Additional Language in four Brazilian public universities (UnB, UFBA, UNILA and UNICAMP), based on the assumption that there are few publications on the Political Pedagogical Project of these courses, as well as information on the course and development of the area of PLA. The criteria for choosing these universities was the fact that they are, in Brazil, the only ones to offer a Graduation in Languages with this qualification. Thus, specifically, we aimed at mapping the undergraduate courses in PLA; investigating the curricular organization, taking into account their particularities; and discuss the linguistic policies, as far as PLA is concerned, in the aforementioned universities. The research is inserted in the field of theories about language policies (SPOLSKY, 2004; SHOHAMY, 2006; DINIZ, 2012; ALENCAR, 2019), in interface with Indisciplinary (MOITA LOPES, 2006), Undisciplinary (PENNYCOOK, 2006) and Critical (RAJAGOPALAN, 2006) Applied Linguistics. From the methodological point of view, this is a documental research, with a qualitative-interpretivist approach, which had its corpus constituted from the Political Pedagogical Project of the referred courses; e-mails exchanged with coordinators, professors and researchers of the area; news; posts in social networks; resolutions; edicts and background documents available in websites about the PLA as a linguistic policy developed in universities. The results showed that the profile of the courses of Letters - Portuguese as an Additional Language, in Brazil, becomes singular depending on the record of experiences that constitute the area, the geographical location of the institution and the theoretical conceptions that underlie the teaching, teacher training and actual and/or de facto language policy actions developed by them. It is believed, therefore, that this research presents significant contributions to the field of Applied Linguistics, with emphasis on PLA, since it brings to the core a very recent discussion with innovative potential for Linguistic Studies.

**Keywords:** Undergraduate Studies. Portuguese as an Additional Language. Language Policy

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Relação da LA com outras disciplinas.....	20
<b>Figura 2</b> – Elementos constituintes da política linguística .....	29
<b>Figura 3</b> – Credenciamentos das Universidades Federais como postos aplicadores do Exame Celpe-Bras. ....	75
<b>Figura 4</b> – Divulgação do curso preparatório para o Celpe-Bras (NEPPE/UnB) .....	80
<b>Figura 5</b> – Notícia extraída da <i>homepage</i> da UnB.....	81
<b>Figura 6</b> – Notícia extraída da <i>homepage</i> da UNILA .....	82
<b>Figura 7</b> – Reportagem extraída do portal de notícias do G1 .....	83
<b>Figura 8</b> – Postagem da rede social do NuLi-UNICAMP .....	84
<b>Figura 9</b> – Trecho da resolução que dispõe sobre a Política Linguística Institucional .....	86
<b>Figura 10</b> – Níveis e ementas de cursos de PLA.....	88
<b>Figura 11</b> – Descrição do Curso de PLA para mulheres na UFBA .....	91
<b>Figura 12</b> – Notícia do ACNUR sobre aulas de PLA na UnB .....	92
<b>Figura 13</b> – Notícia vinculada no portal da imigração sobre o curso de PLA .....	93
<b>Figura 14</b> – Postagem de rede social sobre materiais didáticos específicos para PLAc.....	95
<b>Figura 15</b> – Página do cadastro do curso de extensão voltado para PLA .....	96
<b>Figura 16</b> – Página da descrição do curso de extensão voltado para PLA .....	96

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Universidades públicas que ofertam cursos de extensão em PLA por região .....	39
<b>Quadro 2</b> – Universidades públicas que ofertam Licenciatura, Núcleos de pesquisas e disciplinas voltadas ao PLA.....	40
<b>Quadro 3</b> – Dissertações e Teses desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação de universidades brasileiras no período de 2010 a 2020 .....	41
<b>Quadro 4</b> – Quadro síntese das Licenciaturas em PLA.....	60
<b>Quadro 5</b> – Disciplinas ofertadas no curso de Licenciatura em PBSL/UnB.....	63
<b>Quadro 6</b> – Disciplinas optativas ofertadas no curso de Licenciatura em LPLE/UFBA .....	66
<b>Quadro 7</b> – Disciplinas ofertadas na complementação em PL2/PLE/UNICAMP .....	68
<b>Quadro 8</b> – Ações de política linguística real/de fato desenvolvidas pelas universidades públicas .....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AILA	Associação Internacional de Linguística Aplicada
ALAB	Associação de Linguística Aplicada do Brasil
CBLA	Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada
CELPE-Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
COLI	Comissão para a Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua
CONSIPLÉ	Congresso Internacional da SIPLÉ
CPLI	Congresso de Português Língua Internacional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
L1	Primeira língua
L2	Segunda língua
LA	Linguística Aplicada
PLA	Português Língua Adicional
PLERJ	Encontro de Português Língua Estrangeira do Rio de Janeiro
PPPLE	Portal do Professor de Língua Estrangeira/Língua Não Materna
SINCELPE	Simpósio Internacional CELPE-Bras
SINEPLA	Simpósio Internacional Sobre o Ensino de Português como Língua Adicional
SIPLÉ	Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira
VOC	Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>LINGUÍSTICA APLICADA E SUA INTERFACE COM AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS</b> .....	17
2.1	BREVE PERCURSO DA LINGUÍSTICA APLICADA .....	17
2.1.1	<b>Percurso e desenvolvimento da Linguística Aplicada no Brasil</b> .....	22
2.2	UMA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA .....	26
<b>3</b>	<b>PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL NO BRASIL</b> .....	32
3.1	HISTORICIZANDO O PLA .....	32
3.2	POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL .....	36
3.3	A CONSOLIDAÇÃO DO PLA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS .....	38
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	43
4.1	POR QUE O INTERESSE EM PESQUISAR AS LICENCIATURAS EM PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL? .....	43
4.2	CONTEXTO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO .....	44
4.3	<i>O CORPUS</i> : GERAÇÃO DE DADOS .....	45
4.4	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	46
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	49
5.1	PERFIL DOS CURSOS DE LICENCIATURAS EM PORTUGUÊS LÍNGUA ADICIONAL .....	49
5.2	O CURRÍCULO DOS CURSOS DE LETRAS – HABILITAÇÃO EM PLA ...	61
5.3	AS AÇÕES DE PLA COMO POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS .....	71
5.3.1	<b>Política Linguística oficial: o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras.</b> .....	72
5.3.2	<b>Política Linguística real/de fato: oferta de cursos de PLA</b> .....	78
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	98
	REFERÊNCIAS .....	101
	ANEXOS .....	108

## 1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos em Português como Língua Não Materna está se fortalecendo no panorama da Linguística Aplicada no Brasil. Apesar de sua gênese recente, observa-se, nos últimos onze anos, uma crescente demanda de pessoas que buscam aprender o português como língua estrangeira/segunda e/ou língua/adicional, a saber, grupos de estudantes estrangeiros intercambistas em universidades públicas no país, imigrantes em crise, surdos e indígenas.

Visando contribuir com essa temática, realiza-se nesta Dissertação um estudo de mapeamento da oferta de cursos de Licenciatura em Letras – Português como Língua Adicional (doravante PLA) em quatro universidades públicas brasileiras, caracterizando-os a partir do perfil do egresso, tipo de curso ofertado e organização curricular. Apoiando-se na discussão a respeito das políticas linguísticas, busca-se sobretudo colaborar com a formação inicial de professores de Português como Língua Não Materna e com a observação das singularidades apresentadas por cada curso.

O percurso desta pesquisa se inicia em 2020, com a criação de um grupo de estudos cujo principal objetivo era aproximar os pesquisadores das discussões teóricas concernentes ao PLA, que até então pouco se conhecia. À medida em que os encontros aconteciam, o coordenador do grupo sugeriu que fosse realizado um estudo no âmbito da Linguística Aplicada, com foco no Português como Língua Adicional, proposta que foi aceita pelo autor desta Dissertação. Em vista disso, sentiu-se a necessidade de cursar uma disciplina, de caráter optativo, intitulada *Ensino/Aprendizagem do Português como Língua não Materna*<sup>1</sup>, a partir da qual os horizontes para a pesquisa em PLA foram se expandindo.

Foi então a partir do grupo de estudos e do programa dessa disciplina que a proposta de pesquisa se estruturou, levantando a seguinte questão: há uma grande demanda do ensino de PLA nas universidades públicas brasileiras, logo, necessita-se de professores específicos para a área.

---

<sup>1</sup> A disciplina teve como objetivo proporcionar reflexões sobre o desenvolvimento das Políticas Linguísticas voltadas para o ensino/aprendizagem de Português como Língua Não Materna em contextos nacionais e internacionais, a partir de uma interface com os conceitos de política linguística; ensino/aprendizagem de Português como língua estrangeira, língua adicional e língua de acolhimento no cenário mundial e brasileiro; exames de proficiência em Português para estrangeiros; levantamento e análise de materiais didáticos para Português como língua não materna.

Nesta perspectiva, foi observado que ser falante nativo de português, com ou sem formação universitária, não era mais suficiente para suprir a demanda do ensino de PLA. Agora, o professor necessita de uma formação mais ampla, carregada de outros conhecimentos, para ensinar português a falantes que não o possuem como sua primeira língua.

Ratifica-se, assim, os fatores que motivaram esta pesquisa acerca das ofertas de Licenciatura em Letras que formam professores de Português como Língua Não Materna, sublinhando as quatro universidades públicas brasileiras oferecem essa formação. Esses cursos se propõem a instruir professores e pesquisadores de maneira profícua, com acesso a postos oficializados e à investigação científica, refletindo e produzindo conhecimento nesses espaços acadêmicos e com os indivíduos que neles se encontram (SCARAMUCCI, 2012; CAVALCANTI, 2013).

Dentre alguns trabalhos já realizados sobre essa temática, destaca-se a Dissertação de Mestrado de Mendes (2014), que procurou compreender o processo de formação inicial de professores de PLA e como é importante (re)pensar o percurso formativo desses profissionais, a fim de realizar um trabalho de qualidade com um público interessado em aprender o português.

É importante frisar que muitas pesquisas ainda estão em desenvolvimento, buscando investigar como se ensina e aprende o Português como Língua Não Materna, as estratégias de formação e os conhecimentos já produzidos na área, de modo a beneficiar professores e/ou futuros professores de PLA através de programas e cursos para a formação inicial e/ou continuada.

A demanda cresce entre os grupos de pessoas que são estrangeiras e vivem em contexto brasileiro – imigrantes, refugiados, entre outros. Por isso, a oferta de cursos de PLA em universidades e programas de formação de Pós-Graduação é de suma importância para que se movimente políticas linguísticas a respeito desse ensino específico de português.

Esses cursos de Graduação encontram-se, especificamente, na UnB, com o curso de Letras Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL); na UFBA, com o curso de Letras Vernáculas – Português Língua Estrangeiras; na UNILA, com o curso de Letras – Espanhol e Português Língua Estrangeira; e na UNICAMP, com o curso de Letras – Habilitação em Português como segunda Língua/Língua Estrangeira, na modalidade complementar.

A Dissertação está organizada em quatro seções. A primeira retrata o percurso histórico da Linguística Aplicada no Brasil, desde seu início até a contemporaneidade, bem como sua interface com as políticas linguísticas; a segunda mostra o cenário do Português como Língua Adicional, seu desenvolvimento e consolidação nos espaços acadêmicos e também como essa área impulsiona reais políticas sobre o uso da língua; na terceira seção, descreve-se a metodologia da pesquisa, explicitando o interesse na área de PLA, contexto e o trajeto metodológico, o *corpus* e a geração de dados e, por fim, os procedimentos de análise; a quarta seção dedica-se à análise dos dados, descrevendo o perfil de cada Licenciatura em PLA mapeada, a estrutura curricular e as ações de política linguística desenvolvidas pelos cursos. Encerra-se com as considerações finais e as referências bibliográficas.

## **2 LINGUÍSTICA APLICADA E SUA INTERFACE COM AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

Este capítulo tem por finalidade discorrer sobre o percurso histórico da Linguística Aplicada, versando principalmente acerca do seu crescimento em ambiente internacional e nacional e sobre como ela se concretizou enquanto ciência autônoma a partir da Linguística Geral. Além disso, abordando a teoria contemporânea desse campo de pesquisa, faz-se também uma relação entre a Linguística Aplicada e as políticas linguísticas, haja vista que essas são as bases teóricas para o desenvolvimento da pesquisa.

### **2.1 BREVE PERCURSO DA LINGUÍSTICA APLICADA**

Pensar nos estudos em Linguística Aplicada (doravante LA) requer inicialmente a compreensão de que a faculdade da linguagem apresenta um papel importante na comunicação dos indivíduos em sociedade. É por meio dela que os pensamentos são organizados e externalizados, viabilizando a comunicação entre os sujeitos. Destacam-se, nesse sentido, as contribuições de Ferdinand de Saussure, em meados do século XX, linguista que definiu um objeto de estudo para a Linguística, viabilizando a sua inserção no rol das ciências. Em razão disso, difundiram-se as pesquisas cujo objeto é a língua(gem), o qual tem sido abordado sob diferentes perspectivas ao longo do tempo.

Dentre essa diversidade de abordagens, destacam-se aquelas em que se constitui como foco a resolução de problemas reais de uso da linguagem. É neste contexto que surge a LA, sendo concebida, a princípio, como uma subárea dos estudos linguísticos. Entretanto, de acordo com os estudos mais recentes, ela é definida como um campo que possui um caráter trans/inter/indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), antidisciplinar ou transgressiva (PENNYCOOK, 2006) e crítico (RAJAGOPALAN, 2006), pois seu modo de investigar envolve outras áreas do conhecimento, objetivando a compreensão de questões relacionadas às línguas. Esses conceitos perfazem a LA contemporânea, e para melhor compreendê-la, faz-se necessário um breve percurso do seu surgimento e desenvolvimento.

O surgimento da LA se dá em meados da década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Esse campo de investigação chega para suprir a

necessidade de comunicação eficiente entre indivíduos de diferentes idiomas no período de guerra. À época, alguns linguistas dedicavam-se às urgências no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

O ano de 1948 estabelece a LA como disciplina acadêmica, “quando foi publicada pela primeira vez a revista *Language Learning: A Quarterly Journal of Applied Linguistics*” (SCHMITZ, 1992, p. 216). O conteúdo da revista discutia a aplicação de métodos linguísticos para a resolução de problemas relacionados à linguagem.

Em 1958, surge a primeira academia de LA, em Edimburgo, na Escócia, destacando-se nomes de pesquisadores importantes para a área em ascensão, tais como, Davies, Widdowson e Pit Corder, sendo este último o escritor de *Introducing Applied Linguistics*, famosa obra<sup>2</sup> sobre LA. É neste contexto também que, em 1964, presencia-se a criação da Associação Internacional de Linguística Aplicada, a AILA. (ANJOS, 2017).

Segundo Schmitz (1992, p. 216), a Linguística Aplicada, enquanto disciplina, possui três principais momentos, a saber, “(i) o período precursor ‘pré-científico’, (ii) o linguístico (ligado ao trabalho de Bloomfield, 1993) e (iii) o contemporâneo (ligado ao trabalho de Chomsky, 1965)”. Porém, este último momento não condiz, em parte, com a real finalidade da LA. Na teoria de Chomsky – a Linguística gerativo-transformacional –, a faculdade da linguagem é intrínseca à espécie humana, a língua é inata e nasce com os seres humanos, enquadrando todos os idiomas em uma Gramática Universal (GU). Nota-se, assim, que a proposição caminha em direção contrária ao que é preconizado pela LA, uma vez que esta busca investigar a linguagem em uso, ou seja, em situações sociais de interação.

Por mais que a Linguística Aplicada concebesse a linguagem sem deixar à parte as interações sociais, ela teve que se apoiar, *a priori*, em teorizações da Linguística saussureana, a julgar pelo prestígio de que esta já gozava enquanto ciência. O papel da LA, então, era dar aplicabilidade às teorias produzidas nos estudos formalistas. Widdowson (1996, p. 125) a exemplifica como “uma área de investigação que procura estabelecer a relevância de estudos teóricos da linguagem para problemas cotidianos nos quais a linguagem está implícita”. Portanto, até aqui a

---

<sup>2</sup> “Introdução à Linguística Aplicada”, livro escrito pelo linguista aplicado Pit Coder em 1973, com objetivo se solucionar alguns problemas no ensino de línguas.

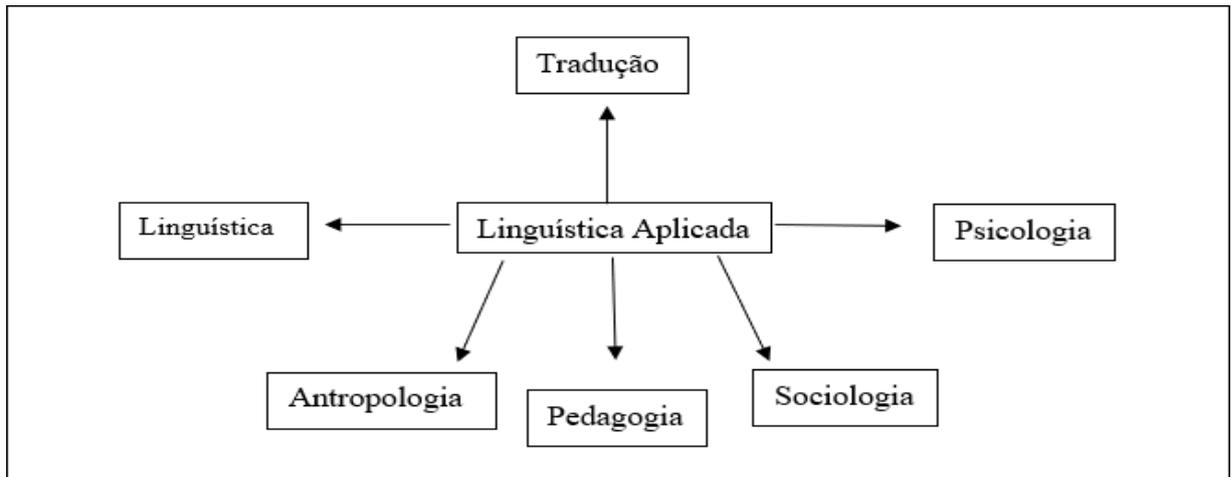
LA não produzia teorias, ela era compreendida apenas como uma disciplina oriunda dos estudos linguísticos.

O cenário começa a mudar a partir dos últimos anos. Segundo Cavalcanti (1986, p. 50), a Linguística Aplicada “foi vista durante muito tempo como uma tentativa de aplicação de linguística (teórica) à prática de ensino de línguas”, mas a autora acredita que existe uma interpretação equivocada da área, porque a LA está para além da teorização linguística; a partir de seus estudos contemporâneos, ela já começa a desenvolver modelos teóricos próprios, pautando-se em seu caráter multidisciplinar (CAVALCANTI, 1986).

Assim, hodiernamente, não convém que a LA seja confundida com uma simples aplicação do conhecimento linguístico. Os estudos de caráter “inter, multi, pluri, trans ou indisciplinar das pesquisas” (ROJO, 2007, p.1761) levam à ressignificação desse campo de investigação. A nova concepção busca, de forma diversificada, resolver problemas de uso da linguagem não apenas pelo viés linguístico, mas com a contribuições de outras áreas das ciências sociais. Sobre essa afirmação, Celani (1992, p. 21) aponta o lugar de interdisciplinaridade da LA, afirmando que

Em uma representação gráfica da relação da LA com outras disciplinas com as quais ela se relaciona, a LA não apareceria na ponta de uma seta partindo da linguística. Estaria provavelmente no centro gráfico, com setas bidirecionais dela partindo para um número aberto de disciplinas relacionadas com a linguagem dentre as quais estaria a Linguística, em pé de igualdade, conforme a situação, com a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Pedagogia ou Tradução.

A declaração de Celani (1992) pode ser representada da seguinte maneira:

**Figura 1** – Relação da LA com outras disciplinas

Fonte: Elaborado pelo autor.

A LA, disposta no centro da figura, é interpretada em seu caráter multidisciplinar, exemplificando-se, assim, seu modelo autônomo. Percebe-se que há um novo olhar sobre o objeto dos estudos linguísticos a partir dos direcionamentos da Linguística Aplicada. Assim sendo, o objeto é investigado a partir do problema de uso real da linguagem, colocado em prática dentro ou fora do contexto educacional (ALMEIDA FILHO, 1991). Nessa mesma perspectiva, Rojo (2007, p. 1762) esclarece:

Trata-se, então, de estudar a língua real, o uso situado da linguagem, os enunciados e discursos, as práticas de linguagem em contextos específicos, buscando não romper esse frágil fio que garante a visão da rede, da trama, da multiplicidade, da complexidade dos objetos-sujeitos em suas práticas.

Observa-se um olhar mais específico para o objeto de estudo da Linguística Aplicada, distanciando-se do rótulo de disciplina e se tornando um campo de estudo autônomo, com a finalidade de interligar áreas de diferentes conhecimentos, focalizando o uso da língua em diferentes espaços, contextos e situações socio-discursivas.

Atualmente, a LA, como área independente, apresenta uma quebra com os paradigmas clássicos advindos da Linguística teórica, sobre esse fato, Moita Lopes (2006) chama a atenção para uma LA que não é mais aplicada. Segundo ele,

A compreensão de que a LA não é aplicação da Linguística é agora um truísmo para aqueles que atuam no campo [...]. Tendo começado sob a visão de que seu objeto seria aplicar teorias Linguísticas [...], a LA já fez a crítica a essa formulação reducionista e unidirecional de que as teorias

Linguísticas forneceriam a solução para os problemas relativos à linguagem com que se defrontam professores e alunos em sala de aula. (MOITA LOPES, 2006, p. 18)

O linguista explica a incoerência da ideia da aplicabilidade da LA, ressaltando que ela tem chegado a outros espaços sociais. Nas palavras do autor,

[...] a questão de pesquisa, em uma variedade de contextos de uso da linguagem, passou a ser iluminada e construída interdisciplinarmente. Tal perspectiva tem levado à compreensão da LA não como conhecimento disciplinar, mas como indisciplinar [...] ou como antidisciplinar e transgressiva. (MOITA LOPES, 2006, p. 19)

Ratificando a concepção teórica do pesquisador, a LA tem a capacidade de interagir com outras áreas do conhecimento, conforme demonstrando na figura 1. Por isso, seu crescimento é decorrente, principalmente, de seu objetivo com relação às questões de ordens práticas da linguagem, uma vez que é necessário fazer um convite aos indivíduos que experienciem as práticas de linguagem, sendo essa atividade essencial em áreas aplicadas (MOITA LOPES, 2006).

Rajagopalan (2006), outro estudioso da LA, fomenta uma relevante discussão sobre o papel da LA contemporânea, a qual busca resolver questões linguísticas de caráter social. Segundo ele, “[...] a LA precisa repensar o próprio lugar da teoria e não esperar que seu colega ‘teórico’ lhe forneça algo pronto e acabado para ser ‘aplicado’” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 165). Desse modo, não é mais interessante o pensamento de que a teoria deve ser usada para fins de aplicabilidade; a importância agora está no estudo de abordagens trans/inter/indisciplinar, a fim de resolver problemas que envolvem a linguagem e seus contextos de uso.

Compreende-se, então, que a LA contemporânea é um campo de estudo autônomo, que está aberto ao diálogo com outras áreas científicas, teorizando os fenômenos estudados a partir de seu objeto: a língua em sociedade. Desse modo, este estudo se afilia à uma LA indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), a qual pretende contribuir com a construção de uma área de PLA engajada politicamente e responsiva às demandas sociais contemporâneas (BIZON; DINIZ, 2018).

Levando em consideração que a LA possui especificidades a depender da localidade, como marcos históricos, principais autores etc., faz-se, a seguir, uma breve reflexão acerca do seu panorama no Brasil.

### 2.1.1 Percurso e desenvolvimento da Linguística Aplicada no Brasil

No Brasil, a LA cresce significativamente a partir da década de 1960. O pesquisador Gomes de Matos é quem desenvolve a ideia de uma LA como forma de aplicação da Linguística (ANJOS, 2017). Posteriormente, ela se firma no espaço acadêmico com a criação do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), em nível de Mestrado, da Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), fundado pela professora Maria Antonieta Alba Celani. Nos anos 80, cria-se o curso de Doutorado no referido Programa (MENEZES et al., 2009). Sobre esse lugar acadêmico, Rajagopalan (2003, p. 106) ressalta que

A área acadêmica que se convencionou chamar de “linguística aplicada” tem origens “nobres” e se mantém distante das preocupações do dia a dia do mundo comum dos mortais. É lícito dizer que a linguística aplicada nasceu do berço esplêndido do mundo acadêmico, como uma subárea de investigação dedicada a eventuais aplicações de uma disciplina mãe já consagrada – a linguística geral ou teórica.

Em relação a produções acadêmicas, o LAEL, em 1985, lança sua revista intitulada *Documentos de Estudos em Linguística Teórica e Aplicados* (D.E.L.T.A), ainda com poucos trabalhos desenvolvidos. (MENEZES et al., 2009).

A LA continua se expandindo no país e, em vista disso, é criado em 1987, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o segundo Programa<sup>3</sup> de Pós-Graduação na área, bem como o periódico intitulado *Trabalhos em Linguística Aplicada* (MENEZES et al., 2009). Nesta revista foi publicado o artigo *A propósito da Linguística Aplicada*, de Cavalcanti (1986). A partir desse texto, “começava a deslanchar no campo aplicado brasileiro quanto à pesquisa em LA, ao tentar desvencilhar-se por completo da Linguística, em busca de autonomia científica” (COSTA, 2011, p. 42).

Esse cenário acadêmico contribuiu com o crescimento das pesquisas em Linguística Aplicada no Brasil. Os Programas citados formaram linguistas aplicados que difundiram suas pesquisas por todo o país. À vista disto, Menezes *et al.* (2009) comenta que, com a disseminação da pesquisa em LA, muitos programas de Pós-Graduação em Letras ou Linguística, no território nacional, criaram áreas de

---

<sup>3</sup> Em 1993, foi credenciado no Programa o curso de Doutorado em Linguística Aplicada. Atualmente, o PPG-LA conta com três linhas de pesquisa, a saber, Linguagens e tecnologias, Linguagens e educação linguística e Linguagens, transculturalidade e tradução.

concentração para a produção de Dissertações e Teses que versassem sobre temas referentes às nuances da Linguística Aplicada.

Em 1990, foi fundada a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), um marco no campo da LA no país, com vistas a instigar a produção de estudos acadêmico-científicos na área, relacionando linguagem e sociedade.

Por volta do ano 2004, observou-se a necessidade da LA nos cursos de Graduação. Menezes *et al.* (2009) ressalta que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi a primeira a contratar um professor dessa área, devido a uma portaria do Ministério da Educação que incentivou a formação de professores. Por conseguinte, em 2007, através do Programa de Pós-Graduação em Linguística, a UFMG criou duas linhas na área de Linguística Aplicada, quais sejam, Ensino de Línguas Estrangeiras e Estudos da tradução, ainda com o foco no ensino-aprendizagem. Contudo, já se percebe, hoje, uma vertente mais transdisciplinar nos estudos desenvolvidos nessas linhas de pesquisa do Programa.

Também é relevante trazer para o cerne os congressos já realizados sobre a LA no país, por serem eventos que contribuem com o percurso e desenvolvimento dessa área no país.

O I Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada (I CBLA) teve como objetivo reunir pesquisadores para discutirem o estado da arte da LA e suas tendências. O II e III CBLA mantiveram o questionamento sobre a problemática de a área ser vista apenas como uma aplicação da Linguística teórica. Foi a partir do IV CBLA, realizado em Campinas – SP, em 1995, que se testemunhou um marco na história da LA. Com o tema *Aspectos Transdisciplinares da Linguística Aplicada*, enfatizando a importância da transdisciplinaridade nesse campo de pesquisa, percebeu-se um redirecionamento para uma nova Linguística Aplicada.

Os CBLA tornaram-se uma tradição. A cada edição, as áreas já existentes se expandiam e muitas outras emergiam. As novas tendências em LA contribuíram em diversos contextos de pesquisas com a linguagem, transculturalismo, políticas linguísticas públicas e disciplinaridade (ARCHANJO, 2011).

Ademais, como a Linguística Aplicada enfatiza o uso da linguagem no dia a dia dos indivíduos, é preciso compreender esse objeto relacionado a outras Ciências Humanas – como já fora mencionado –, a fim de demonstrar seu caráter transdisciplinar (CELANI, 1998), isto é, a visão para a multiplicidade de disciplinas que estão em volta do objeto investigado.

Celani (1998) constatou que a transdisciplinaridade está presente em muitas Teses e Dissertações desenvolvidas nos domínios da LA. Essas pesquisas envolvem várias áreas e/ou subáreas do saber, como a Antropologia, Psicologia, Pedagogia etc., chegando à conclusão de que há, de fato, o caráter transdisciplinar.

Dentre o leque de trabalhos realizados, destacam-se o de Almeida filho (1993): *Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas*; o de Moita Lopes (1996): *Oficina de Linguística Aplicada*; e as pesquisas publicadas nas revistas *Delta* (PUC-SP), *Horizontes de Linguística Aplicada* (UNB), *Linguagem e Ensino* (UCPEL), dentre outras (ANJOS, 2017).

É nessa perspectiva que a LA dá início ao seu novo paradigma. As questões sobre a linguagem são observadas em diferentes contextos, não apenas na sala de aula de línguas estrangeiras. Sobre essa questão, Moita Lopes (2006, p.19) esclarece que

[...] no Brasil, a pesquisa em Linguística Aplicada tem se espalhado para uma série de contextos diferentes de aula de LE: da sala de aula de língua materna para empresas, para as clínicas de saúde, para a delegacia de mulheres etc. E a questão da pesquisa em uma variedade de contextos de usos da linguagem passou a ser iluminada e construída interdisciplinarmente.

Logo, a questão interdisciplinar passa a ter grande importância, pois a linguagem é concebida como um “instrumento de construção do conhecimento e da vida social, recuperados em muitas áreas de investigação. Essa mudança passa a ser bem perceptível no Brasil a partir dos anos 90” (MOITA LOPES, 2009, p.18).

Entretanto, não basta, hoje, que a LA seja autônoma e interdisciplinar, ela precisa ser cada vez mais política, crítica, ética, mestiça, híbrida, transgressora, indisciplinar (PENNTCOOK, 2006; MOITA LOPES, 2006; RAJAGOPALAN, 2003; SIGNORINI, 2006; CAVALCANTI, 2006; ROJO, 2006). Esses termos são “pano de fundo” das recentes discussões acerca da LA em pesquisas brasileiras, nas quais são consideradas a prática da alteridade e a visibilidade a costumes e culturas locais.

Por isso, a LA é caracterizada a partir de sua dinâmica social contemporânea, isso significa que ela é uma ciência que busca respostas em diferentes áreas de estudos,

[...] no sentido de que reconhece a necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, e principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente, para além de paradigmas consagrados, que se mostram inúteis e que precisam ser desaprendidos [...] para compreender o mundo atual. (MOITA LOPES, 2009, p. 19)

A partir dessa perspectiva para os estudos Linguísticos Aplicados, ratifica-se a necessidade de enxergar os problemas de linguagem presente na sociedade moderna. Ainda nas palavras de Moita Lopes (2006, p.4), o dever da LA é “criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem papel central”, ou seja, nas pesquisas aplicadas deve-se observar o contexto em que vivem os sujeitos, as mudanças de cunho social, cultural, político e histórico.

Nessa linha tênue de novos conceitos de LA no Brasil, passando do limite de autonomia, a área tende a assumir um caráter ideológico, seu conhecimento deve reproduzir um posicionamento político (PENNYCOOK, 2006; MOITA LOPES, 2006), a fim de refletir e produzir os pontos de vistas sociais e as diferenças que constroem a vida das pessoas em sociedade.

Em vista disso, o linguista Rajagopalan (2003), que utiliza o termo *Linguística Crítica* para designar LA, posiciona-se da seguinte maneira:

Ela nasceu a partir da conscientização de que trabalhar com a linguagem é necessariamente intervir na realidade social da qual ela faz parte. Linguagem é, em outras palavras, uma prática social. A linguística também o é. A linguística é uma prática social como qualquer outra e tem por seu objeto a própria linguagem [...] (RAJAGOPALAN, 2003, p. 127)

O termo citado pelo autor define uma área com identidades múltiplas, híbridas e mestiças (MOITA LOPLES, 2006), concluindo, mais uma vez, que os novos paradigmas no campo da LA buscam relacioná-la a teorias de outros campos das ciências. Convém destacar, portanto, que a pesquisa desenvolvida nesta Dissertação se relaciona à LA autônoma e contemporânea, integrando a subárea do Português como Língua Adicional, com o foco no mapeamento e descrição de cursos de Graduação em Letras – percurso Licenciatura em Língua Portuguesa Adicional ofertados por universidades públicas brasileiras e suas ações desenvolvidas no âmbito da política linguística. Esta última vertente teórica, que também faz parte da LA, será abordada na próxima seção.

## 2.2 UMA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA LINGUÍSTICA

O conceito de política linguística é amplo e semanticamente diversificado. Segundo Diniz (2012, p.15), “assim como outros conceitos nas Ciências Humanas e sociais, [...] política linguística está sujeito a uma variedade conceitual, devido à diversidade dos pontos de vista e lugares de observações a partir dos quais é definido”.

Nesta discussão, toma-se como base as teorias de Calvet (2007), Shohamy (2006) e Spolsky (2006), haja vista que os autores trazem uma teorização ampla de conceitos, apresentando um leque de pressupostos teórico-epistemológicos para definir política linguística.

Para Calvet (2007, p. 11), política linguística é “a determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”, bem como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (CALVET, 2002, p.145), ela deve estar nas representações e práticas sociais de uso elaboradas por instituições oficiais.

Outro ponto discutido pelo autor versa sobre a distinção entre o termo *política linguística* e *planejamento linguístico*. Este último diz respeito à “implementação prática de uma política linguística” (CALVET, 2002, p.146), ou seja, às ações práticas de professores em uma sala de aula de PLA, por exemplo.

Para esta Dissertação, a abordagem se torna importante à medida que as ações desenvolvidas pelos cursos de Licenciatura em PLA, no Brasil, podem ser consideradas um exemplo de política linguística.

Rajagopalan (2013 *apud* ALENCAR, 2019) destaca o termo *linguística* em política linguística. Ele afirma que a palavra é comumente confundida com a ramificação da Linguística teórica. Entretanto “[...] a despeito do seu nome e em contramão do que muitas pessoas tendem a acreditar, a política linguística pouco ou nada tem a ver com a linguística [...]” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 20 *apud* ALENCAR, 2019, p. 45).

De acordo com o pesquisador, vê-se que as políticas linguísticas são elaboradas, pensadas e, conseqüentemente, bem executadas. No entanto, algumas ações podem acontecer espontaneamente, em razão de uma necessidade social, e por isso se desenvolverem de forma desordenada. Para ele, as políticas linguísticas são definidas como

A arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21 *apud* ALENCAR, 2019, p. 45).

Desse modo, é viável a inferência de que política linguística são ações que envolvem a língua(gem) em contextos de uso. Elas são executadas e direcionadas a um determinado público, com a ressalva de que esses direcionamentos podem ou não ser bem orientados e executados – conforme afirma o autor.

Retomando o conceito de Calvet (2007), percebe-se em sua proposição uma noção tradicional, em que as políticas linguísticas se referem a decisões oficiais de uma língua falada em sociedade. Contrariamente a isso, tem-se um conceito mais contemporâneo, que concebe os dois termos citados por Calvet (2007), perfazendo eixos conceituais indissociáveis.

Alencar (2019) também comunga do mesmo pensamento, afirmando que política linguística designa o processo e o resultado de uma ação pensada e executada em relação à língua, considerando as ações empreendidas tanto por/nas verticalidades (ações oficiais) quanto por/nas horizontalidades (ações não oficiais).

Nesse viés contemporâneo, outras conceituações foram surgindo, como a de Spolsky (2004), por exemplo. O autor propõe uma visão ampliada acerca de política linguística, em que as práticas linguísticas possuem mais importância do que a discussão de documentos oficiais. A concepção defendida pelo autor preconiza que

[...] A política linguística existe mesmo naqueles contextos em que ela não foi explicitada ou estabelecida oficialmente. Muitos países, instituições e grupos sociais não tem uma política linguística formal, de modo que a natureza de sua política linguística deve ser derivada a partir do estudo de suas práticas e crenças linguísticas. Mesmo naqueles contextos em que há uma política linguística formal, seu efeito nas práticas linguísticas não é garantido nem consistente (SPOLSKY, 2004, p. 8 *apud* ALENCAR, 2019, p. 47)

Spolsky (2004) reafirma a importância das políticas linguísticas, independentemente de serem ou não oficiais. Elas existem e precisam ser concebidas e enxergadas com um olhar de criticidade, pois traduzem práticas e representações de uma comunidade que faz uso de uma determinada língua. A título de exemplo, tem-se o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), política

linguística que estabelece ações voltadas para o acolhimento de imigrantes e refugiados recém-chegados às comunidades brasileiras, a fim de aumentar a proficiência dessas pessoas em português, favorecendo sua integração em espaços sociais.

Nessa mesma perspectiva, tem-se o exame Celpe-Bras, um mecanismo de política linguística oficial que não somente assume um instrumento avaliativo de certificação de proficiência, mas também possui um caráter norteador no ensino de PLA, portanto, referência para professores, pesquisadores e alunos(as) de português Língua Não Materna (SCHLATTER, 2011).

Diniz (2012) ressalta que há distintos processos de instrumentalização de uma língua. Esses processos são considerados políticas linguísticas mesmo quando não existe relação explícita com o Estado. Desse modo, percebe-se, no Brasil, ações políticas de institucionalização e transnacionalização do português Língua Adicional. Diniz (2012, p. 20) afirma que iniciativas de políticas linguísticas "(re)definem os sentidos que os sujeitos (brasileiros/estrangeiros) estabelecem com os espaços de enunciação implicados (nacional/transnacional), reconfigurando-os". Frisa-se que essas ações sobre a língua podem ou não ser institucionalizadas ou governamentais.

Ainda em Spolsky (2004), o conceito de política linguística é formado por três eixos importantes: práticas linguísticas, ideologias e/ou crenças relacionadas à língua. O autor exemplifica que os eixos dizem respeito sobre a linguagem e sua política real de uso.

Nesta Dissertação, investiga-se políticas linguísticas formuladas por meio dos três eixos citados por Spolsky (2004). As ações de ensino-aprendizagem desenvolvidas por cursos de Licenciatura em Letras com Habilitação em Português Língua Estrangeira/Adicional surgem de uma necessidade prática acerca da língua e da compreensão de crenças e ideologia dos agentes envolvidos nesse processo. Assim, a política linguística é a união desses eixos, operacionalizando a interseção de seus elementos.

Nesta mesma linha teórica, Shohamy (2006) também busca um modelo ampliado do conceito de política linguística, ao qual atribui a denominação de política linguística real (ALENCAR, 2019) e/ou política linguística de fato (DORIGON, 2016). A política linguística real/de fato não é regida apenas por meio de documentos oficiais. Conforme Shohamy (2006, p.45 *apud* DORIGON, 2016, p.29),

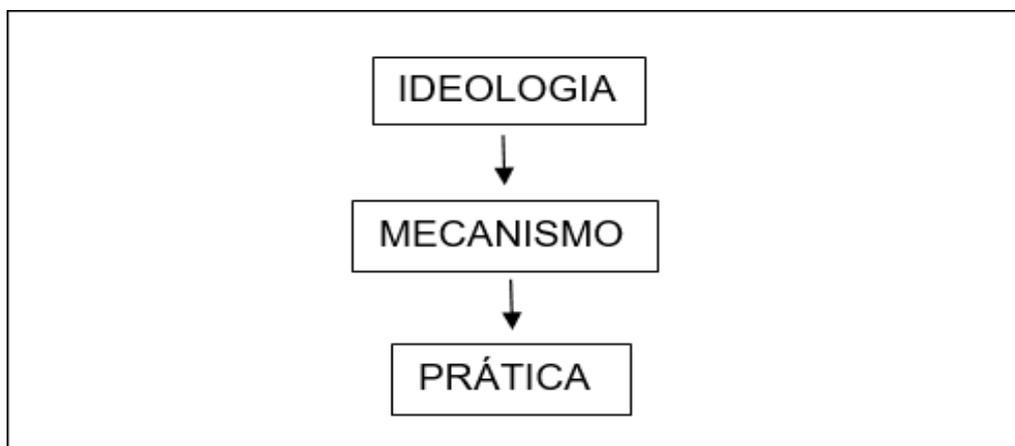
ela “deve ser observada não apenas através de declarações políticas e documentos oficiais, mas também, e sobretudo, através de uma variedade de mecanismos ou dispositivos que são utilizados para criar, afetar e perpetuar práticas linguísticas”.

Essa política linguística expõe a ideia de que políticas oficiais institucionalizadas nem sempre mostrarão o real funcionamento de uma língua, seja ela materna ou adicional, em contextos sociais de uso. Por isso, Shohamy (2006) apresenta em seus estudos a fundamentação do mecanismo (*mechanism*) ou dispositivo (*device*) para exemplificar do que se trata e como são executadas as políticas linguísticas (ALENCAR, 2019).

Segundo o autor, os mecanismos/dispositivos apresentam duas formas de políticas: as implícitas e as explícitas. A primeira refere-se às políticas formalizadas, documentadas, oficiais; e a segunda, às políticas informais, não declaradas, real/de fato. Os mecanismos da política real/de fato, citados por Shohamy (2006), muitas vezes não são aproveitados nas ações de políticas para línguas. Assim, a configuração das políticas reais/de fato nasce das ações pensadas em contextos locais da necessidade linguística e são executadas em instituições de ensino onde operacionalizam tal política.

Shohamy (2006, p. 54 *apud* ALENCAR, 2019, p. 48) propõe um modelo observando três elementos que constituem uma política linguística, quais sejam, ideologia (*ideology*), mecanismo (*mechanisms*) e prática (*practice*), conforme exemplificado na figura a seguir.

**Figura 2** – Elementos constituintes da política linguística



**Fonte:** Shohamy (2006, p. 54 *apud* Alencar, 2019, p. 48).

O mapa mental apresenta um ponto de ligação entre os elementos *práticas e ideologias* – os *mecanismos* –, portanto, os três pontos são indissociáveis. Seus mecanismos englobam “regras e regulamentações, educação linguística, exames de línguas, língua no espaço público e ideologia, mitos, propaganda e coerção” (SHOHAMY, 2006, p. 58 *apud* DORIGON, 20196, p. 31).

Em vista disso, os mecanismos apresentam relações diretas com o objeto desta pesquisa, uma vez que regras e regulamentações estão ligadas às normativas oficiais de cursos de Graduação em Licenciatura em Letras – Português Língua Estrangeira/Adicional.

Os mecanismos de política linguística educacional dizem respeito às decisões das universidades no sentido da oferta de cursos de Graduação para o ensino de PLA e do Exame de Proficiência em Língua Portuguesa, o CELPE-Bras, que avalia candidatos com o propósito de certificá-los em Língua Portuguesa, independentemente de onde, quando ou como essa língua foi adquirida (SCHOFFEN; MARTINS, 2016). Ribeiro da Silva (2011, p. 57) complementa:

A avaliação afeta as práticas linguísticas e a própria forma como a(s) língua(s) são percebidas pela comunidade. Uma vez definido pelas autoridades educacionais que exames de entrada do ensino superior, por exemplo, exigirão conhecimento de uma determinada língua [...]

Shohamy (2006) comenta que as provas de certificação em línguas são mecanismos de política linguística que trazem um grande impacto na educação curricular e nas políticas de ordem social, podendo, a partir de seus resultados, determinar o que será feito em relação aos conteúdos, métodos e materiais didáticos para o ensino de uma determinada língua. Em suma, a autora menciona que os exames de proficiência influenciam nos rumos das políticas linguísticas e que estas podem ajudar no ensino de línguas e nas perspectivas que desejam ser alcançadas.

Ratifica-se, então, que o CELPE-Bras é um mecanismo de política linguística devido ao seu caráter normativo e direcionador para o ensino de PLA. Ele “pode servir como ferramenta para criar políticas linguísticas mais válidas e reais que mediam e negociam entre ideologia e a prática” (SHOHAMY, 2007, p.1 *apud* DORIGAN, 2016, p. 34.), sendo de grande importância para tomadas de decisões, haja vista que seus resultados têm um potencial para determinar rumos para as políticas linguísticas.

Cumprе enfatizar que esta pesquisa se baseia na concepção ampliada de política linguística, considerando como política não apenas os textos e declarações oficiais, mas também os diversos mecanismos que determinam as práticas linguísticas. Esses fatores contribuem para que sejam operacionalizadas políticas linguísticas reais/de fato, estabelecendo assim uma relação direta entre o Português como Língua Adicional e os conceitos de políticas linguísticas, para então analisar os dados da pesquisa. Dessa forma, no próximo capítulo realiza-se um panorama do PLA no Brasil, perpassando pela consolidação da área no âmbito das políticas linguísticas.

### 3 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL NO BRASIL

Percebe-se, nos últimos anos, uma atenção especial de professores e pesquisadores em relação ao ensino do português como Língua Não Materna, seja pela internacionalização das universidades, seja pelo grande fluxo migratório. À vista disso, busca-se neste capítulo conhecer o contexto histórico do PLA, tocando em temas como o das políticas linguísticas, e revisitar o seu trajeto na Academia brasileira até o presente momento.

#### 3.1 HISTORICIZANDO O PLA

Almeida Filho (1992) afirma que o ensino do Português como Língua Adicional se iniciou com os jesuítas, quando estes começaram a ensinar a língua portuguesa aos índios. No entanto, o aperfeiçoamento desse ensino ainda é muito recente. A Linguística Aplicada ao Ensino do PLA se desenvolveu em meados da década de 1960 (GOMES DE MATOS, 1977).

Historicamente, a área de PLA no Brasil se desenvolveu a partir da publicação do livro *Português para Estrangeiros* (SCHLATTER et al., 2020), uma obra com uma proposta didática que ajudava professores da área a executarem tarefas de expressões, gramática e pronúncia, oportunizando aos alunos o aprendizado do português falado no Brasil. Esse material foi um marco na área de ensino de PLA.

Seis anos depois, em 1960, cursos de português chegaram a universidades no exterior, mais especificamente aos Estados Unidos. Algumas parcerias foram assinadas, resultando em alguns projetos relacionados a materiais didáticos, tais como, “*Português Contemporâneo* (RAHEH; ABREU, 1967) e *Modern Portuguese: a Project of the Modern Language Association* (ELLISON et al, 1971)” (GOMES DE MATOS, 1995, p. 9, *apud* SCHLATTER et al., 2020, p. 490).

No Brasil, foi somente nos anos 1970 que os cursos de PLA começaram a ser ofertados por duas grandes universidades brasileiras: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Outro fato importante desse período foi a realização do I Seminário de Linguística Aplicada: *O ensino de Português para estrangeiros do Brasil*, coordenado por pesquisadores da área (SCHLATTER et al., 2020).

Segundo Schlatter et al. (2020, p. 491), “as décadas de 1980 e 1990 foram férteis para a institucionalização do ensino de PLA em várias universidades brasileiras”, com o objetivo de oferecer formação a professores que já atuavam na área e fomentar a pesquisa em PLA.

A título de exemplo, tem-se a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que criou o Programa de Língua e Cultura Brasileira (PROPE); a Universidade Federal Fluminense (UFF), com o Curso de Português para Estrangeiros; a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com os Cursos de Português oferecidos pelo Centro de Ensino de Línguas (CEL), em que se destaca também o Projeto *Português para Estrangeiros: ensino de língua portuguesa e cultura brasileira*, liderado pelo professor José Carlos Paes de Almeida Filho, nome com expressividade na área de Português como Língua Adicional.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1993, formou-se uma equipe que desenvolveu a área de PLA na referida instituição, onde também foi criado o Programa *Português para Estrangeiro*, sob a Liderança da Professora Doutora Margarete Schaltter; na Universidade de Brasília (UnB), foi institucionalizado o Programa de Ensino e Pesquisa para Falantes de outras Línguas (PEPPFOL), hoje Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros; na Universidade Federal da Bahia (UFBA), criou-se o Núcleo Permanente de Extensão em Letras (NUPEL), em que é ofertado o curso de Português para Estrangeiros; na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi criado um dois poucos cursos de formação continuada, em nível de especialização, para professores de Português Língua Estrangeira no Brasil e o Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (PEPPE); na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), são oferecido os cursos de Português pelo Centro de Extensão da Faculdade de Letras; na Universidade Federal do Paraná (UFPR), encontra-se ações, formação e ofertas de cursos de PLA; na Universidade Federal de Viçosa (UFV), são oferecidas aulas de Português e Cultura, em cursos de regime intensivo, para alunos estrangeiros; na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), tem-se o projeto de extensão *Linguística Aplicada – Português para Estrangeiros*, ofertando o curso de Português desde 1994; na Universidade Estadual Paulista (UNESP), há ensino e pesquisa em PLE em três campi (Assis, Araraquara e São José do Rio Preto), os cursos de Português são ofertados pelo Centro de Línguas, e o público-alvo são estrangeiros,

especialmente os que participam do Programa de intercâmbio *Unesp Tandem* (SCHLATTER *et al.*, 2020); (JESUS, 2018).

O percurso de desenvolvimento do PLA é uma resposta do crescimento da área no país, devido ao processo de internacionalização das universidades, às questões políticas e econômicas e aos fluxos de imigração. Essa expansão também acontece a partir de publicações de artigos acadêmicos com abordagens teórico-práticas no ensino-aprendizagem de Português Língua Adicional (SCHLATTER *et al.*, 2020).

Em 1990, a área é apresentada com a fundação da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE). De acordo com Schlatter (2020) e Jesus (2018), a SIPLE nasceu a partir do III Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, evento realizado na UNICAMP em 1992. Havia um desejo de professores/pesquisadores, representantes de instituições no Brasil e exterior e estudantes da área de PLA de que essa área possuísse um estatuto de profissionalização, seriedade e ampla divulgação.

Segundo Jesus (2018, p. 129), são objetivos principais da SIPLE:

Incentivar o ensino e a pesquisa na área de Português como língua estrangeira (PLE) e como segunda língua (PL2); promover a divulgação e o intercâmbio da produção científica na área; implementar a troca de informações e contatos profissionais com instituições e outras associações interessadas em PLE e PL2; promover o intercâmbio cooperativo entre cursos de pós-graduação e pesquisa no que se refere à atuação docente e discente; e apoiar a criação e a melhoria de cursos de graduação e pós-graduação em PLE e PL2.

A SIPLE, desde 2002, promove o CONSIPLE – Congresso Internacional da SIPLE –, evento que reúne professores e pesquisadores que estão em atuação no Brasil e fora dele, com o objetivo de verificar a expansão da área, a institucionalização de cursos, formação docente e pesquisas relacionadas ao ensino-aprendizagem de PLE (JESUS, 2018).

Outro marco importante para a área de PLA é a Comissão para a Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua, do Ministério da Educação (COLIP/Mec), institucionalizada em 2005 pela Portaria nº 4.056/2005, com o objetivo de difundir e promover a Língua Portuguesa falada no Brasil.

Em 1993, o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), enquanto política linguística, reuniu representantes de

diferentes universidades do Brasil que já ofereciam ou tinham interesse em oferecer o ensino de PLA e colaborar na aplicação do exame de proficiência. A partir desse acordo, o CELPE-Bras, em 1999, foi realizado pelos candidatos do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), tornando-se uma política de visibilidade da Língua Portuguesa e de sua cultura (SCHLATTER *et al.*, 2020).

Vale ressaltar também que outras políticas de promoção da área de PLA foram impulsionadas, tais como:

A cooperação na área educacional nos países do MERCOSUL resultou na expansão da oferta de língua portuguesa nas escolas e nas universidades da região, na formação de grupos de trabalhos e de pesquisa em políticas linguísticas e em iniciativas de formação de professores de Português e Espanhol. (SCHLATTER *et al.*, 2020, p. 493):

Ainda na década de 1990, foi fundada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, que “têm em comum laços históricos, étnicos e culturais” (JESUS, 2018, p. 122), com as seguintes finalidades: “concentração política-diplomática entre seus Estados membros; a cooperação em todos os domínios; e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa” (JESUS, 2018, p. 122).

Outra questão mais recente sobre a promoção de política relacionada a essa língua foi a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esse projeto foi concretizado em 2002, tendo como objetivo “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais” (JESUS, 2018, p. 125).

O IILP oferece aos pesquisadores e professores da área de PLA três projetos: o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), a revista Platô e o Portal do Professor de Língua Estrangeira/Língua não materna (PPPLE). Os projetos visam reunir o vocabulário nacional de cada país membro associado e expor pesquisas na área de atuação em PLA em alcance internacional, através de plataforma online, na qual os professores possam encontrar recursos e materiais didáticos para o ensino-aprendizagem de PLA.

Percebe-se que a área do Português como Língua Adicional amplia seus horizontes paulatinamente, podendo-se observar a contribuição dos diversos eventos realizados anualmente nesse campo temático, como, por exemplo, o CONSIPLE, PLERJ, CPLI, SINEPLA, SINCELPE<sup>4</sup>, dentre outros.

A formação inicial e continuada de professores dessa área é outro ponto que merece destaque. Atualmente, são ofertados quatro cursos de graduação, em nível de Licenciatura em PLA, em Universidades Federais do Brasil (um deles em formato de complementação), quais sejam: A UnB, com o curso de Letras Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL); a UFBA, com o curso de Letras Vernáculas - Português Língua Estrangeiras; a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com o curso de Letras – Espanhol e Português Língua Estrangeira; e a UNICAMP, com o curso de Letras – Habilitação em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira, na modalidade complementar.

Além dessas formações iniciais, tem-se também a formação continuada em Língua Portuguesa para Estrangeiros, na modalidade *latu sensu*, na UFF; na PUC/RJ e PUC/RS, há os cursos *latu sensu* em Formação de Professores de Português para Estrangeiros e Formação de Professores em Português Língua Adicional, respectivamente. Portanto, nota-se que a área de PLA já percorreu uma longa trajetória de institucionalização, que tem sido subsidiada principalmente pelas políticas linguísticas.

### 3.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL

O Português como Língua Adicional passou a ter seu lugar de interesse em diversas áreas, devido à posição econômica do país no cenário internacional, às parcerias de internacionalização acadêmica e ao fluxo migratório (SCHOFFEN; MARTINS, 2016), esses fatores contribuem para a necessidade de instituir políticas linguísticas que visem dar suporte para quem precisa aprender o português dentro desse cenário de ascensão do PLA.

Para melhor compreender a temática, é necessário fazer uma conexão com a seção anterior, a fim de esclarecer, primeiramente, a nomenclatura PLA. Segundo

---

<sup>4</sup> CONSIPLE – Congresso Internacional da SIPLE; PLERJ – Encontro de Português Língua Estrangeira do Rio de Janeiro; CPLI – Congresso de Português Língua Internacional; SINEPLA – Simpósio Internacional sobre o Ensino de Português como Língua Adicional; SINCELPE – Simpósio Internacional CELPE-Bras.

Almeida Filho (2007), algumas questões precisam ser discutidas em caráter de emergência na área de português Língua Não Materna, uma delas são os termos utilizados para se referir à área do ensino de Português para falantes não nativos, que se modificam em razão do público-alvo que está aprendendo o português. Nessa perspectiva, tem-se o Português Língua Estrangeira (PLE); Português Língua de Herança (PLH); Português Língua Adicional (PLA); Português Língua de Acolhimento (PLAc); Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL); Português Segunda Língua (PL2); dentre outros<sup>5</sup>.

A diversidade terminológica mostra o quanto a área de Português Língua Não Materna se encontra em um estágio incipiente. Por isso mesmo, há a necessidade de discutir esses termos e selecionar um para a melhor compreensão do estudo, seja no âmbito do ensino-aprendizagem, seja fora dele.

Em vista disso, prioriza-se aqui o termo Português como Língua Adicional (PLA) em detrimento de Português Língua Estrangeira (PLE) – utilizada com maior frequência –, visto que a segunda terminologia pode não contemplar contextos em que o Português é aprendido como segunda língua, a título de exemplo, as comunidades de indígenas, de surdos e de imigrantes. A esse respeito, Judd *et al* (2003, p.85, *apud* MENDES, 2014, p. 16) comenta:

Por diversas razões escolhemos [ensino de língua adicional] [...] em detrimento dos termos mais comumente usados ‘segunda língua’ ou ‘língua estrangeiras’. ‘Adicional’ se aplica a todos, exceto, claro à primeira língua aprendida. Uma língua adicional pode não ser estrangeira [...]. O termo ‘estrangeira’ pode, ainda, sugerir estranha, exótica ou, talvez, alheia – todas conotações indesejáveis. [...] línguas adicionais não são necessariamente inferiores nem superiores, nem uma substituição à língua primeira do aluno

Assim, ao optar pela terminologia PLA, busca-se defender o caráter inclusivo de que o termo dispõe, a fim de destacar o “acréscimo” ou “adição” a outras línguas que o indivíduo já possua em seu repertório linguístico.

Conforme já mencionado, a linha de pesquisa sobre o ensino de PLA está em crescente expansão nas universidades brasileiras. Nos últimos anos, o ensino do Português como Língua Não Materna tem sido motivado pela implementação de algumas ações linguísticas diretas e/ou indiretas que estão relacionadas, principalmente, aos fluxos de imigrantes, aos processos de acolhimento de

---

<sup>5</sup> Essas nomenclaturas foram observadas a partir da revisão bibliográfica.

refugiados e às formações, na modalidade de intercâmbio, oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Ressalva-se, contudo, que em virtude dessa expansão do ensino de PLA, há uma carência em políticas linguísticas que orientem os parâmetros para ensino de Português como Língua Adicional (SCHOFFEN; MARTINS, 2016), pois não existem documentos oficiais e políticas de currículo que orientem o que deve ser ensinado em cursos de PLA (KRAEMER, 2012), quem se assemelha a isso é o exame Celpe-Bras, como política linguística norteadora do ensino e da organização de cursos de PLA, bem como da formação de professores (SCARAMUCCI, 2004; 2012; RODRIGUÊS, 2006).

Diante disso, é necessário que, além do Celpe-Bras, sejam desenvolvidas novas políticas linguísticas que assegurem o aprendizado de indivíduos que não possuem o português como Língua Não Materna. Observa-se, assim, a importância da formação acadêmica. Na próxima seção, discute-se sobre a consolidação do PLA nas universidades brasileiras.

### 3.3 A CONSOLIDAÇÃO DO PLA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

As primeiras evidências de consolidação do Português como Língua Adicional datam na década 1976, destacando-se a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Segundo Almeida Filho (2012), a UNICAMP foi assertiva em instituir uma disciplina que discutia o português como Língua Não Materna, o que, conseqüentemente, resultou na contratação de docentes e pesquisadores dessa área. No mesmo período, a USP implementou o PLA como curso de extensão universitária, presenciando-se, assim, um desenvolvimento favorável da temática.

Posteriormente, no final da década de 1980, a comunidade acadêmica recebeu uma coletânea inédita de artigos que tratam do ensino de PLA, organizada por Almeida Filho (1989). O autor ressalta que, “até então, não havia literatura específica publicada tanto no Brasil quanto em Portugal sobre aspectos do ensino de Português para falantes de outras línguas” (ALMEIDA, FILHO, 2012, p. 726).

Nesse ínterim, presenciou-se iniciativas de grandes produções acadêmico-científicas, tais como, publicações de livros, edições especiais de revistas e projetos

de Mestrado e Doutorado, que possibilitaram/possibilitam a consciência acadêmica da área do PLA.

Para esta pesquisa, foram consultados alguns renomados pesquisadores, com o intuito de mapear as universidades que oferecem o ensino e a pesquisa de PLA. Por recomendação do Professor Doutor Kleber Aparecido<sup>6</sup>, em uma conversa via *e-mail*, realizou-se uma garimpagem teórica em instituições que têm muitos trabalhos nessa área, a saber, UnB, UNICAMP, UFBA, UFMG, UFRJ e UFRGS. As indicações do especialista serviram como ponto de partida para o levantamento das universidades que estão consolidando o Português como Língua Adicional em suas discussões acadêmicas.

A fim de exemplificar esse levantamento, criou-se três categorias para demonstrar como o PLA é desenvolvido nas Instituições de Ensino Superior. Para tanto, realizou-se uma minuciosa pesquisa em plataformas da internet e sites das IES que ofertam esse curso ou disciplinas no âmbito do curso de Letras voltadas para o ensino do Português como Língua Adicional e/ou Estrangeira, levando em consideração a formação de professores, tanto em nível de Graduação quanto em nível de Pós-Graduação (*latu sensu e stricto sensu*). Apresenta-se, a seguir, os três quadros com suas respectivas categorias.

**Quadro 1** – Universidades públicas que ofertam cursos de extensão em PLA por região

REGIÃO	UNIVERSIDADE
Centro-Oeste	UFMT e UnB
Nordeste	UFAL, UFBA, UFC, UFPB, UFPE, UFPI, UFRN, UFS e UNILAB
Norte	UFAC, UFAM, UFPA, UNIFESSPA, UFRR, UNIFAP e UNIR
Sudeste	UFABC, UFES, UFF, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFRJ, UFScar, UFSJ, UFTM, UFV, UNIFEI e UNIFESP

<sup>6</sup> O pesquisador possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É professor do Curso de Letras (Português do Brasil como Segunda Língua) e pesquisador/professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens, Cultura e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Informações disponíveis na Plataforma Lattes.

Sul	FURG, UFCSPA, UFFS, UFPEL, UFPR, UFRGS, UFSC, UFSM, UNILA, Unipampa e UTFPR
-----	-----------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

De acordo com o primeiro quadro, é possível perceber o aumento de interesse das universidades com relação ao PLA. Nota-se que as instituições de ensino superior têm aberto espaço para a discussão da temática, proporcionando às comunidades interna e externa o ensino, a pesquisa e a extensão nessa área.

**Quadro 2** – Universidades públicas que ofertam Licenciatura, Núcleos de pesquisas e disciplinas voltadas ao PLA

<b>MODALIDADE DE CURSO</b>	<b>UNIVERSIDADES</b>
<b>Graduação</b> – Curso de Licenciatura	UnB, UFBA, UNILA e UNICAMP
<b>Graduação</b> – Disciplinas no catálogo do curso de Letras	UNIFEI, USP, UFJF, UFV, UFLA, UFRJ, UFRA, UFMG, UFScar, UFSC, Unipampa, UFRGS, UFSM, UNIFAP e UFPR
<b>Núcleo de pesquisa</b> – Desenvolvimento de pesquisa em PLA	UnB (Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros – NEPPE); UFBA (Núcleo Permanente de Extensão em Letras); UFLA (Núcleo de Estudos sobre PLE); UFMG (Português para Estrangeiros em Regime Especial de Permanência no Brasil); UFSC (Núcleo de Pesquisa e Ensino de PLE – NUPLÉ – e Português como Língua de Acolhimento para Imigrantes – PLAM); UFRGS (Programa de Português para Estrangeiros – PPE); UFPR (Centro de Línguas e Interculturalidade – CELIN); UNILA (Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio – CEPI e “Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade”)

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Este segundo quadro apresenta, primeiramente, uma categoria relacionada à formação docente de professores para a atuação com o PLA, a partir de cursos específicos de Licenciatura ofertados por quatro universidades: UnB, UFBA, UNICAMP e UNILA).

Em uma visão geral, percebe-se que a UnB oferta a Licenciatura em Letras – Português do Brasil como Segunda Língua e um núcleo de formação (NEPPE). A UFBA também oferta o curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua e, como espaço de formação, o NUPLE. A UNILA disponibiliza vagas no curso de Letras – Espanhol e Português como Língua Estrangeira e o núcleo de estudos CEPI.

Na UNICAMP, o curso oferecido é a Licenciatura em Letras – Português como Segunda Língua e Língua Estrangeira. Vale ressaltar que apesar de os dados do quadro estarem voltados às Universidades Federais, menciona-se a UNICAMP em razão da sua contribuição e importância no que tange à temática abordada.

A pesquisa também destaca as universidades que não possuem uma Licenciatura específica, como é o caso da UnB, UFBA, UNICAMP e UNILA, mas que dispõem em seus currículos de disciplinas voltadas à formação inicial de professores que podem atuar com PLA.

Nota-se, ainda, que algumas universidades apresentam pesquisas na área de PLA, no âmbito do ensino-aprendizagem e da formação docente, através dos Programas de Mestrado e Doutorado. Nesses cursos, as Teses e Dissertações são desenvolvidas nas seguintes linhas de pesquisas: Ensino/Aprendizagem de LE/L2; Teorias de Aquisição de Segunda Língua; Ensino-aprendizagem de Línguas e Culturas: modelos e ações; Análise dos procedimentos linguísticos desenvolvidos pelos falantes no ensino/aquisição de línguas; e ensino-aprendizagem/aquisição de línguas.

**Quadro 3** – Dissertações e Teses desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação de universidades brasileiras no período de 2010 a 2020

<b>DISSERTAÇÕES</b>			
<b>AUTOR</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>
BATISTA	UFPA	2010	O (Inter)cultural em livros didáticos de português brasileiro para estrangeiros
FURTOSO	UNESP	2011	Desempenho oral em português para falantes de outras línguas: da avaliação à aprendizagem de línguas estrangeiras em contexto online
SILVA	UFPA	2012	Processos de regulação na produção escrita em Português língua estrangeira
COSTA	UFRGS	2013	Práticas de formação de professores de português língua adicional em um instituto cultural brasileiro no exterior

MENDES	UnB	2014	Entre o egresso ideal e o egresso real da formação inicial de português como língua adicional: experiências, crenças e identidades
JESUS	UNESP	2015	O professor de português língua estrangeira como interculturalista em contexto de extensão universitária
MOREIRA JUNIOR	UFAL	2016	Português como língua adicional e letramento crítico: ensino-aprendizagem com participantes falantes de outras línguas na Universidade Federal de Alagoas
<b>TESES</b>			
<b>AUTOR</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>
ROTTA	USP	2016	Do intercultural ao desenvolvimento da Competência Intercultural na formação de professores de Português Língua Estrangeira
OLIVEIRA	USP	2017	Programa de Leitorado: diálogo entre política linguística externa e formação de professores de PFOL no Brasil
CÂNDIDO	UFMG	2019	"Eu vejo o PEC-G como uma teia": narrativas de professoras do Curso de Português como Língua Adicional para Candidatos ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
COSTA	UnB	2020	Fiar e tecer: linhas culturais para tessitura do ensino-aprendizagem de português como língua adicional

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

As pesquisas realizadas confirmam que o ensino de Língua Portuguesa como Língua Adicional vem sendo tratado em diversos aspectos teóricos e metodológicos. Esses estudos desempenham um papel de fundamental importância para a ampliação da área. Ademais, observa-se que os temas abordados nas pesquisas contemplam diversas linhas, a exemplo do ensino/aprendizagem de PLA/PLE, análise e criação de materiais para aulas de português para estrangeiros, produção escrita de alunos que estão aprendendo português, práxis de professores e políticas linguísticas.

## 4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa. Para tanto, faz-se uma divisão em três seções. A primeira aborda a justificativa de pesquisar sobre Licenciaturas em PLA; a segunda dedica-se ao contexto do estudo, aos objetivos e às perguntas de investigação; e a terceira descortina o *corpus* da pesquisa, o processo de geração de dados e os procedimentos de análise.

### 4.1 POR QUE O INTERESSE EM PESQUISAR AS LICENCIATURAS EM PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL?

O interesse em pesquisar as Licenciaturas em PLA no país surge através de um grupo de estudos formado por um Professor Doutor e três pesquisadores em nível de Mestrado. As reuniões quinzenais tinham por objetivo estudar a temática em questão e dar visibilidade ao ensino, aprendizagem e formação em português Língua Não Materna, devido ao grande fluxo migratório, ao deslocamento forçado, às aberturas das Universidades Federais do Brasil para alunos estrangeiros e aos fatores políticos e econômicos.

Ao longo dessas discussões embasadas sobretudo em Dissertações e Teses, constatou-se que a área de PLA ainda está em processo de construção teórico-metodológica e que também é uma atividade estreita, pois, em geral, ela é executada através de ações das Universidades Públicas Federais.

À vista disso, percebeu-se que a formação de professores que atuam ensinando o português como Língua Não Materna é, geralmente, realizada por professores formados em outras línguas estrangeiras, nativos de português, sem nenhuma formação específica na área.

Desse modo, parte-se do pressuposto de que a maioria dos professores de PLA aprenderam o português como “língua materna”, entretanto, ensinam-no como língua estrangeira e/ou adicional. Esse incômodo na formação dos professores abre um precedente para o interesse e curiosidade em pesquisar os poucos cursos de formação em Licenciatura em Letras com Habilitação em português como língua estrangeira e/ou segunda língua e/ou adicional no país, a fim de analisar o perfil do egresso, o currículo dos cursos analisados e as atividades executadas por cada um deles.

## 4.2 CONTEXTO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO

As reflexões nas reuniões de estudos sobre PLA levaram o pesquisador a se aprofundar na área e a tomar a decisão de conhecer melhor os cursos de Licenciatura em Letras que oferecem Habilitação em PLA/PLE/PL2. Nesse sentido, foi através do estado da arte do PLA no Brasil que ficou constatada a existência de quatro cursos de Licenciatura em Letras que formam professores de português como Língua Estrangeira/Adicional, são eles: o curso de Letras Português como Segunda Língua (PBSL) ofertado pela UnB; Letras Vernáculas – Português Língua Estrangeira, pela UFBA; Letras - Espanhol e Português Língua Estrangeira, pela UNILA; Letras - Habilitação em Português como segunda Língua/Língua Estrangeira, pela UNICAMP.

Buscou-se, a partir disso, investigar a respeito da formação inicial de professores de PLA por meio desses cursos de formação. Para isso, delimitou-se como *corpus* da pesquisa os documentos oficiais que regem os cursos, bem como as publicações em *websites* que têm como foco as informações relativas às ações na área de PLA.

Os métodos utilizados foram a pesquisa documental, a partir de documentos oficiais, editais, portarias, *homepage* das universidades, e-mails, notícias, postagem em rede sociais, dentre outros, e a pesquisa bibliográfica acerca das políticas linguísticas e sua interação com a Linguística Aplicada, a fim de consolidar o suporte teórico e realizar um levantamento das universidades que dispõem dos cursos de Licenciaturas em Letras com Habilitação em Português Língua Não Materna.

Embasando-se nas definições de Paiva (2019), definiu-se a abordagem da pesquisa como qualitativa, tendo em vista a intenção de investigar, por meio do caráter interpretativista, documentos de domínio público que encontram na Linguística Aplicada, especificamente na brasileira, uma tendência autônoma, com vistas a desvendar teorizações nas inteligibilidades apresentadas por fenômenos estudados em seu objeto (MOITA LOPES, 2009).

No tocante aos objetivos, delimitou-se como **objetivo geral**: analisar o perfil de cursos de formação inicial em Letras – Português como Língua Adicional de quatro universidades públicas brasileiras (UnB, UFBA, UNILA e UNICAMP), e como **objetivos específicos**: mapear os cursos de Licenciaturas em PLA; averiguar a

organização curricular, levando em consideração as suas especificidades; e discutir as políticas linguísticas, em se tratando do PLA, nas referidas universidades.

Expostos os objetivos, elenca-se algumas perguntas que nortearam a pesquisa: I) Em que medida os cursos de formação inicial em PLA se singularizam no que tange aos documentos oficiais que os norteiam? II) Como estão organizadas as Licenciaturas em PLA oferecidas por instituições de ensino superior no Brasil? III) Quais as ações de políticas linguísticas desenvolvidas pelas universidades através dos cursos de Licenciatura em PLA?

#### 4.3 O *CORPUS*: GERAÇÃO DE DADOS

Segundo Paiva (2019), os documentos registrados por meio de levantamentos bibliográficos servem como instrumento de coleta de dados. Embora haja uma linha tênue entre as pesquisas bibliográfica e documental, neste trabalho houve a preocupação de não sinonimizar esses procedimentos técnicos, elucidando seus diferentes escopos.

A pesquisa bibliográfica tem como principal característica o “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2007, p. 69), propiciando ao pesquisador o contato com uma literatura que versa sobre o tema estudado. Já a pesquisa documental se distingue “pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Dessa maneira, os dois métodos empregados na pesquisa tiveram como objetivo obter maior aproveitamento das fontes pesquisadas, a julgar que a revisão bibliográfica subsidiou uma melhor compreensão das teorias e conceitos relacionados ao tema abordado no estudo, viabilizando a investigação sobre a formação inicial em PLA e as políticas linguísticas a partir dos quatro cursos de Licenciatura.

Em se tratando da pesquisa documental, foram focalizados os documentos que, certamente, revelariam pontos cruciais concernentes à formação inicial de professores de Português Língua Não Materna, como o perfil do egresso, o currículo dos cursos e as políticas linguísticas reais implementadas pelas Licenciaturas. Os documentos analisados foram: a) Projeto Político Pedagógico das Licenciaturas em PLA; b) editais de oferta de cursos de Português como Língua Não Materna; c)

notícias publicadas nos sítios eletrônicos das universidades, bem como outras notícias vinculadas à área de PLA.

#### 4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados pautou-se no caráter interpretativista de Moita Lopes (1994), que defende em seus estudos a cientificidade em pesquisas desse cunho. Segundo o autor,

O que é específico, no mundo social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e re-interpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades. (MOITA LOPES, 1994, p. 331)

O caráter interpretativista no tratamento dos dados faz com que o pesquisador não seja generalista em suas observações, mas busque a interpretação original dos seus significados, evitando a confirmação de verdades universais através de um recorte analisado. Logo, a julgar pela natureza desta pesquisa, seus objetivos e o construto teórico, vê-se que esse é o procedimento de análise mais adequado.

Vale ressaltar que a pesquisa correlaciona as políticas linguísticas e a Linguística Aplicada, a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativista, com procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental (PAIVA, 2019). Seu *corpus* é constituído a partir de documentos oficiais dos quatro cursos de formação inicial de professores de PLA em universidades públicas brasileiras, objetivando a discussão de características singulares de cada um deles, bem como a promoção de uma discussão sobre essas Licenciaturas em português, percurso língua adicional.

Algumas etapas foram realizadas para que se obtivesse dados suficientes para a construção teórica e analítica da pesquisa. O primeiro passo foi o levantamento teórico acerca da Linguística Aplicada Indisciplinar, temática abordada no primeiro capítulo, o qual também trouxe um entendimento sobre o que é política linguística, compreendida aqui como ações de intervenção na língua e nos contextos em que ela se materializa. Essas intervenções podem estar circunscritas em

documentos oficiais (políticas linguísticas oficiais) ou em ações concretas locais ou individuais, em geral, não oficializadas (políticas linguísticas reais).

O segundo passo foi constituir o estado da arte do PLA no Brasil. Para isso, buscou-se, primeiramente, pesquisar de forma bastante detalhada os repositórios digitais de universidades públicas brasileiras das 26 capitais mais o Distrito Federal, visando à identificação de ações que envolvessem o ensino e a pesquisa em PLA. A partir desse levantamento, fez-se um breve percurso histórico da área, destacando sua consolidação em espaços universitários.

De posse dessas informações sobre as inúmeras ações de políticas linguísticas (cursos de extensão, de Graduação e de Pós-Graduação), decidiu-se mapear as Licenciaturas específicas em PLA, levando em conta principalmente sua organização curricular e suas ações políticas.

O terceiro passo foi a descrição e análise dos cursos de PLA identificados nas quatro universidades brasileiras (UnB, UFBA, UNILA e UNICAMP). Para isso, buscou-se, a princípio, as páginas de *websites* dos cursos ofertados pelas instituições, projetos dos cursos, notícias, editais, portarias, trocas de *e-mails* com coordenadores, professores e pesquisadores da área etc.

Nos *sites*, identificou-se os departamentos veiculados aos cursos e seus *e-mails* para contato. A partir disso, foram enviadas mensagens (Anexo 1) para as quatro coordenações das Licenciaturas, pedindo que compartilhassem algum documento norteador desses cursos. Ao longo desse processo, outros *e-mails* foram enviados, tendo em vista a necessidade de mais dados para o desenvolvimento do estudo. Iniciou-se, assim, a análise documental, descrevendo o perfil de cada curso.

Posteriormente, com base nas discussões sobre políticas linguísticas oficiais e/ou reais, discutiu-se sobre o documento Exame Celpe-Bras como o principal instrumento legal de política para o PLA no Brasil. Ademais, elencou-se as ações de políticas linguísticas reais elaboradas e executadas pelas Licenciaturas, discutindo dados sobre a inserção de cursos de PLA, iniciativas de projetos nesta área, tipos de cursos e público-alvo atendido. Por fim, voltou-se às análises sobre como as ações políticas atendem pessoas em diversos contextos e direcionam o ensino-aprendizagem de PLA em universidades públicas brasileiras.

Em suma, vale destacar que não foram discutidas todas as ações apresentadas no quadro 4, pois não se obteve respostas suficientes para agregar ao debate realizado neste trabalho, mas entende-se que foi importante citá-las.

Portanto, apresenta-se, a seguir, o capítulo que comporta a análise dos dados gerados a partir dos documentos dos cursos e de outras referências digitais que abordam as Licenciaturas em PLA.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo é dedicado à análise dos dados, que está dividida em três seções: a primeira busca descrever, a partir dos documentos oficiais que regem os cursos de PLA, um perfil singular de cada formação; a segunda trata da estrutura curricular das quatro Licenciaturas; e a terceira elenca as ações de política linguística realizadas por cada uma das instituições. Faz-se isso de acordo com os PPCs, editais, *sites* e notícias vinculadas às Licenciaturas em Letras (Habilitação em português língua não materna) abordadas nesta pesquisa.

### 5.1 PERFIL DOS CURSOS DE LICENCIATURAS EM PORTUGUÊS LÍNGUA ADICIONAL

Analisa-se nesta seção quatro documentos que regem os cursos de Graduação em Licenciaturas em PLA, a fim de responder à primeira pergunta de investigação citada no capítulo anterior: De acordo com documentos oficiais que norteiam essas Licenciaturas, qual é o perfil singular das formações iniciais em PLA?

Para responder à questão, faz-se uma análise, primeiramente, dos PPCs dos cursos, alguns disponíveis nos *sites* eletrônicos das próprias universidades (UNICAMP e UNILA) e outros solicitados via *e-mail* aos departamentos de Letras das instituições (UnB e UFBA).

Os projetos são elaborados por responsáveis das faculdades em estudos da Língua Portuguesa e aprovados nos conselhos de ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas. Nestes documentos, podem ser observadas a apresentação dos cursos e suas justificativas, suas bases legais, objetivos, perfil do egresso, competências e habilidades e estrutura curricular. Vale ressaltar que esses pontos não se apresentam da mesma maneira nos quatro cursos, o que os tornam Licenciaturas com status singular.

#### 5.1.1 Letras – Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (UnB)

O documento disponibilizado pelo atual coordenador foi o Projeto Político Pedagógico. Segundo o profissional, o documento está em reformulação; ainda assim, nele se encontram informações relevantes acerca da Licenciatura em PLA ofertada pela UnB.

No que diz respeito ao aspecto histórico do curso de Letras – Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua, também conhecido como PBSL, observa-se que a primeira turma está datada ao ano de 1998, tendo, portanto, 23 anos de existência. O curso é ofertado na modalidade presencial pelo Instituto de Letras (IL) da UnB.

O curso se adequa a um contexto de políticas linguísticas, voltando-se à formação de profissionais que atendam indivíduos que necessitam aprender o português como Língua Adicional.

Trata-se de uma licenciatura que apresenta características e estruturas próprias que a distinguem das outras licenciaturas oferecidas pelo IL. Este curso inovador e único no panorama nacional, que se circunscreve no contexto de Políticas Linguísticas e de Políticas de Inclusão, foi criado com o objetivo principal de atender a comunidades que, no Brasil, não têm o português como primeira língua, bem como àqueles que, no exterior, desejam aprender o Português do Brasil como língua de comunicação internacional. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 1)

O excerto esclarece que essa graduação tem como finalidade formar professores que ensinem o idioma brasileiro a pessoas que necessitam aprender a Língua Portuguesa dentro ou fora do país. O documento traz também os principais fatores para a abertura do PBSL, quais sejam:

(i) O Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras – à época ainda sob o nome Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV) – entendeu a importância de se preencher uma lacuna de estrutura curricular em favor da internacionalização do nosso idioma, visto que o português é língua de mercados mundiais, como a Comunidade Europeia e o Mercosul, e língua oficial dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (ii) O LIP procurou, assim, atender à crescente demanda de formação de docentes que possam atuar nos mais variados contextos públicos e privados, tanto no Brasil quanto no exterior. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 1)

Verifica-se, assim, uma atenção especial em sanar a falta de conhecimento sobre uma modalidade do português que visa atender às novas demandas de

internacionalização crescente no Brasil e fora dele. Ainda sobre essa questão, o PPC esclarece que

O processo de organização do fluxo da Licenciatura em PBSL foi orientado para o desenvolvimento da compreensão e produção linguísticas e interculturais, bem como para os estudos contrastivos, a fim de preparar profissionais brasileiros – estudantes de PBSL – a ensinarem o português brasileiro a falantes de outras línguas das mais diversas comunidades nacionais e internacionais. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 2)

Portanto, a referida Licenciatura foi criada para formar professores que possam atuar em espaços profissionais nos territórios brasileiro e estrangeiro, ensinando “conhecimentos de língua, literatura e cultura brasileira, por motivos sociais, políticos e econômicos” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 2), entregando ao mercado de trabalho um professor de “Português como Segunda Língua (L2)” ou de “Português como Língua Estrangeira (LE)”. Ainda de acordo com o documento,

A formação de professores/as constitui um compromisso maior do curso de Letras e uma realidade de mercado sempre em expansão para os profissionais da área, por ser uma necessidade estratégica do país. Os profissionais desta graduação, futuros professores de português como L2 ou como LE, inserem-se nos contextos de políticas linguísticas e educacionais, seja em nível nacional, seja em nível internacional, bem como no contexto de inclusão. O referido curso oferece ao/à licenciado/a, além da vivência acadêmica, atividades de extensão e de pesquisa, de forma que o/a aluno/a possa aprofundar seus conhecimentos e ampliar seus horizontes, tendo, deste modo, melhores possibilidades de futura inserção no mercado de trabalho nacional e internacional. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 2)

Reafirma-se com isso o compromisso do curso para com o objetivo pedagógico de inclusão. A Licenciatura em PBSL contribui não apenas para o ensino de PLA para estrangeiros, mas também para indígenas e surdos que não possuem o português como L1. Assim, a proposta dessa formação se caracteriza como singular, expandindo a área e dando reconhecimento e visibilidade a essas comunidades, ensinando o português como L2.

Nos objetivos estabelecidos para o curso, há uma atenção especial para o currículo que o norteia. A Licenciatura é garantida, “de forma integrada, pelos três departamentos que compõem o Instituto de Letras (LIP, LET e TEL) e departamentos complementares, por exemplo, vinculados à Faculdade de

Educação” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 2). O currículo é norteado a partir de três eixos centrais:

a) capacitação do/a licenciando/a para o domínio do uso da língua portuguesa em suas modalidades oral e escrita; b) formação teórica na área da linguística e da literatura que possibilitem aos egressos desenvolver, organizar e continuamente rever, de forma autônoma e crítica, sua atuação docente; c) capacitação do/a licenciando/a para a prática em sala de aula. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 3)

Portanto, a Licenciatura em PBSL introduziu no ambiente educacional brasileiro os primeiros profissionais com formação específica em PLA, tornando-se a pioneira, no Brasil, a formar professores para a atuação em contexto de língua adicional, atendendo, desse modo, a um público internacional que vive e atua sem organizações e representações diplomáticas, bem como à comunidade surda e indígena, também em contexto de imigração e refúgio. Logo, é de suma importância descrever esses pontos, a fim de tornar mais compreensível a singularidade do perfil do curso e seu lugar de responsabilidade na formação de professores de PLA.

### **5.1.2 Letras Vernáculas – Português Língua Estrangeira (UFBA)**

Para traçar uma análise do perfil do curso de Letras Português Língua Estrangeira da UFBA (doravante LPLE-UFBA), foi solicitado, via *e-mail*, o documento oficial que rege o curso, o qual, datado ao ano de 2004, delimita as diretrizes e histórico do curso. Em uma conversa com a professora Andréa Góes, da UFBA, tomou-se conhecimento de que o colegiado de LPLE está discutindo, há algum tempo, a reformulação do currículo da Licenciatura. No entanto, para esta pesquisa, ainda foi levado em consideração o projeto criado em outubro de 2004.

O curso de LPLE-UFBA é um dos mais antigos da instituição. A universidade, criada em 1946, já disponibilizava os cursos de Letras nas modalidades Clássica, Neolatina e Germânica. Segundo o projeto de reformulação curricular do curso de Letras, ele “constituiu-se modelo para alguns dos cursos criados, posteriormente, por outras instituições de ensino superior públicas e privadas, no Estado da Bahia” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p. 4).

Atualmente, os cursos de Letras da UFBA se configuram em três habilitações, a saber, Letras Vernáculas (Licenciatura e Bacharelado), Letras Vernáculas com

uma Língua Estrangeira (Licenciatura) e Línguas Estrangeiras (Licenciatura e Bacharelado). Essas nomenclaturas de cursos apresentam “uma concepção de currículo que norteia as diversas escolhas possíveis dentro das modalidades oferecidas (licenciatura e bacharelado) e das opções de língua estrangeira (UNIVERSIDADE DA BAHIA, 2004, p. 4).

No PPC do curso, há uma seção especial denominada “criação da nova Habilitação Letras Vernáculas e Português como Língua Estrangeira” (UNIVERSIDADE DA BAHIA, 2004, p. 7), que apresenta, dentre outras questões, as razões pelas quais se desenvolveu a nova Habilitação.

O curso de LPLE-UFBA tem, aproximadamente, 15 anos de existência, tendo início a partir das formações de extensão universitária. A área de PLA, no geral, possui uma tradição em se fortalecer por meio dessas formações de oferta em cursos de Português como Língua Não Materna, os quais são responsáveis pela atuação de diversos professores que atuam no Brasil e no exterior (MENDES, 2020).

Sobre essa questão, o documento ressalta que

O instituto de Letras da UFBA tem desenvolvido, por meio do Departamento de Letras Vernáculas, em caráter eventual, projetos de extensão voltados para oferta de cursos de Português como língua estrangeira, envolvendo seus docentes comprometidos com os estudos linguísticos e/ou literários. Existe, na ILUBA, uma experiência acumulada no que tange ao ensino de Português L2, iniciada ainda no reitorado do Prof. Edgar Santos, interrompida por anos, retomada na década de 80 com a oferta de cursos para alunos de convênio firmado entre UFBA e o Governo do Canadá, ratificado com a criação do Centro de Ensino de Português para Estrangeiros, desativada, por razões conjunturais em 1991. Esta experiência foi retomada em 1997 e consolidada, a partir do ano 2000, com a implementação do Programa de Pesquisa, Ensino e Extensão de Português – ProPEEP. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p. 7)

Há um percurso de bastante relevância na área de PLA, na UFBA, até chegar à criação da Licenciatura em Letras específica em Português Língua Não Materna. Em 1991, através de convênios com o MEC, a universidade passa a ser centro de aplicação do Exame Celpe-Bras, além de o Instituto de Letras, nesse mesmo período, receber solicitações vindas de vários países – da América Latina, dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia e da África (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004)

Sobre esse fato, o projeto do curso esclarece que o percurso e desenvolvimento da área

[...] Demonstraram a necessidade de se criar um mecanismo que garantisse ao ensino de Português, em nível de extensão, uma infraestrutura dinâmica no que tange à organização, material, recursos humanos, espaço físico, recurso didáticos, implementação de pesquisas, além de regularidade na oferta de turmas. O ProPEEP foi criado para a consecução de tais objetivos, dando início a uma nova etapa no ensino de Português L2 na UFBA. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p. 7)

Nota-se que as ações de política linguística serviram de pontapé para a criação do referido curso. Os cursos de extensão em PLA, na UFBA, tiveram suas primeiras turmas em 1986, devido à existência de convênio com universidades da Alemanha e Canadá. O ProPEEP, então, ampliou as ações de ensino em PLA, e isso foi um fator determinante para o surgimento da Licenciatura Plena nessa área, criada em 2005.

Vê-se, portanto, que o estreitamento com outros países gerou um grande interesse no português brasileiro, o que justifica a criação do curso de LPLE-UFBA. Vale ressaltar também que o Estado da Bahia possui características geográficas, econômicas, históricas e culturais que atraem estrangeiros de todos os lugares do mundo, o que desencadeia o aumento da procura por um curso de português. Segundo o PPC, triplicaram “o número de escolas de idiomas com oferta de cursos de português para estrangeiros em Salvador” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004, p. 7). Ademais,

Com o crescimento da demanda de cursos dessa natureza, muitos estudantes de graduação e de pós-graduação têm procurado o ProPEEP para solicitar orientação e cursos de capacitação docente, uma vez que não existe cursos superior que habilite professores para o ensino de português a estrangeiros, na Bahia. Neste cenário, a criação de uma licenciatura voltada para o português como língua estrangeira revela-se oportuna e da maior relevância. (UNIVERSIDADE DA BAHIA, 2004, p. 8)

Por isso, a Licenciatura em Letras, com ênfase em Português como Língua Estrangeira, tem por finalidade formar professores capazes de ensinar o português, em contextos diversificados, nos quais a língua portuguesa é desenvolvida como PLE ou PL2, para um público que não possui essa língua como sua primeira, preparando-o para a atuação em um contexto educacional linguístico e intercultural, com incentivo à promoção do português brasileiro como língua de cultura.

### 5.1.3 Letras – Habilitação em Português como segunda Língua/Língua Estrangeira (UNICAMP)

O projeto pedagógico do curso de Letras com Habilitação em Português como segunda Língua/Língua Estrangeira, da UNICAMP, pode ser encontrado no endereço eletrônico<sup>7</sup> da referida instituição. A graduação em Letras foi criada através do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP), no ano de 1978.

No ano de 2015, a Graduação em Letras passou a oferecer uma Habilitação em Português como Segunda Língua e Língua Estrangeira (L2/LE, respectivamente). A UNICAMP, em especial, vem construindo um percurso sólido de pesquisa em PLA desde o início dos anos 1970.

A instituição tem projetado, desde então, várias ações de políticas linguísticas reais/de fato de ensino, pesquisa e extensão em PLA, contribuindo para o crescimento da área em nível nacional e internacional, o que proporcionou, segundo Scaramucci e Bizon (2020, p. 80), um “ambiente favorável para a criação da Habilitação em Português Língua Segunda e Estrangeira (PL2/LE) no curso de Letras Língua materna [...] uma das quatro licenciaturas dessa natureza no Brasil”.

Em 2014, o IEL aprovou a criação de uma nova Habilitação, a qual também complementa a formação dos alunos egressos do curso de Letras. Sobre essa questão, afirma-se no projeto pedagógico que

Os licenciandos que optarem por obter também essa habilitação poderão atuar em contextos públicos e privados de ensino de português (língua, literatura e cultura) como L2/LE, e também em contextos de promoção e gestão da língua portuguesa, tanto no Brasil como no Exterior. Portadores de diplomas em Licenciatura em Letras obtidos em outras universidades poderão obter essa nova habilitação desde que fique comprovada compatibilidade entre o currículo de seus cursos de origem e o Currículo Pleno do Curso de Licenciatura em Letras-Português da UNICAMP. Alunos que já concluíram o Curso de Licenciatura em Letras em nossa Universidade poderão reingressar para cursá-la. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, [s.d.], p. 2)

A formação desses professores na Licenciatura complementar em PLA mostra, mais uma vez, o pioneirismo da UNICAMP na área de Português Língua Não Materna, promovendo caminhos como: reconhecer a necessidade de ensinar português para estrangeiros, a consolidação do ensino, da pesquisa e de políticas

<sup>7</sup> <https://www.upa.unicamp.br/letras>

públicas e de línguas e, por fim, a grande necessidade de formar professores de PLA. Esses são motivos que “podem ser considerados percursos da habilitação em PLE, na medida em que foram relevantes para divulgar a área entre os alunos do IEL e chamar a atenção para a especificidade de sua formação” (SCARAMUCCI e BIZON, 2020, p. 86).

A ação política de criar essa Habilitação em PL2/PLE teve como real finalidade “valorizar e reconhecer a importância de formação específica do profissional da área de PLE” (SCARAMUCCI; BIZON, 2020, p. 100). A proposta de abertura do curso advém, principalmente, da discussão acerca do caráter emergente do Brasil como protagonista em políticas de expansão econômica, de transnacionalização da Língua Portuguesa e de internacionalização de suas universidades (SCARAMUCCI; BIZON, 2020).

Além disso, outro fator importante quanto à singularidade dessa Habilitação em português no IEL/UNICAMP é a expansão da imigração no Brasil. Segundo Scaramucci e Bizon (2020, p. 101), “[...] com expressivo número de pessoas vindas de países latino-americanos (especialmente bolivianos e paraguaios), bem como da China, da Coreia, do Haiti, da República Democrata do Congo, da Nigéria, entre outros [...]”, há uma grande necessidade de se ensinar português para essa população, que encontra na língua sua primeira barreira social.

Scaramucci e Bizon (2020, p. 101) acrescentam que

[...] Os estudos mostram a alteração no padrão do fluxo migratório, da capital do estado de São Paulo para o interior do estado, especialmente para Campinas e cidades de seu entorno. Atraídos por funções diversas na indústria e no comércio, os bolivianos, por exemplo, começaram a se deslocar para as confecções de Americana e Indaiatuba, os coreanos para a região industrial de Piracicaba ou para o setor de semijoias em Limeira, e os haitianos para a construção civil de Campinas e Franca. Filhos desses imigrantes, por sua vez, começaram a frequentar escolas públicas de nossa região, sem que seus professores tenham sido formados para dar acolhimento linguístico adequado a esses alunos, justificando a necessidade de docentes capazes de atuar com propriedade, nesse complexo contexto.

É nesse sentido então que, na seção “sobre o perfil profissional” presente no documento do curso de Licenciatura em Letras do IEL, há um trecho que diz respeito ao perfil do profissional que opta por complementar sua Licenciatura com a Habilitação em português como L2/LE:

[...] O licenciado em Letras de nosso Instituto poderá também atuar como docente em contextos de ensino-aprendizagem de português (i) como L2 para alunos que não dominam a língua portuguesa em diferentes contextos bilíngues (contexto de imigração, de surdez, indígena, de fronteira etc.) e que estão cursando o Ensino Fundamental II ou Ensino Médio em escolas da rede oficial de ensino do país; (ii) como LE em países estrangeiros cuja língua oficial é o espanhol (contextos de proximidade tipológica), em especial nos países que compõem o Mercosul; (iii) como LE em outros países estrangeiros; (iv) como L2 para alunos estrangeiros de convênios em universidades brasileiras e (v) como L2 em países que têm o português como uma de suas línguas oficiais, isto é, em países da CPLP – Comunidades de Países de Língua Portuguesa. Esse profissional estará, além disso, habilitado para se engajar em atividades que envolvem políticas de promoção e de gestão da língua portuguesa, tanto em nosso país, quanto no Exterior (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, [s.d.], p. 4)

Por essa razão é que a proposta curricular do curso descortina a necessidade de uma formação específica de professores e pesquisadores, em caráter de urgência, para que tenham um aperfeiçoamento que garanta sua atuação em diversos contextos importantes e sensíveis.

#### **5.1.4 Letras – Espanhol e Português Língua Estrangeira (UNILA)**

Para desenhar o perfil do curso de Letras – Habilitação em Espanhol e Português Língua Estrangeira, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), visitou-se o seu *site* eletrônico<sup>8</sup>, que disponibiliza, de forma bastante acessível, o PPC do curso e outras informações relevantes.

A UNILA é “[...] uma Universidade Federal brasileira, pública e gratuita, com vocação latino-americana e compromisso para com a sociedade democrática, multicultural e cidadã” (UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 5), voltada para uma região fronteiriça tri-nacional. Localizada na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, o que caracteriza seu perfil tri-nacional, ela se distingue de outras universidades públicas brasileiras em razão de sua criação se dar a partir de uma esfera regional e internacional.

Nesse sentido, a universidade contribui com o avanço dos países que integram a região latino-americana, por meio de ações de políticas públicas e de língua que perpassam por intercâmbio cultural, científico e educacional; defesa dos direitos humanos, da vida, da biodiversidade e da cultura de paz; educação bilíngue: português e espanhol (CARVALHAL, 2020), sendo este último um dos motivos pelos

---

<sup>8</sup> <https://portal.unila.edu.br/graduacao/letras-espanhol-portugues/ppc>

quais se pensou em criar a Licenciatura em Letras – Habilitação em Espanhol e Português como Língua Estrangeira. Segundo o PPC deste curso, em

Consonância com a vocação, a finalidade e os objetivos da UNILA, foi proposto este curso de licenciatura em Letras, alocado no Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), com um corpo docente da área de Letras e Linguística que atua também no Ciclo Comum de Estudos, no Curso de Letras – Artes e Mediação Cultural e nas demais licenciaturas da instituição.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 5).

Com isso, em 2015, houve uma grande expansão da universidade, com a criação de doze novos cursos, dentre os quais, o de Letras – Espanhol e Português como Língua Estrangeira, que também passa a ser um marco na área de PLA no Brasil, contribuindo com a formação inicial de professores de PLE.

A criação do curso vem de uma iniciativa de professores que já atuavam em outras Licenciaturas ofertadas pela instituição, portanto, quem forma esses egressos são

Docentes da área de Letras e Linguística e de Educação que, na graduação e pós-graduação da UNILA, atuam no ensino da literatura, da linguística, das disciplinas pedagógicas e, mais especificamente, no ensino do espanhol e do português como línguas estrangeiras/adicionais, pelo viés interdisciplinar. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 5).

Vale ressaltar o perfil interdisciplinar do curso, o qual dialoga com a integração das regiões. Seu projeto é pautado sobretudo nesse viés de interdisciplinaridade. Sobre essa questão, o documento afirma que

A proposta do Curso de Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras integra-se aos modernos e dinâmicos processos de promoção e difusão global das línguas portuguesa e espanhola, e, particularmente, ao projeto de integração transregional do subcontinente latino-americano. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 6).

Desse modo, a Licenciatura cresce na região de três países latinos, a fim de cumprir ações de política linguística e de integração sociocultural, difundindo a educação bilíngue (espanhol e português). Portanto, os egressos são alunos de diversos países latino-americanos. Esses futuros profissionais contribuirão

Para a planificação de políticas linguísticas fundamentais no plurilinguismo e na interculturalidade para atuar, sobretudo, em contextos multilíngues e multiculturais da América Latina e outros continentes” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 7).

No campo profissional, o curso se justifica a partir de quatro demandas educacionais. A primeira é a elaboração do plano diretório, o SEM – Setor Educacional do Mercosul, que elaborou um plano com o objetivo de propor ações para expandir o aprendizado do português e do espanhol; a segunda é a instituição, em 2005, do ensino de língua espanhola como oferta obrigatória pelas escolas brasileiras para alunos do Ensino Médio, que foi implementada de forma gradativa. Essa demanda mudou em 2017, com a BNCC, o que tornou a oferta facultativa nas escolas do Ensino Médio. Entretanto, há uma movimentação do município de Foz do Iguaçu, bem como de outros municípios de fronteira, para a oferta da Língua Espanhola no Ensino Fundamental.

A terceira demanda vem da Argentina, que tornou obrigatória<sup>9</sup> a oferta de Português como Língua Estrangeira nos currículos escolares, desde o nível primário, para as escolas localizadas em áreas de fronteira com o Brasil, até o nível secundário, para as escolas não fronteiriças.

A quarta e última demanda diz respeito ao Programa Escolas Interculturais de Fronteira – PEIF, cujo objetivo é propor uma educação bilíngue para os países que integram o Mercosul.

É importante frisar que essas demandas educacionais, implementadas a partir de leis e acordos, são políticas oficiais sobre a língua, educação e integração regional, capazes de refletir no contexto de formação dos discentes em Letras – Espanhol e Português como Língua Estrangeira. Além disso, por se tratar de um ambiente trinacional, tem-se a oportunidade de construir um curso que tenha como objetivo

Possibilitar a investigação de aspectos transversais do processo de ensino de língua e literatura em contexto multicultural e plurilíngue, buscando a formação de um núcleo de referência internacional na área. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 8).

---

<sup>9</sup> LEI 26.468/2009.

Ademais, o PPC destaca que o curso “se justifica ainda por estar em acordo com as novas configurações das sociedades latino-americanas em muito pautadas nas migrações internas e externas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 8).

Na América do sul, o território argentino é o que mais recebe imigrantes<sup>10</sup>. Já o Brasil recebe uma intensidade de pessoas vindas do Haiti, Venezuela, Bolívia e, recentemente, da Síria e outros países árabes. Contudo, para além da imigração e refúgio, o Brasil possui uma extensa área de fronteira, uma diversidade de etnias indígenas que falam apenas a língua de origem, mas que necessitam das línguas oficiais para exercerem seu direito à cidadania, bem como a comunidade surda. Portanto, todos esses grupos constituem o público com o qual trabalha o professor que se forma no curso de Letras – Espanhol e português como Língua Estrangeira.

### 5.1.5 Sintetizando

**Quadro 4** – Quadro síntese das Licenciaturas em PLA

<b>PERFIL DAS LICENCIATURAS EM PLA</b>	
UnB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura pioneira no país em formação de professores PLA;</li> <li>• Caráter inclusivo na promoção de políticas linguísticas para comunidades minoritárias, tais como: imigrantes, refugiados, surdos e indígenas;</li> <li>• Concepção sociointeracionista de ensino baseados em práticas sociais;</li> <li>• Licenciatura com um currículo sólido e interdisciplinar divididos em blocos de teoria e aplicação da linguística.</li> </ul>
UFBA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O segundo curso de formação em PLA do país;</li> <li>• Vasta experiência em extensão universitária voltadas para o ensino de PLA para alunos estrangeiros de acordos de internacionalização;</li> <li>• Dispõe de uma resolução específica para o desenvolvimento</li> </ul>

<sup>10</sup> Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/governo-argentino-sinaliza-acolhimento-a-imigrantes-com-a-lei-de-migracao/>. Acesso em 12 de set. 2021.

	<p>de políticas linguísticas para o ensino de PLA;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação linguística intercultural visando projeção do português enquanto língua internacional.</li> </ul>
UNICAMP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sólido desenvolvimento acadêmico-científico na área de PLA;</li> <li>• Licenciatura em formato complementar com um ano de formação para ingressos e egressos dos cursos de graduação em Letras;</li> <li>• O fenômeno da imigração no Brasil tornou-se um laboratório de ensino/aprendizagem dessa Licenciatura;</li> <li>• Uma formação pautada nos preceitos da LA indisciplinar.</li> </ul>
UNILA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura em PLA mais recente criada do Brasil;</li> <li>• Curso bilingue em português e espanhol como línguas estrangeira da fronteira trinacional;</li> <li>• Parte de uma concepção de que o país não é monolíngue, levando em consideração a língua guarani, LIBRAS e o próprio português brasileiro;</li> <li>• O perfil do licenciado é de contribuir com políticas linguísticas fundamentais no plurilinguismo e na interculturalidade para atuar sobretudo em contextos multilíngues e multiculturais da América Latina.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

## 5.2 O CURRÍCULO DOS CURSOS DE LETRAS – HABILITAÇÃO EM PLA

Na seção anterior, fez-se uma descrição dos cursos de Graduação em Letras – Português como Língua Adicional ofertados por universidades públicas brasileiras, a fim de observar as características específicas de cada uma dessas Licenciaturas. Nesta seção, dando prosseguimento ao percurso de análise, focaliza-se o currículo das Licenciaturas ofertadas pela UnB, UFBA, UNICAMP e UNILA, buscando responder à seguinte pergunta de investigação: Como estão organizadas as Licenciaturas em PLA ofertadas por instituições de ensino superior no Brasil?

### 5.2.1 Letras – Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (UnB)

O curso de Licenciatura em PBSL, como já supracitado, tem como principal objetivo atender brasileiros (da comunidade surda e povos indígenas), residentes estrangeiros que não têm o português como primeira língua e pessoas que estão no exterior e que se interessam em aprender o português brasileiro como língua internacional. O projeto do curso aclara que o profissional formado nessa área

[...] Está habilitado a ministrar aulas para aprendizes de português como Segunda Língua, em contexto nacional, como os imigrantes, os indígenas e os usuários de Línguas de Sinais Brasileira – Libras, que não têm o português como língua materna, bem como para os aprendizes de português como língua estrangeira, seja em contexto nacional ou internacional. Ao final do curso, têm competência para ensinar a gramática e o léxico do português brasileiro, numa abordagem que leve em consideração os aspectos socioculturais e a variação linguística. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 5)

O referido documento ressalta ainda que a formação tem como meta a qualificação de professores de Língua Portuguesa para o trabalho com falantes e usuários de outras línguas, levando em conta os aspectos linguísticos, culturais e literários, uma vez que “as abordagens metodológicas integram teoria e prática, em uma concepção sociointeracionista, que não desvincula língua de cultura e enfatiza a contextualização do ensino com base nas práticas sociais” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 6).

É como base nessa proposição que se organizam as disciplinas do curso. Mendes (2014) postula que a Licenciatura em Letras PBSL se estrutura em cinco blocos, denominados “Blocos de disciplinas do curso”, quais sejam: (i) conhecimentos de linguística aplicada; (ii) conhecimentos linguísticos teórico-práticos e de natureza contrastiva; (iii) conhecimento sobre política linguística e formas contemporâneas de linguagem; (iv) conhecimentos teóricos e práticos de natureza pedagógica; (v) conhecimentos socioculturais do Brasil.

Corroborando com os postulados da autora, o PPC apresenta uma divisão dos blocos com suas respectivas disciplinas, mas não de forma tabelada. O documento contendo esse desenho estrutural não foi identificado ao longo da

pesquisa, no entanto, para melhor visualizar essas informações, organizou-se o tabelamento apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 5** – Disciplinas ofertadas no curso de Licenciatura em PBSL/UnB

<b>Blocos de disciplinas</b>	<b>Disciplinas</b>
Disciplina de Linguística aplicada	Linguística aplicada ao ensino do português
	Fundamentos da aquisição de primeira e de segunda línguas
	Abordagens, métodos e técnicas no ensino de português como segunda língua
	Lexicografia e estratégia de uso
Disciplina teórico-práticas e de natureza contrastiva	Fonética e fonologia de português como segunda língua
	Fonética e fonologia comparadas de línguas maternas
	Morfossintaxe da língua portuguesa
	Variação linguística
	Lexicologia, semântica e pragmática contrastivas
	Sintaxe do Português
	Morfossintaxe contrastiva de línguas modernas
	História da língua portuguesa e ensino de PBSL
	Estudo das gramáticas do português contemporâneo
Disciplinas que contemplam políticas linguísticas e formas contemporâneas de linguagem	Política do idioma
	Problemas interculturais
	Introdução aos multimeios
Disciplinas que difundem a literatura brasileira	Fundamentos da literatura brasileira contemporânea
	Panorama da literatura brasileira
Disciplinas de conhecimentos teóricos e práticos de natureza pedagógica	Organização da educação brasileira
	Didática fundamental
	Fundamentos de desenvolvimento e aprendizagem
	Psicologia da educação
	Laboratório: resolução de leitura e de redação
	Laboratório: estratégia de uso da gramática
	Projeto: elaboração de multimeios
	Estágio supervisionado 1 em PBSL
Estágio supervisionado 2 em PBSL	

Disciplinas que ampliam os conhecimentos de línguas	Libras básico
	Inglês Instrumental 1
	Outras línguas (Italiano, Francês, Espanhol)
	Línguas clássicas (Latim e Grego)

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do PPC.

Os componentes divididos em blocos mostram o teor aplicado da Linguística, voltando-se, principalmente, às habilidades escritas e orais da língua e à elaboração de materiais. O bloco teórico e prático é composto por estudos voltados para a natureza dos sons, da estrutura morfológica e sintática do Português como Língua Adicional. Somam-se a isso as discussões sobre políticas linguísticas e práticas de linguagem social, bem como os conhecimentos de outras línguas, literatura de expressão brasileira e diversos aspectos que dizem respeito à organização da Educação brasileira. Nota-se, assim, que o percurso acadêmico do graduando em PBSL “[...] requer uma sólida formação interdisciplinar, em face da natureza do curso [...]” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [s.d.], p. 12).

Conforme citado pelo atual coordenador, o PPC do curso de PBSL está passando por uma reformulação, com vistas a incorporar no documento ações institucionais contemporâneas referentes ao PLA. Isso mostra que há compromisso, por parte da coordenação, com a qualidade do curso ofertado e com sua adequação no que tange às políticas linguísticas.

As disciplinas assumem um caráter de “segunda língua” em suas nomenclaturas. Acredita-se que o termo faz referência à visibilidade de outros contextos, assim como acontece com o termo “adicional” adotado nesta pesquisa, principalmente ao considerar que a UnB oferta uma formação em Letras que se importa com o multilinguismo brasileiro (Libras e Línguas Indígenas, principalmente), refletindo em uma orientação curricular diferenciada, uma vez que a Licenciatura em PBSL possui um fluxo de curso específico cujo percurso habilita os professores para o trabalho com comunidades minoritárias que não têm o português como Língua Materna.

### **5.2.2 Letras Vernáculas – Português Língua Estrangeira (UFBA)**

A estrutura do curso de Licenciatura em Letras Vernáculas – Português Língua Estrangeira apresenta a ideia de formação sensível<sup>11</sup>, com docentes que se preocupam em se tornar agentes de interculturalidade (MENDES, 2020). Entende-se, dessa forma, que os componentes do curso possuem importância significativa em se tratando da formação de professores de PLA.

No PPC do curso de Licenciatura em LPLE da UFBA são destacados os seguintes objetivos para a opção de Português como Língua Estrangeira: formar profissionais de PLE; promover atividades de pesquisa, extensão e ensino de PLE; adotar o ILUFBA (Instituto de Letras da UFBA) de uma organização funcional, apta a estimular o desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão de PLE; promover a articulação no campo da aquisição e do ensino de PLE, com setores do Instituto de Letras e setores afins de outras Unidades da UFBA, bem como de outras IES; estimular a criação de convênios, visando ao intercâmbio e à cooperação da UFBA com universidades e centros de pesquisas (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004).

Acredita-se que os objetivos contemplam a multiplicidade de contextos existentes, a julgar que a estrutura curricular do curso subsidia aos egressos condições para atuarem em demandas que, decerto, passarão por crescimentos e mudanças em algum momento. A matriz curricular do curso (Anexo 4) combina uma série de componentes advindos das Letras Vernáculas, dispendo de teorias linguísticas, literárias e de Língua Portuguesa, além das disciplinas voltadas especificamente para o processo de ensino-aprendizagem do Português como Língua Não Materna, a saber: Introdução ao ensino do Português como Língua Estrangeira; Leitura no ensino de Português como Língua Estrangeira; Produção de textos no ensino de português como Língua Estrangeira; e Avaliação da proficiência de falantes de Português como Língua Estrangeira (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2004).

Mendes (2020) esclarece que o projeto de disciplinas, reformulado em 2012<sup>12</sup>, foi contemplado com mais dois componentes específicos, quais sejam, Oralidade em

---

<sup>11</sup> Ver em Mendes (2020) a discussão trazida pela autora sobre a formação culturalmente sensível de professores de línguas.

<sup>12</sup> Há um documento restrito do projeto de reformulação curricular do curso de Letras Português Língua Estrangeira datado de 2012. Para essa pesquisa não se teve acesso, as informações contidas nessa seção estão pautadas em artigos, teses e dissertações contidas nas referências dessa pesquisa.

português como língua estrangeira e Análise linguística em português como Língua Estrangeira, atualizando a carga horária total do curso para 340h.

É importante tecer uma crítica sobre o fato de as disciplinas obrigatórias voltadas para a formação específica em Português como Língua Adicional ainda se apresentam em um número relativamente baixo. No entanto, observa-se que há seis eixos optativos, o que dá autonomia para que o ingressante do curso de LPLE possa complementar seu currículo de formação de acordo com seus interesses. Segundo Mendes (2020), são doze componentes optativos ofertados nos eixos, conforme é demonstrado no quadro abaixo.

**Quadro 6** – Disciplinas optativas ofertadas no curso de Licenciatura em LPLE/UFBA

<b>Eixo</b>	<b>Disciplinas</b>
Reflexão e Prática Pedagógica	Análise de abordagem para o ensino de português Língua Estrangeira/Segunda Língua
	Avaliação e produção de matérias didáticos em Português Língua Estrangeira/Segunda Língua
	Desenvolvimento de projetos de trabalho em Português Língua Estrangeira
	Ensino da diversidade linguística em Português Língua Estrangeira
	Ensino de gêneros multimodais em Português Língua Estrangeira
	Ensino de literatura em Português Língua Estrangeira
	Pesquisa em Português Língua Estrangeira/Segunda Língua
	Planejamento de curso em Português Língua Estrangeira/Segunda Língua
	Trabalho com cinema no ensino de Português Língua Estrangeira
	Diálogos interculturais no ensino de Português Língua Estrangeira
	Crítica textual e ensino
	Críticas de processo de ensino

**Fonte:** Mendes (2020).

O conhecimento teórico adquirido ao longo das disciplinas é colocado em prática, principalmente, nos estágios supervisionados, que, de acordo com a matriz curricular do curso, acontecem no 8º e 9º semestres, com carga horária de 136h

para cada disciplina. Para isso, tem-se a extensão universitária desenvolvida pelo NUPEL e os projetos de políticas linguísticas reais institucionais desenvolvidos pela UFBA<sup>13</sup>.

Dessa maneira, vê-se que os componentes curriculares da referida Licenciatura se apresentam como elementos profícuos para uma boa formação dos professores de PLA. Ligados à extensão, eles têm a oportunidade de exercer a docência e de cumprir com outras etapas também importantes para sua trajetória acadêmica – elaboração de materiais, avaliação e planejamento.

### **5.2.3 Letras – Habilitação em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira (UNICAMP)**

A Licenciatura em Português L2/Língua Estrangeira da UNICAMP se difere da Licenciatura em Português como Língua Adicional pelo seu caráter de complementação. Trata-se de um acréscimo ao curso de Letras – Português como Língua Materna a partir da grade curricular específica em PL2/PLE, a qual pode ser efetivada ao longo de todo o curso ou após a sua conclusão, em regime complementar.

De acordo com o projeto curricular, o principal objetivo da Habilitação complementar em PL2/PLE é contribuir para uma formação reflexiva, com base sólida de conhecimentos e competências para a atuação em contextos públicos e privados de ensino do Português como Língua Adicional, com vistas à promoção da língua portuguesa, da literatura e da cultura brasileira (SCARAMUCCI; BIZON, 2021). Nessa perspectiva, destaca-se o ensino-aprendizagem do PLA, levando em consideração a presença de alunos(as) em contextos bilíngues (de imigração, de surdez, indígena e de fronteira) e intercambistas de convênio com universidades brasileiras.

Para alcançar esses propósitos, desenvolve-se no projeto pedagógico do curso um currículo pleno, que contempla disciplinas de três departamentos de Letras da UNICAMP (SCARAMUCCI; BIZON, 2021), buscando efetivar uma educação linguística pautada nos preceitos da LA ampliada. Desse modo, o desenho curricular do curso contribui para uma formação que assume um compromisso com a

---

<sup>13</sup> Essas ações são analisadas na seção 5.3.

(re)construção do conhecimento em uma concepção crítica, transgressiva e transdisciplinar da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006; CAVALCANTE, 2006; SIGINORI, 2006).

É importante, então, que os discentes do curso de PL2/PLE se reconheçam dentro do processo de sociedade contemporânea, a qual é impactada, a todo momento, pelo mundo tecnológico, pela mobilidade social entre os países e pela pluralidade linguística e cultural. Esse é o cenário para a formação de uma organização curricular diversificada e comprometida com as políticas linguísticas, buscando atenuar problemas sociais emergentes.

O currículo pleno da Licenciatura em PL2/PLE possui uma carga horária total de 900h, sendo 300h reservadas ao estágio supervisionado. O discente precisa, ainda, obter 60 créditos adicionais de complementação em PLA. O quadro a seguir apresenta as disciplinas obrigatórias e eletivas do curso.

**Quadro 7** – Disciplinas ofertadas na complementação em PL2/PLE/UNICAMP

<b>Tipo de disciplina</b>	<b>Disciplinas</b>
Obrigatórias	Introdução aos estudos de PL2/PLE
	A sala de aula de PL2/PLE
	Produção e avaliação de materiais para ensino de português como L2/LE
	Políticas linguísticas
	Monografia em PL2/PLE I
	Monografia em PL2/PLE II
	Estágio supervisionado em PL2/PLE I
	Estágio supervisionado em PL2/PLE II
Eletivas (2 créditos)	Educação bilíngue: teoria e prática
	O ensino de PL2 para surdos
	Ensino de Língua Estrangeira
	Sociolinguística
	História das ideias linguísticas
	Línguas indígenas
	Linguística histórica do Português I
	Linguística histórica do Português II
	O português do Brasil
Tópicos em sociolinguística e ensino	

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do PPC.

Nota-se que o bloco de disciplinas obrigatórias vai de encontro às reais necessidades do(a) professor(a) de PLA, que se particularizam a depender dos contextos do ensino do português: como Língua de Acolhimento, Estrangeira,

Adicional, de Herança, entre outros. Em vista disto, o currículo do curso está pautado na transdisciplinariedade (RAJAGOPALAN, 2006), buscando, primeiramente, conhecer o panorama do Português como Língua Adicional no Brasil e no exterior, a formação do profissional de Português como L2/LE e os aspectos de concepção de língua(gem), planejamento de metodologias de ensino, avaliação e proficiência.

Isso implica na elaboração de materiais didáticos em PL2/PLE a partir das realidades e necessidades de públicos específicos, bem como em pesquisas educacionais com foco nas línguas adicionais em contexto indígena, de imigração e refúgio, de surdez e de escolas internacionais. Reforça-se, assim, a importância de haver uma formação efetiva em PLA na universidade, e que esta ofereça um curso de Graduação em Letras com caráter singular, voltado às ações de políticas linguísticas, tal como acontece com o PL2/PLE da UNICAMP.

#### **5.2.4 Letras – Espanhol e Português Língua Estrangeira (UNILA)**

A região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina conta com a oferta, pela UNILA, do curso de Letras – Espanhol e Português como Língua Estrangeira, uma ação de política linguística que cumpre com o objetivo de integração latino-americana por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. A graduação oferece um curso bilíngue, Espanhol e Português, tendo em vista a condição de fronteira que atende uma demanda crescente pelo ensino de Português como Língua não Materna (AGUIAR; ALBUQUERQUE, 2014).

A matriz curricular do curso (Anexo 6) se consolida na perspectiva de difundir o ensino do português a partir de um pressuposto ideológico entre línguas-culturas e sujeitos em situação de fronteira, seguindo, portanto, o percurso da Linguística Aplicada como campo teórico autônomo e indisciplinar (MOITA LOPES, 2006). O documento é norteado por três eixos: (i) Linguagens, (ii) Pedagógico e (iii) interdisciplinar, os quais enfatizam que

o curso está baseado numa formação interdisciplinar e propõe a formação de professores(as) da área de Letras, para além dos limites disciplinares dos estudos de linguagem e de literatura. Neste Curso, articulam-se diferentes áreas e disciplinas, dentre elas os Estudos Culturais e Literários, a Estética, a Linguística. A Educação, a Filosofia, a Psicologia [...] que contribuem para a compreensão e a produção de conhecimento sobre questões relativas às linguagens, à literatura e à formação docente,

sobretudo no que se refere à América Latina. UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 15).

O eixo de Linguagens apresenta disciplinas curriculares obrigatórias e optativas. Os conteúdos desses componentes se referem aos estudos literários e da ciência da linguagem. Nos primeiros, sublinha-se a disciplina de Poéticas Latino-Americanas, presente em quase todos os semestres, trazendo temas que expressam assuntos do universo cultural, social e histórico da América Latina. Na segunda, destaca-se a concepção de que o país não é monolíngue, logo, é proposto o aprendizado de línguas como o Espanhol, Português, Guarani, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), além de outras línguas que são ofertadas em disciplinas optativas e cursos de extensão.

Já no eixo pedagógico, como em todo curso de Licenciatura, são estudadas disciplinas obrigatórias e optativas que têm como objetivo possibilitar aos futuros professores a ampliação de seus conhecimentos sobre o fazer docente, levando em consideração diferentes teorias e metodologias.

O eixo interdisciplinar, por sua vez, também é composto por componentes obrigatórios ofertados por outros departamentos, apresentando disciplinas como: América Latina I, II e III, Introdução ao pensamento Científico, Ética e Ciência, dentre outras, proporcionando a realização de atividades interdisciplinares “com base em uma concepção complexa e sistêmica dos problemas sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos da América Latina” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020, p. 20).

Nessa perspectiva, o estudo da cultura e da língua Guarani possui caráter obrigatório, especificamente em contexto de ensino e pesquisa, buscando estimular o interesse pelo aprendizado de línguas autóctones, bem como a reflexão sobre o ensino de línguas adicionais para comunidades indígenas, tornando o currículo do curso singular, uma vez que compactua com a abrangência dos contextos sociais em que determinada língua é aprendida como segunda, terceira ou quarta língua, sendo ela estrangeira ou não.

Observou-se, ainda na organização curricular do curso, a presença de temas transversais de natureza interdisciplinar, que são de suma importância nas relações contemporâneas entre indivíduos e meio social. Os temas também estão alinhados com os Parâmetros e Leis da Educação brasileira, desse modo, as discussões giram em torno da valorização da diversidade cultural latino-americana, identidades

socioculturais, problemas socioambientais e o empoderamento de grupos marginalizados socialmente.

No que tange às disciplinas de estágio supervisionado, são destinadas 850h de estágio obrigatório em Espanhol e Português, em que o discente desenvolverá atividades de observação, planejamento e regência. Vale ressaltar que essas práticas são realizadas no Ensino Fundamental de escolas brasileiras que se adequam ao contexto da fronteira tri-nacional, favorecendo o ensino do espanhol<sup>14</sup> e o desenvolvimento de projetos de extensão universitária no âmbito dos cursos de Letras.

Com relação ao componente de estágio em Português Língua Adicional, o mesmo é desenvolvido “em uma escola em Puerto Iguazu, Argentina, que conta com a disciplina de português em currículo [...]” (CARVALHAL, 2020, p. 69). Além disso, os cursos de extensão também são admitidos como práticas de estágio, atualmente com o programa permanente de línguas para a comunidade, a exemplo do “Ensino e Formação para integração, da UNILA”<sup>15</sup>, curso de “Português para Estrangeiros” e o curso de “Preparação para o Celpe-Bras” – políticas linguísticas de fato que serão exploradas na próxima seção.

Sendo assim, a organização do currículo dessa Licenciatura fomenta a formação de docentes para o ensino, pesquisa e extensão em Espanhol e Português como Língua estrangeira, aprimorando discursões teórico-metodológicas a respeito das políticas linguísticas fomentadas pela UNILA e da promoção do bilinguismo. Os componentes curriculares tornam-se, assim, laboratórios de aplicação de modelos teóricos de ensino-aprendizagem e de práticas interculturais vinculadas à aquisição das línguas, constituindo-se em um campo amplo de observação, pesquisa e práticas de ensino.

### 5.3 AS AÇÕES DE PLA COMO POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS

Nesta seção, analisa-se o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) e as ações de ensino de PLA entendidas enquanto

---

<sup>14</sup> Ensino facultativo do Espanhol no Ensino Médio.

<sup>15</sup> Projeto desenhado na perspectiva de difundir o ensino da língua, partindo da construção dialógica constante entre línguas-culturas e sujeitos e mundos culturais diferentes (AGUIAR; ALBUQUERQUE, 2014, p. 5).

políticas linguísticas oficial e real/fato nas Universidades Federais que ofertam a Licenciatura em Letras com Habilitação em Português Língua Não Materna.

Para esta pesquisa, compreende-se, para fins de recorte temporal, o período de 2007 a 2021, em que se encontram relevantes ações que promoveram o PLA nas instituições investigadas nesta Dissertação. Assim, para este momento da análise, busca-se responder aos seguintes questionamentos: Como o Celpe-Bras se desenvolve como ação de política linguística para o PLA nas Universidades? Quais ações de ensino de PLA são desenvolvidas nas Universidades?

Examina-se, portanto, documentos como: editais, manuais, portarias, *e-mails* e notícias, que se configuram como instrumento de dados, a fim de elencar ações de políticas linguística para o Português Língua Adicional.

### **5.3.1 Política Linguística oficial: o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras.**

Dando prosseguimento à discussão, destaca-se o único e importante instrumento legal sobre política linguística oficial para o ensino de PLA no Brasil, o Exame Celpe-Bras. Essa ação política é caracterizada como a primeira a oficializar um novo movimento das Universidades Federais em direção a outras ações na área de PLA.

Trata-se de um teste de proficiência único em Língua Portuguesa Brasileira, validado oficialmente pelas autoridades do governo do Brasil. Ele se desenvolve através do Ministério da Educação (MEC), sendo aplicado tanto no Brasil quanto no exterior, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Atualmente, o Celpe-Bras conta com 126 postos aplicadores, sendo 48 no Brasil e 78 fora do País, tendo sido esse número ampliado com a realização do Encontro de Coordenadores do Celpe-Bras (Enccelpe), em julho de 2018, em ação que favoreceu o reconhecimento oficial de novos postos, por meio do Edital nº 29/2017 de chamada pública para credenciamento de universidades federais, para atuação como Núcleo de Línguas (Nucli-IsF) no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). (BRASIL, 2020, p. 14).

O Celpe-Bras conta com um documento público base, que apresenta em seu texto orientações de esclarecimento sobre o que é o exame, sua construção legal e seus objetivos, viabilizando “aos participantes, aos professores de língua portuguesa

para estrangeiros e aos pesquisadores da área um instrumento para apresentar o construto do exame e sua operacionalização nas artes escrita e oral” (BRASIL, 2020, p.13).

O Exame oferece à comunidade acadêmica uma política existente oficial, uma vez que “foi se tornando um sólido instrumento de avaliação de proficiência, de fortalecimento da política linguística brasileira, com efeitos retroativos positivos sobre o ensino de língua portuguesa para estrangeiros e sobre a formação de professores nessa área” (BRASIL, 2020, p.13), oportunizando a criação de outras políticas linguísticas em comunidades linguísticas, neste caso, as que ofertam o Português como Língua Adicional.

No Brasil, o Exame é aplicado pelas Universidades Federais, com vistas ao ingresso de estudantes universitários estrangeiros em cursos de Graduação e Pós-Graduação. Uma política educacional de apoio a esses estudantes é contemplada por meio dos programas PEC-G e PEC-PG<sup>16</sup>, em que os alunos contemplados são estrangeiros cuja L1 não é a Língua Portuguesa.

No exterior, o Celpe-Bras é de responsabilidade do Centro Cultural Brasileiro (CCB). Atualmente, existem 78 postos aplicadores do exame fora do país, que são mantidos pelo MRE com ajuda técnico-científica de uma comissão de professores e pesquisadores em exercício na área de PLA, selecionados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP).

Segundo Schlatter (1999) e Scaramucci (2001), enquanto política linguística oficial, o Celpe-Bras teve sua primeira comissão elaborada em 1993, com o apoio da Secretaria de Ensino superior (SESu/MEC), contando com profissionais técnicos e pesquisadores da UFPB, UFRGS, UERJ e UNICAMP. Nesse primeiro momento, Schlatter (1999) esclarece que as discussões tiveram como objetivo determinar a respeito de ações iniciais para a construção efetiva do exame, tais como: motivação, público alvo, natureza do Exame, significado de proficiência, tratamento estatístico e o papel da cultura brasileira.

É a partir dessa política de impulsionamento para a consolidação do Exame Celpe-Bras que se confirmou a necessidade de uma política linguística oficial que atendesse a demandas motivacionais. Essas demandas se referem, em primeiro lugar, ao grande crescimento da internacionalização das Universidades Federais

---

<sup>16</sup> <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php/http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PEC/PCPG.php>

com o aumento de alunos intercambistas, em nível de Graduação e Pós-Graduação, e em segundo lugar, à política voltada para o ensino de PLA, a fim de nortear professores e pesquisadores dessa área. Antes do Celpe-Bras, não havia políticas linguísticas institucionalizadas que orientassem estes profissionais.

Além de certificar candidatos estrangeiros que não possuem o português como L1, o Exame também tem a finalidade, desde sua constituição, de transmitir tendências no ensino de PLA (SCARAMUCCI, 1999; 2001), conforme caracterizado pelo documento base do Celpe-Bras, formulado em 2020:

Fonte de inspiração e referência em direção ao aprofundamento da reflexão, ao avanço teórico e à ação na educação linguística, contribuindo para a disseminação e valorização do Exame e para a promoção do ensino de português para estrangeiros no Brasil e no exterior (BRASIL, 2020, p. 14).

A primeira edição do Exame ocorreu em 1998. Após seus 22 anos de existência, tornou-se um instrumento de política linguística bem sucedido, devido aos “impactos que tem exercido tanto na promoção da língua portuguesa em espaços e contextos socioculturais variados, dentro e fora do Brasil, quanto na transformação de práticas de ensino-aprendizagem de PLE.” (BRASIL, 2020, p.19).

O documento segue afirmando que, “como instrumento de política linguística do Estado brasileiro, o Celpe-Bras é, hoje, um Exame de alta relevância, já que decisões importantes são tomadas com base em seus resultados” (BRASIL, 2020, p. 19).

Sendo assim, na visão de Spolsky (2009), o cenário atual do Celpe-Bras nas Universidades Federais indica o início de uma ação voltada à política linguística oficial, uma vez que esta interpreta documentos declarados e oficiais. Convém destacar que o Exame tem fomentado outras ações de ensino de PLA, as quais serão analisadas mais adiante.

Nessa perspectiva, elucida-se o credenciamento da UnB, UFBA, UNICAMP, UNILA e de outras instituições como postos aplicadores do teste, conforme assevera a portaria nº 153, de 12 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União.

**Figura 3 – Credenciamentos das Universidades Federais como postos aplicadores do Exame Celpe-Bras**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**PORTARIA Nº 153, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010**

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, tendo em vista o disposto nas Portarias Ministeriais nº 1787/94 e 643/98, e recomendação da Coordenação Administrativa do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento das instituições a seguir relacionadas, para a realização do exame do Celpe-Bras, por um período de três (3) anos: No país: Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Universidade Federal do Pará - UFPA; Universidade Federal do Amapá - UNIFAP; Universidade Federal de Roraima - UFRR; Universidade de Brasília - UnB; Universidade Federal da Bahia - UFBA; Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Universidade Metodista de São Paulo - UMESP- Unidade São Paulo; Universidade Metodista de São Paulo - UMESP- Unidade São Bernardo; Universidade de São Paulo - USP; Universidade Federal Fluminense - UFF; Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; Universidade Federal do Paraná - UFPR; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Universidade

Federal de Santa Maria - UFSM; Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS - UNIJUI; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI e Universidade Estadual de Londrina - UEL. No exterior: Friedrich- Schiller-Universität Jena - Alemanha; Casa do Brasil- Escolas de Línguas- Buenos Aires- Argentina; Fundação Centro de Estudos Brasileiros - FUNCEB - Buenos Aires - Argentina; Universidade Nacional del Litoral - UNL - Santa Fé - Argentina; Universidade Nacional do Nordeste - UNNE - Província do Chaco - Argentina; Universidade Nacional de Córdoba - UNC- Argentina; Universität Salzburg - Austria; Centro Cultural Brasileiro - Bolívia; Universidade Tecnológica Privada de Santa Cruz de La Sierra - UTEPSA - Bolívia; Centro Cultural Brasileiro - Chile; Universidade de Macau - China; Universidade de Comunicação - China; Instituto Cultural Brasil - Colômbia - IBRACO - Bogotá; Instituto Cultural Brasil - Colômbia- IBRACO - Letícia; Instituto Cultural Brasil - Colômbia - IBRACO - Medellín; Hankuk University of Foreign Studies - HUFS - Coreia do Sul; Fundação Centro de Estudos Brasileiros - FC-DEB - São José - Costa Rica; Centro Cultural Brasileiro - El Salvador;

Instituto Brasileiro Equatoriano de Cultura - IBEC - Equador; Centro Cultural Brasileiro - Espanha (Barcelona); Centro de Estudos Brasileiros - Universidade de Salamanca - Espanha; Colégio Mayor - Casa do Brasil - Universidad Complutense de Madri - Espanha; Harvard University - EUA; University of Florida - EUA; Florida International University- FIU- EUA; Utah Valley University - EUA; Université dela Sorbonne Nouvelle - Paris3 - França; Université Paul-Valéry - Montpellier III - França; Université Paris X - Nanterre- França; Université Nantes - França; Université de Poitiers - França; Université Blaise Pascal (Clermont II)- França; Centro Cultural Brasileiro - Guiana; King's College London - Londres - Inglaterra; Centro Cultural Brasileiro - Itália; Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto - Japão; Centro Cultural Brasileiro - México; Centro Cultural Brasileiro - Nicarágua; Obafemi Awolowo University- Nigéria; Centro Cultural Brasileiro - Paraguai; Centro Cultural Brasileiro - Peru; Centro de Difusão Cultural Casa do Brasil Grupo Terrabrasil - Arequipa - Peru; Uniwersytet Marii Curie Skłodowskiej - Lublin - Polônia; Instituto Cultural Brasileiro de Zurique - Suíça; Centro Cultural Brasileiro - Suriname; Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro - ICUB - Uruguai; Instituto Cultural Brasil - Venezuela (ICBV).

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Fonte:** Acervo Celpe-Bras<sup>17</sup>

Ao considerar o Exame Celpe-Bras, seu documento base e a portaria de credenciamento das universidades como postos aplicadores, verifica-se que há um período, dividido em dois momentos, de consolidação do percurso do ensino de PLA nas Instituições de Ensino Superior pesquisadas nesta Dissertação. O primeiro, que diz respeito à área do PLA no Brasil, conforme descrito na seção 3.1, a qual apresenta o percurso e desenvolvimento da área a partir de ações de políticas

<sup>17</sup> Disponível em <https://www.ufrgs.br/acervocelpebras/legislacao/>. Acesso em 12 set. 2021.

linguísticas de fato por meio de ações isoladas e contextuais no ensino de PLA, como, por exemplo, os materiais didáticos específicos, cursos de extensão e eventos acadêmicos para a expansão e promoção do português enquanto língua não materna; e o segundo, que é marcado pelo Celpe-Bras e suas aplicações, facilitando a operacionalização de ações no âmbito de PLA na UnB, UFBA, UNICAMP e UNILA, uma vez que a construção do Exame enquanto documento político para a língua é um apoio necessário para o desenvolvimento de novas ações no ensino de PLA.

O Celpe-Bras contribui ainda para a avaliação de determinadas ações das universidades, como a oferta de cursos de Letras com Habilitação em Português Língua Adicional, o que pode ser observado na UNICAMP, que dispõe de um curso de complementação desde 2015, e na UNILA, que também tem suas ações datadas no mesmo período.

Sobre esta última instituição, destaca-se o fato de ela estar localizada na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) e a grande importância que o curso de Letras – Habilitação em Espanhol e Português Língua Estrangeira tem no que concerne às ações de PLA nessa região, subsidiando medidas educacionais que vão além dos cursos de extensão, com o propósito de formar professores de PLA a partir de um currículo eficiente.

Nesse contexto, convém afirmar que a criação do Exame, exercendo uma ação de política linguística,

[...] Representa um gesto de autoria brasileira em relação à produção de conhecimento metalinguístico sobre o português como língua estrangeira, bem como em relação à gestão, no território nacional e fora dele, do acesso à língua portuguesa por falantes de outras línguas, conforme argumentam Zoppi-Fontana e Diniz (2008). (BRASIL, 2020, p. 19)

O documento também dispõe sobre os efeitos do exame nas universidades. A título de exemplo, cita-se novamente a UNILA, com seu projeto transregional. A formação inicial de professores de Espanhol e Português como Línguas Adicionais contribui para a geração de políticas linguísticas fundamentadas no plurilinguismo e na interculturalidade voltados sobretudo aos contextos multilíngues da América Latina e de outros continentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2020).

O Celpe-Bras atua também no sentido da criação de projetos de pesquisa e de extensão e na elaboração de propostas de cursos de formação inicial e continuada. Acerca dessa questão, Scaramucci (2012, p.49) comenta:

[...] Consideramos que, pela sua natureza, o exame Celpe-Bras seja, potencialmente, capaz de direcionar não apenas as práticas de ensino e de aprendizagem, mas também as ações de formação do professor, mesmo não sendo um exame voltado para avaliação desse público alvo.

A autora aclara que o Exame Celpe-Bras orienta práticas de aprendizagem em PLA e a formação de professores, gerando impactos positivos nos ambientes credenciados em que o exame é desenvolvido.

Pode-se afirmar que, embora o Exame venha afetando, de modos diferentes, os professores, percebe-se, no geral, uma atitude positiva em relação a ele, com o crescente reconhecimento de seu impacto em diferentes dimensões da sala de aula, dos currículos e dos materiais de PLE (Scaramucci, 2004b; 2006).” (BRASIL, 2020, p. 21)

Esse impacto provoca um *efeito retroativo*<sup>18</sup> (SCARAMUCCI, 2012), termo específico utilizado nos estudos em PLA. No ensino, esse efeito gera impactos que influenciam outras políticas efetivas para o Português como Língua Adicional.

[...] Os efeitos também ocorrem na formação das pessoas envolvidas com o Exame, a exemplo das equipes de elaboração e correção, visto que os encontros promovidos pelo Inep têm possibilitado o diálogo e a troca de experiência e conhecimentos entre profissionais da área de PLE, constituindo-se espaços de atualização continuada sobre práticas de ensino-aprendizagem, além de fomentar parcerias e intercâmbios entre instituições e profissionais da área, inclusive para fins de pesquisa. (BRASIL, 2020, p. 21)

Aclara-se que o Exame conduziu as ações de ensino-aprendizagem e formação docente de PLA nas Universidades Federais analisadas nessa pesquisa, levando em consideração as informações observadas nas portarias, no documento base do Celpe-Bras e as notícias vinculadas. Portanto, na próxima seção, destaca-se as ações denominadas de política linguística real/de fato, que foram importantes para impulsionar a área de PLA depois da política expressa pelo Celpe-Bras.

---

<sup>18</sup> Impactos sociais, éticos e políticos das avaliações nos participantes e na sociedade em geral (SCARAMUCCI, 2004).

### 5.3.2 Política Linguística real/de fato: oferta de cursos de PLA

Nesta seção, são elencadas algumas ações de políticas linguísticas denominadas de real/de fato, que surgiram na UnB, UFBA, UNICAMP e UNILA. Essas políticas voltadas para o PLA advêm da necessidade de uso da Língua Portuguesa por estudantes estrangeiros, imigrantes em situações de refúgio, indígenas e surdos.

#### 5.3.2.1 Ações de Política Linguística real/de fato desenvolvidas na UnB, UFBA, UNICAMP e UNILA.

Inicia-se esta subseção com a sistematização das informações sobre as ações de políticas linguísticas desenvolvidas nas universidades públicas investigadas nesta pesquisa (Quadro 8). As ações direcionam o ensino-aprendizagem de PLA nessas instituições e demarcam as especificidades de cada curso de Licenciatura em Letras – Habilitação em PLA.

**Quadro 8** – Ações de política linguística real/de fato desenvolvidas pelas universidades públicas

<b>Instituição</b>	<b>Ação de Política Linguística</b>	<b>Público-alvo</b>
UnB	Extensão pelo NEPPE: Curso preparatório Celpe-Bras; Cursos regulares de Português para Estrangeiro; ProAcolher: Português como Língua de Acolhimento; Licenciatura em PBSL.	Estrangeiros, imigrantes e refugiados, discentes do curso de Licenciatura em PBSL.
UFBA	Extensão pelo NUPEL: Curso de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua (PLE); Curso de Português como Língua Estrangeira para Mulheres; Proficiência PROEMPLE; Curso de Licenciatura em PLE.	Estrangeiros, mulheres estrangeiras, estudantes de intercâmbio.
UNICAMP	Extensão pelo NuLi – IsF: Aspectos da cultura brasileira (Básico I);	Estrangeiros, estudantes de intercâmbio.

	Letramento acadêmico: produção de resumos e artigos científicos; Familiarização com o Exame Celpe-Bras; Licenciatura complementar – Habilitação em Português L2/LE.	
UNILA	Cursos de Extensão: Português para falantes de outras línguas; Espanhol-Português para Intercâmbio CEPI; Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu; Licenciatura em Espanhol-Português como Língua Estrangeira.	Estrangeiros, estudantes de intercâmbio.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O Quadro exemplifica as ações de políticas linguísticas reais nas universidades públicas, que advêm de “práticas, crenças e decisões sobre a gestão da linguagem por parte de uma comunidade ou governo” (SPOLSKY, 2004, p. 9). A concepção que se tem aqui de *políticas linguísticas reais* é a de que elas estabelecem a implementação de ações de fato, com o objetivo de resolver problemas e situações reais de uso do Português como Língua Adicional nos contextos de ensino-aprendizagem.

É necessário observar outros mecanismos e seus efeitos refletidos nas políticas linguísticas de fato, pois não são somente as leis e documentos oficiais que as caracterizam. Mecanismos como as regras e regulamentações, o ensino de línguas, os testes de línguas, a língua nas universidades e outros espaços também precisam ser levados em consideração, uma vez que é a partir deles que as práticas de linguagem são determinadas de políticas de fato, que criam e se manifestam em contextos sociais (SHOHAMY, 2006).

Desse modo, destaca-se, primeiramente, uma publicação postada em uma rede social do NEPPE/UnB, em 14/03/2019, com a finalidade de divulgar um curso preparatório para o Exame Celpe-Bras.

**Figura 4** – Divulgação do curso preparatório para o Celpe-Bras (NEPPE/UnB)



Fonte: Facebook<sup>19</sup>.

Certamente, o curso preparatório surge de uma demanda específica da UnB, por ela ser uma instituição credenciada para a aplicação do Exame e polo de internacionalização através do programa PEC-G e PEC-PG. Essa cooperação internacional no ensino superior estabelece um elo entre o Brasil e países da América Latina, Caribe, África, Ásia e Europa (BRASIL, 2020). Logo, o público-alvo do curso são estudantes oriundos do programa de internacionalização que se candidatam ao Exame de certificação em Língua Portuguesa.

Em uma publicação do site da UnB (Figura 5), datada em 28/04/2019, noticia-se a chegada de alunos(as) que são os público-alvo da internacionalização da instituição e da política oficial do Celpe-Bras.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/neppeunb/>. Acesso em 19 abr. 2022.

**Figura 5** – Notícia extraída da *homepage* da UnB



**Fonte:** UnB Notícias<sup>20</sup>.

O programa PEC-G surge em 1965, em virtude do grande número de estrangeiros vindos para o Brasil na década de 1960 e da necessidade de amparar os estudantes, regulamentando seu *status* no Brasil (BRASIL, 2020). Porém, segundo Diniz e Bizon (2015, p. 127), precisa-se reconhecer que, “embora o PEC-G não tenha como foco principal a promoção do português [...], ele tem, no bojo de seu funcionamento, uma política de promoção dessa língua”. Concorde-se com a proposição do autor, tendo em vista que discutir as políticas linguísticas reais inscritas em oferta de cursos PLA confirma a potência desse mecanismo, o qual desencadeia novas ações relativas ao ensino do Português como Língua Adicional.

Ainda falando do exame Celpe-Bras e da política de acordo e internacionalização através do PEC-G, traz-se para o cerne a UNILA, Universidade Federal criada em Foz do Iguaçu, em meados de 2010, cujas ações visam promover a integração econômica, social e política das comunidades fronteiriças na Argentina, Brasil e Paraguai (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, 2012).

O “Curso Preparatório Exame Celpe-Bras”, desenvolvido e ofertado de acordo com as recomendações de prevenção contra a Covid-19, é ofertado por meio de extensão acadêmica, com publicação e chamada pela *homepage* da UNILA, conforme demonstrado na figura 6.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://noticias.unb.br/67-ensino/2851-calouros-do-pec-g-tem-recepcao-especial>. Acesso em 19 abr. 2022.

**Figura 6** – Notícia extraída da *homepage* da UNILA

## Curso Preparatório Celpe-Bras

Gratuita e ofertada a distância pelo Moodle da UNILA, atividade está com inscrições abertas até o dia 2 de agosto

Publicado: 15/07/2021 17h11,

Última modificação: 15/07/2021 17h11

Realizado com apoio do PROEX e do Departamento de Educação a Distância, o Curso Preparatório Celpe-Bras (turma 3) recebe inscrições até o dia 2 de agosto, via SIGAA. A atividade - gratuita e ofertada a distância pelo Moodle da UNILA - tem o objetivo de preparar futuros examinandos que pretendem fazer o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).

O curso tem carga horária de 40 horas e oferece informações sobre o sistema de certificação, simulados da prova escrita e o retorno individualizado de correção de cada uma das quatro tarefas do exame, além de uma simulação da prova oral. As aulas estão programadas para o período de 16 de agosto a 4 de outubro, e estima-se uma dedicação de aproximadamente cinco horas por semana. Haverá uma emissão de certificado para os participantes ativos. Em caso de dúvida, o e-mail de contato é [extensao.preparatoriocelpebras@unila.edu.br](mailto:extensao.preparatoriocelpebras@unila.edu.br).

**Fonte:** Site da UNILA<sup>21</sup>.

A partir desta notícia, vê-se a seriedade com que a universidade elabora, oferta e executa o curso, sem desviar de seu principal objetivo, que é “preparar futuros examinandos” para o Celpe-Bras, dispondo de uma carga horária exclusiva para sublinhar os pontos-chave da prova de proficiência, com “retorno individualizado de correção de cada uma das quatro tarefas do exame”. O curso preparatório é voltado exclusivamente para o Exame Celpe-Bras, fator que o diferencia de outros cursos de PLA ofertados pela universidade.

A iniciativa reforça as ações de política linguística para a promoção do PLA na instituição. Infelizmente, não foram identificados outros dados referentes ao “Curso preparatório Celpe-Bras”, apenas a notícia destacada na figura 6. Contudo, a partir dela, pode-se inferir que há características de uma política linguística de fato, que, de certa maneira, é cruzada por uma política oficial de língua (a própria política de internacionalização da UNILA e também o exame Celpe-Bras). Este fato pode ser melhor observado na figura 7.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/curso-preparatorio-celpe-bras-4>. Acesso em 20 abr. 2022.

**Figura 7** – Reportagem extraída do portal de notícias do G1

20/05/2010 08h20 - Atualizado em 20/05/2010 12h16

## Universidade federal latino-americana terá aulas em português e espanhol

Cursos terão professores e alunos do Brasil e do exterior.  
Primeiros seis cursos começam em agosto.

Do G1, em São Paulo



A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) terá aulas em português e em espanhol dependendo do professor que ministrará cada disciplina. Para poder assistir às aulas, todos os estudantes terão aulas de línguas no primeiro ano de curso, segundo o reitor da universidade, Héglio Trindade.

Na terça-feira (18), a universidade anunciou a abertura de 300 vagas em seis cursos de graduação em agosto deste ano. Metade das vagas para estudantes e para professores serão

**Fonte:** Portal do G1<sup>22</sup>.

Veiculada no portal *on-line* de um jornal nacional<sup>23</sup>, a notícia se refere à articulação dos cursos desenvolvidos na UNILA, tendo em vista o cenário em que surgem as demandas locais de gerenciamento e mecanismo sobre PLA – neste caso, a necessidade dos alunos de assistirem às aulas nos dois idiomas (português e espanhol) e, conseqüentemente, a procura pela realização do Celpe-Bras por alunos que não têm o português como L1 e precisam certificar sua proficiência para cursarem o nível superior na universidade.

Assim como as demais universidades públicas apresentadas anteriormente, a UNICAMP, desde sua criação, também articula iniciativas de políticas linguísticas reais. A partir do aporte teórico apresentado nesta pesquisa, entende-se que políticas sobre línguas, especificamente as adicionais, não advêm somente do Estado, mas também das instituições e dos sujeitos sociais. É nessa perspectiva que Scaramucci e Bizon (2020) destacam três fases de ações políticas na UNICAMP. A primeira foi o reconhecimento, por parte do fundador<sup>24</sup> da universidade, sobre a necessidade de ensinar português para estrangeiros; a segunda é caracterizada como a mais longa, com 39 anos de desenvolvimento de

<sup>22</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/05/universidade-federal-latino-americana-tera-aulas-em-portugues-e-espanhol.html>. Acesso em 20 abr. 2022.

<sup>23</sup> O G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo.

<sup>24</sup> Professor Zeferino Vaz, idealizador e responsável pela criação da UNICAMP.

atividades, em que se consolidou o ensino, a pesquisa e as políticas oficiais de línguas (o Celpe-Bras); a terceira, como já visto na seção 5.1.3, está datada em meados de 2009, quando se começou a discutir sobre a criação de uma segunda Habilitação no Curso de Letras – Língua Materna do IEL.

Para esta análise, convém destacar a segunda fase, pois é neste ponto do percurso e desenvolvimento do PLA que a UNICAMP ensaia a primeira elaboração de um exame de proficiência em português para estrangeiros, que, posteriormente, levantou a comissão de professores e pesquisadores de PLA para a elaboração do Celpe-Bras. Atualmente, o Exame é gerido por uma comissão técnica da instituição<sup>25</sup>, que o tornou o principal responsável pela gestão de uma política de língua de alcance internacional (SCARAMUCCI; BIZON, 2020).

Como uma das pioneiras do exame de proficiência em português brasileiro, a UNICAMP foi a primeira Universidade Estadual a ser incluída como posto aplicador, em 1998. Esse percurso de experiência foi primordial para alavancar as pesquisas com publicações, cursos e seminários na área de PLA. Recentemente, em meados de 2017, registrou-se no NuLi-IsF/UNICAMP a execução do Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem fronteiras, com a oferta de cursos de português para estrangeiros.

**Figura 8** – Postagem da rede social do NuLi-UNICAMP

**NuLi-IsF Unicamp**  
29 de julho de 2019 · 🌐

Inscrições abertas para cursos presenciais de português para estrangeiros!  
Para se inscrever solicite o primeiro acesso em <http://isfaluno.mec.gov.br/>, ou faça login, caso já possua cadastro. Clique em "Aulas Presenciais" e se inscreva no curso de sua preferência. Ou compareça presencialmente ao NuLi, em um dos horários de atendimento, portando seu CPF. Os cursos são gratuitos e terão início em 26/08. Inscrições até dia 15/08, ao meio-dia.

CURSOS PRESENCIAIS DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS		
INSCRIÇÕES ATÉ 15/08		
Aspectos da cultura brasileira (BÁSICO I)	✓ Segunda e quarta	🕒 16h-17h30
Letramento acadêmico: produção de resumos e artigos científicos	✓ Segunda e quarta	🕒 18h-20h
Familiarização com o exame	✓ Segunda e sexta	🕒 14h-16h
<b>Celpe&gt;Bras</b>	✓ Terça e quinta	🕒 18h-20h

**Cursos gratuitos de 32 horas**

Fonte: Facebook<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> <https://www2.iel.unicamp.br/celpebrasunicamp/o-celpe-bras-na-unicamp/>

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/isf.unicamp>. Acesso em 21 abr. 2022.

Na figura, vê-se a oferta de três cursos – o primeiro voltado para a cultura brasileira, o segundo para as atividades acadêmicas de alunos estrangeiros e o terceiro para a preparação do Celpe-Bras, todos com uma carga horária de 32h. Essas formações são intensivas e surgem conforme as demandas institucionais. Ressalta-se que a UNICAMP, em seu percurso acadêmico em PLA, sempre desenvolveu ofertas de cursos de português para seus discentes – de Graduação e Pós-Graduação. Portanto, o curso “Familiarização com exame Celpe-Bras” dá um suporte de preparação para a certificação de proficiência desses alunos.

Infere-se, ademais, que a quantidade de cursos desenvolvidos pelo NuLi-IsF/UNICAMP possui relação com o fato de a universidade ser um campo fértil e o mais antigo nas ações de políticas linguísticas para o português como língua pluricêntrica. Logo, a diversidade de cursos de PLA ofertados na instituição se configura como um mecanismo de ensino e de aprendizagem nessa área, tanto para os docentes quanto para os discentes, consolidando-se como uma política real de PLA (SHOMAMY, 2006).

Além disso, outro fator importante que merece destaque é “a criação da Bolsa PLE, específica para professores em formação, em nível de graduação e de pós-graduação, com duração de até dois anos.” (SCARAMUCCI; BIZON, 2020, p. 104).

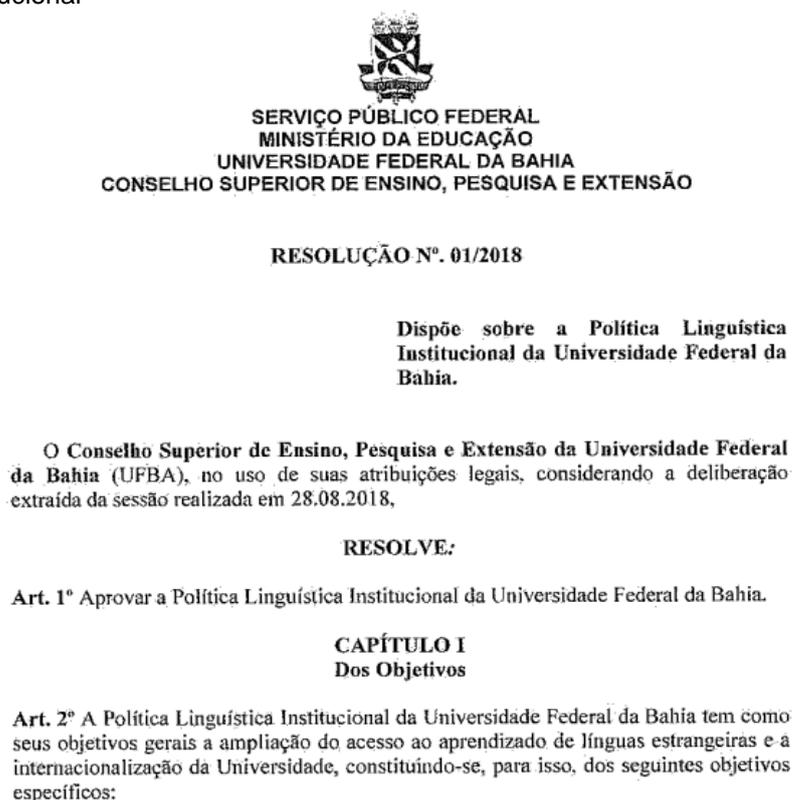
No movimento a favor da estruturação da política linguística, percebe-se que houve grandes ações referentes ao ensino de PLA na universidade até 2018, de acordo com a oferta dos cursos e suas especificações. Entretanto, um fato recente fez com que algumas atividades fossem cessadas. Em uma conversa por *e-mail* (Ver Anexo 1) com a Professora Doutora Ana Cecília Cossi Bizon, do departamento IEL/UNICAMP, ela comentou que os cursos oferecidos pelo NuLi-IsF/UNICAMP – o de preparação para o Celpe-Bras, especificamente – não foi mais ofertado, pois houve a extinção do “NuLi na UNICAMP”. Um retrocesso para um campo de estudos que está em passos de ascensão.

Diante disso, apoiando-se teoricamente em Shahomy (2004; 2006), Spolsky (2004) e Alencar (2019), fica claro que as políticas linguísticas de fato são um mecanismo utilizado para criar ações práticas para o desenvolvimento da língua-alvo, neste caso, o Português Língua Adicional, podendo ser consideradas também como políticas educacionais para a língua, uma vez que são utilizadas pela pesquisa e extensão acadêmica com o propósito de criar decisões acerca das línguas adicionais em contexto escolar e/ou universitário específico.

Com base nessa discussão, já é possível perceber que as políticas linguísticas oficiais, além de ainda serem tímidas, têm como objetivo a expansão do Português enquanto Língua Adicional e a internacionalização das universidades públicas do país. O que se presencia durante esses anos de crescimento da área de PLA é uma determinada política linguística real e/ou de fato para a oferta de cursos de Português como Língua Não Materna que nascem a partir de uma demanda local, com vistas à promoção de uma educação linguística democrática e inclusiva.

Na mesma perspectiva, a UFBA, em 2018, através do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, publica a Resolução N° 01/2018, que aprova a política linguística na instituição, como mostra a figura 9.

**Figura 9** – Trecho da resolução que dispõe sobre a Política Linguística Institucional



**Fonte:** Portal da UFBA<sup>27</sup>.

O documento<sup>28</sup> traz informações detalhadas sobre o acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras e internacionalização da UFBA e dispõe de metas

<sup>27</sup> Disponível em:

<https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2001.2018%20-%20CONSEPE.pdf>. Acesso em 21 abr. 2022.

<sup>28</sup> A Resolução, em sua versão integral, pode ser consultada no Anexo 3.

específicas que abrem espaço para o ensino-aprendizagem de PLA, são elas: oferecer cursos de português para estrangeiros, alunos/as oriundos do Programa PEC-G, bem como para professores e pesquisadores visitantes, através do Núcleo de Línguas da própria instituição; fomentar a formação de estudantes de Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Estrangeira; dar o devido apoio aos exames de proficiência oferecidos pela universidade, no âmbito do Idiomas sem Fronteiras e do Celpe-Bras.

O Programa de Proficiência para Estudantes e Servidores da Universidade Federal da Bahia (PROFICI)<sup>29</sup>, previsto na resolução de política linguística institucional, é uma ação que foi implementada em 2012, com o objetivo de atender alunos/as, com a oferta de cursos de idiomas, e promover a formação de monitores que ministram as aulas de línguas. A respeito do PLA, há um subprograma dentro do PROFICI, denominado PROEMPLE (Programa Especial de Monitoria de Português como Língua Estrangeira), uma iniciativa da universidade – área de Português Língua Não Materna em contexto de política de formação docente.

Dessa forma, a UFBA torna-se um forte polo acadêmico no desenvolvimento de ações de políticas linguísticas que envolvem o Português Língua Adicional. Vale lembrar que ela é um posto aplicador do Exame Celpe-Bras e oferece, desde 2005, uma Licenciatura Plena em Letras que forma professores de PLA. Além disso, através dos núcleos de línguas, como NUPEL e PROFICI, a instituição oferta cursos de português para pessoas que não têm o idioma como sua primeira língua.

Neste último caso, constata-se uma ação de política linguística devido ao seu carácter institucional de internacionalização, ofertando, de forma gratuita, seis cursos de línguas estrangeiras para alunos e servidores da UFBA, quais sejam, Inglês, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano e Português como Língua Adicional. Desse modo, chega-se à conclusão de que existe uma ação indicativa de política linguística oficial (SHOHAMY, 2006), pois sua mobilização dependeu e foi regido por um documento oficial no contexto de política para a internacionalização da instituição.

Depois da Licenciatura específica em PLA da UnB, a UFBA foi a segunda instituição pública brasileira a implementar a Licenciatura em Português como Língua Estrangeira/Segunda Língua. Seu perfil singular, discutido na seção 5.1.2,

---

<sup>29</sup> <https://profici.ufba.br/>.

apresenta à comunidade acadêmica uma formação culturalmente sensível (MENDES, 2020), ou seja, aquela em que o licenciado seja capaz de promover a interculturalidade e articular políticas de projeção da Língua Portuguesa falada no Brasil para o mundo.

Para isso, criou-se o NUPEL, núcleo que promove a extensão do PLA na UFBA, com o intuito de coordenar, fomentar, gerenciar, apoiar, acompanhar e avaliar ações de políticas linguísticas destinadas aos alunos estrangeiros que chegam à universidade sem qualquer conhecimento da Língua Portuguesa e às pessoas das comunidades interna e externa que já são capazes de se comunicar em português, mas que desejam aperfeiçoar sua proficiência oral e escrita.

A figura a seguir traz informações adicionais sobre os cursos de PLA.

**Figura 10** – Níveis e ementas de cursos de PLA

Português Língua Estrangeira (PLE)	
PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA / SEGUNDA LÍNGUA (PLE)	
DESCRIÇÃO DOS CURSOS E NÍVEIS	
<b>Português Básico I (60 horas)</b>	<b>Ementa:</b> Sensibilização para a diversidade sociocultural brasileira, para aspectos pragmático-culturais constituintes de interações cotidianas em situações comunicativas de baixa complexidade. Compreensão e produção de gêneros discursivos orais, escritos e multimodais para o engajamento, de maneira simples, em esferas do cotidiano. Familiarização com aspectos fonético-fonológicos e repertórios lexicogramaticais do português brasileiro necessários para interação no dia a dia.
<b>Português Básico II (60 horas)</b>	<b>Ementa:</b> Aspectos socioculturais brasileiros em relação às línguas-culturas dos aprendizes, de modo a promover as relações interculturais. Compreensão e produção de gêneros discursivos orais, escritos e multimodais para ampliação do engajamento em esferas do cotidiano. Prática das principais características do quadro fonético-fonológico do português e ampliação de repertórios lexicogramaticais básicos para interação no dia a dia.
<b>Português Intermediário I (60 horas)</b>	<b>Ementa:</b> Aspectos socioculturais brasileiros e das línguas-culturas em interação. Compreensão e produção de gêneros discursivos orais, escritos e multimodais para engajamento tanto em esferas do cotidiano quanto em algumas outras esferas de maior complexidade. Prática de aspectos fonético-fonológicos do português. Desenvolvimento de alguns repertórios lexicogramaticais complexos conforme os propósitos e gêneros discursivos.
<b>Português Intermediário II (60 horas)</b>	<b>Ementa:</b> Aspectos socioculturais brasileiros e das línguas-culturas em interação. Compreensão e produção de variados gêneros discursivos orais, escritos e multimodais, especialmente da esfera midiática. Aprimoramento da competência interacional e da fluência em práticas diversificadas de produção oral. Ampliação de repertórios lexicogramaticais complexos conforme os propósitos e gêneros discursivos.

**Português Avançado I (60 horas)**

**Ementa:** Aspectos socioculturais brasileiros e das línguas-culturas em interação. Educação, ciência, tecnologia e mercado de trabalho no Brasil. Compreensão e produção de gêneros discursivos orais, escritos e multimodais para engajamento, com autonomia e desenvoltura, sobretudo nas esferas acadêmica e profissional. Aprimoramento da competência interacional e da fluência em práticas complexas de produção oral. Ampliação e refinamento de repertórios lexicogramaticais complexos conforme os propósitos e gêneros discursivos.

**Português Avançado II (60 horas)**

**Ementa:** Aspectos socioculturais brasileiros e das línguas-culturas em interação. Aprofundamento em aspectos antropológicos, econômicos, culturais, filosóficos, sociológicos e políticos do Brasil. Fruição e análise de produções artísticas brasileiras e de outros países de língua portuguesa, canônicas e não canônicas. Compreensão e produção de gêneros discursivos orais, escritos e multimodais para engajamento, com autonomia e desenvoltura, em esferas complexas, particularmente, a artística. Aprimoramento da competência interacional e da fluência para a expressão de ideias abstratas em práticas complexas de produção oral. Ampliação e refinamento de recursos lexicogramaticais complexos, de modo a interpretar e produzir, de maneira precisa, nuances de significado, conforme os propósitos e gêneros discursivos.

**Observação:**

Descrição dos níveis dos cursos de português língua estrangeira / segunda língua oferecidos pelo NUPEL, adequados aos contextos de ensino da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, Bahia-Brasil. Os descritores aqui apresentados basearam-se nas Propostas Curriculares para o Ensino de Português no Exterior, produzidas pelo Itamaraty, sendo adaptados ao contexto de ensino do NUPEL, tomando como referência o volume:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Proposta curricular para o ensino de português nas unidades da rede de ensino do Itamaraty em países de língua oficial espanhola*. Autores: Leandro Diniz e Ana Cecília C. Bizon. Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/21-1122-1>. Acesso em: 13. Jun. 2021.

**Fonte:** Portal do NUPEL<sup>30</sup>.

A *homepage* apresenta informações detalhadas sobre as ofertas de cursos de extensão do NUPEL, com o nome de cada curso, sua carga horária, ementa e seus níveis. Sobre estes últimos, há 2 níveis básicos, 2 intermediários e 1 avançado. A formalidade das informações demonstra um aprimoramento nos projetos de PLA institucionais e o fortalecimento da política linguística para a área.

Pode-se afirmar que as especificidades de cada curso foram desenhadas a partir de mecanismos de expressão de uma política linguística voltada, com grande amplitude, à formação educacional, devido à resolução que dispõe sobre políticas linguísticas na UFBA e aos núcleos que ofertam tipos distintos de cursos, que são fundamentados na tríade universitária ensino-pesquisa-extensão, revelando o potencial em política de elaboração e formação da área de PLA.

Outra consideração importante a se fazer é sobre determinadas demandas que a UFBA e as demais universidades foram impulsionadas a elaborar, principalmente com relação à implementação de políticas linguísticas que estão relacionadas aos fluxos de imigrantes e aos processos de acolhimento de refugiados.

Estes grupos minoritários chegaram/chegam ao Brasil por diversos motivos, dentre os quais, a busca de melhores condições de vida, situação política e econômica desfavorável e até mesmo o abandono da própria nação em decorrência de guerras causadas por conflitos políticos e religiosos e de desastres naturais. (CABETE, 2017). No entanto, esses sujeitos deslocados e forçados (AYDOS, 2010)

<sup>30</sup> Disponível em: <http://www.nupel.ufba.br/portugues>. Acesso em 22 Abr. 2022.

geralmente não encontram uma assistência que promova seu acolhimento no território brasileiro.

É interessante observar que não há uma política linguística oficial que realmente insira os imigrantes, sejam eles considerados refugiados ou não, nas atividades sociais do Estado Brasileiro. O que existe atualmente é o Português como Língua de Acolhimento (PLAc), que neste estudo é considerado como uma política linguística real/de fato, por se tratar de uma modalidade do português que contempla a necessidade de proficiência que “ultrapassa a motivação turística ou acadêmica, interliga-se à realidade socioeconômica e político-cultural em que se encontra.” (GROSSO, 2010, p. 71).

O desenvolvimento do PLAc como política linguística real/de fato para grupos minoritários é uma demanda urgente que visa proporcionar, por meio da Língua Portuguesa, a interação dos indivíduos em espaços sociais, fugindo da exclusão cultural e social e se adequando às relações mais formais de trabalho. O aprendizado da língua de acolhimento, portanto, supre uma necessidade relacionada à sobrevivência e inclusão social no país de imigração.

Nesse sentido, afirma-se, com respaldo teórico em Spolsky (2004), Shahomy (2006), Schlatter (2011) e Alencar (2019), que as políticas linguísticas podem ser compreendidas como medidas tomadas sobre o uso da língua, seus falantes e suas relações em diferentes contextos, determinadas ou não por legislação, normativas governamentais ou institucionais.

O PLAc tornou-se um mecanismo político para a Língua Portuguesa nas universidades brasileiras. Em junho de 2017, a UnB promoveu o primeiro Encontro Nacional de Português Língua de Acolhimento (I ENPLAc), correlacionando, mais uma vez, pesquisas, grupos de trabalhos e projetos sobre a temática, o que pode também ser considerado como uma política assistencial para o Português Língua Adicional.

Ainda nessa perspectiva, a UFBA, por se dedicar a projetos institucionais que fomentam políticas em educação linguística, ofertou, em 2017, o curso de Português como Língua Estrangeira para Mulheres, o qual foi divulgado em uma notícia no *site* do Mapeamento Cultural UFBA 2019, como mostra a figura abaixo.

**Figura 11** – Descrição do Curso de PLA para mulheres na UFBA

**Map Cult UFBA** | Mapeamento Cultural UFBA 2019

INÍCIO

GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	PESQUISA	EXTENSÃO
INSTITUCIONAL	SISTEMAS E ORGANISMOS CULTURAIS	AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	INFRAESTRUTURA

**Curso de Português como Língua Estrangeira para Mulheres**

O Curso é destinado a mulheres vinculadas a programas como o PEC-G e outras mulheres estrangeiras pertencentes ou não à comunidade UFBA. O objetivo é ensinar português através de uma metodologia arvorada nos princípios da Pedagogia Crítica e voltada ao estudo de temas em torno da Mulher. Pretende-se abordar questões históricas e socioculturais que atuam na construção do seu papel na sociedade brasileira e países de onde as alunas são oriundas. Para isso, as aulas terão como insumo experiências e conhecimento prévio das aprendizades conjugados ao estudo de textos literários e teóricos. Entre os textos a serem contemplados no curso, menciona-se a tradução de *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Adichie, textos de Conceição Evaristo e Djamilia Ribeiro bem como filmes, séries e músicas. A análise de elementos linguísticos que levem à aprendizagem da língua será feita através da leitura e de forma contextualizada, enfatizando a variação linguística, partida para desconstruir tais práticas.

**Unidade:** INSTITUTO DE LETRAS

**Coordenador(a):** Fernanda Mota Pereira

**Período previsto:** 01/04/2019 a 27/06/2019

**Fonte:** Mapeamento Cultural UFBA<sup>31</sup>.

As informações apresentadas na matéria dizem respeito ao público-alvo do curso, a saber, as mulheres do programa de intercâmbio PEC-G, estendendo-se às mulheres estrangeiras da comunidade externa. Frisa-se que um curso dessa natureza demonstra, mais uma vez, a preocupação com a educação linguística de grupos minorizados. Sua metodologia está pautada na pedagogia crítica, com temas voltados à realidade das mulheres, explorando o conhecimento de mundo das alunas a partir de textos literários e da análise linguística. Ademais, é importante observar o caráter de empoderamento do curso por meio da escrita de autoras feministas.

Essa formação para mulheres estava prevista para o período de abril a junho de 2019, entretanto, pesquisou-se mais a respeito e, infelizmente, não foram obtidas outras informações além das que já foram mencionadas nesta pesquisa.

Sem perder esse foco temático, delimitando-se agora à UnB – precursora em formação de docentes em PLA, atendendo às comunidades internacional, surda, indígena e de imigrantes e refugiados –, identifica-se na figura abaixo suas primeiras evidências de política de ensino de português direcionadas aos sujeitos desta última comunidade, que vivem na capital do país.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br/atividades-extensao/curso-de-portugues-como-lingua-estrangeira-para-mulheres>. Acesso em 23 abr. 2022.

**Figura 12** – Notícia do ACNUR sobre aulas de PLA na UnB

**Refugiados e migrantes que vivem em Brasília estudam português gratuitamente**



Por Júlia Tavares/ACNUR, de Brasília.

BRASÍLIA, 04 de outubro de 2013 (ACNUR) – Em uma sala de aula da Universidade de Brasília (UnB), alunos de diferentes partes do mundo são convidados a escrever, em português, os sonhos que nasceram com a chegada ao Brasil. No papel, muitas frases ainda mesclam palavras em francês, inglês ou árabe, mas todas revelam o mesmo desejo de integração e acesso às oportunidades de trabalho e educação no país de acolhida onde buscam reconstruir suas vidas, longe de conflitos e perseguições.

**Fonte:** Portal do NEPPE<sup>32</sup>.

A notícia traz informações sobre a ação de PLA ofertada pela UnB. Trata-se de um curso que tem como público-alvo estrangeiros de diversas partes do mundo que estão em situação de imigração e refúgio e que anseiam melhores oportunidades por meio da Língua Portuguesa. Essa oferta se encaixa nos moldes do PLAc devido ao “desejo de integração e acesso às oportunidades de trabalho e educação no país de acolhida onde buscam reconstruir suas vidas, longe de conflitos e perseguições” (NEPPE, 2013).

Em vista disso, a UnB, diante do aumento nos fluxos de pessoas deslocadas e em virtude do pioneirismo da Licenciatura em PBSL, tem a sensibilidade de promover e apoiar políticas linguísticas de fato, para que se concretize uma ação que facilite a integração desses imigrantes na sociedade brasileira. Dados mais completos sobre o curso são encontrados no portal de imigração.

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.neppe.unb.br/br/en/news/110-refugiados-e-migrantes-que-vivem-em-brasilia-aprendem-portugues-em-cursos-gratuitos>. Acesso em 23 abr. 2022.

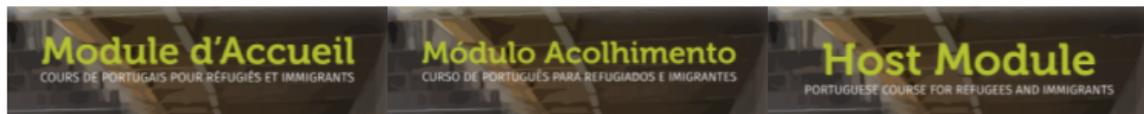
**Figura 13** – Notícia vinculada no portal da imigração sobre o curso de PLA

## Curso de Português para refugiados e imigrantes na Universidade de Brasília (UnB)

Publicado: Sexta, 02 de Março de 2018, 14h49 | Última atualização em Segunda, 25 de Março de 2019, 22h41

### Curso de Português para refugiados e imigrantes na Universidade de Brasília (UnB)

Os cursos de PLAc - Português Língua de Acolhimento - denominados “Módulo Acolhimento” - são ofertados desde 2013 a imigrantes e refugiadas(os) adultos, que chegam ao Distrito Federal e necessitam aprender a Língua e cultura do Brasil. Os módulos ofertados compõem-se de aulas presenciais dirigidas à necessidade de comunicação imediata em Língua para Portuguesa e de oficinas temáticas - como “Leis Trabalhistas”, “Elaboração de Curriculum Vitae”, “Contaço de Histórias”, “Leitura e interpretação de textos literários”, “Poesia em cena” e outras temáticas demandadas pelo grupo. Essas ações são construídas a partir da compreensão do que seja uma língua que se pretende acolhedora e hospitaleira e que leva em consideração as línguas-culturas presentes na sala de aula. Além disso, as aulas também são espaços de formação de professoras(es) que queiram atuar nesse contexto de ensinar e de aprender Português nas perspectivas mencionadas. O Projeto integra as ações da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR) e é coordenado pela Profa. Dra. Lucia Barbosa. Maiores informações podem ser obtidas pelo e-mail [acolhimentoneppe@gmail.com](mailto:acolhimentoneppe@gmail.com)



**Fonte:** Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>33</sup>.

O curso foi mantido nesses moldes durante 5 anos. De acordo com as informações apresentadas na figura 13, acredita-se que ele tenha ganhado uma versão mais elaborada. Aparentemente, diferente da versão anterior, iniciada em 2013, o curso, que agora é denominado “Módulo de acolhimento”, traz consigo o caráter de PLAc, devido ao crescimento dessa área.

A notícia também apresenta informações sobre a modalidade do curso, que é ofertado de forma presencial, além de mostrar uma prévia dos conteúdos das aulas, que perpassam pela leitura de leis para organização em sociedade, escrita de gêneros sociodiscursivos para o trabalho e inserção da cultura brasileira por meio de textos literários. Destaca-se também o uso de uma tarja na parte inferior da figura, trazendo o nome do curso em três línguas diferentes, a fim de alcançar um público maior.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio/noticias-obmigra/1298-curso-de-portugues-para-refugiados-e-imigrantes-na-universidade-de-brasilia-unb>. Acesso em 24 abr. 2022.

Infelizmente, não se teve contato com outros documentos que permitissem a visualização de dados mais aprofundados sobre o curso, o que se sabe até então é que sua formalidade, de fato, culminou em uma necessidade de caráter emergencial e contextual.

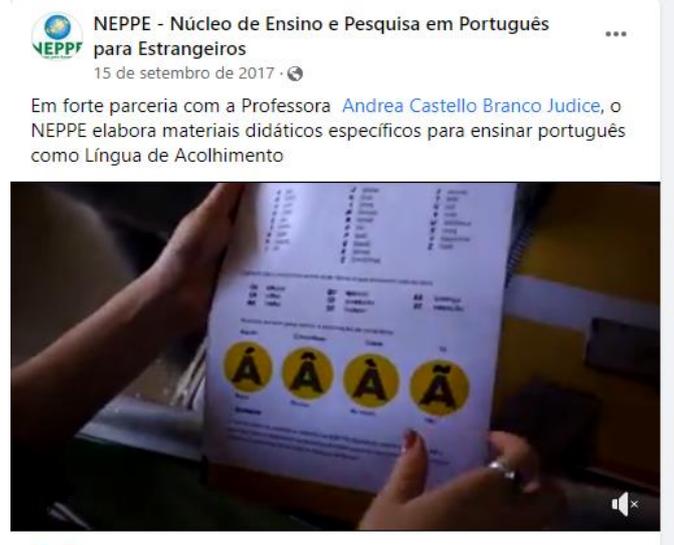
Ressalta-se, ainda, que o curso é um ambiente de formação para professores de PLA que caminha junto com a Licenciatura em PBSL oferecida pela UnB. Os dois espaços de ensino-aprendizagem subsidiam a construção de conhecimentos sólidos, pautados em práticas docentes e desenvolvimento de políticas reais de educação linguística igualitária.

Assim, deve-se reconhecer que as ações de PLAc construídas na UnB são políticas linguísticas que foram viabilizadas em contexto de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de fomentar uma política de institucionalização do PLA, ainda em formação no Brasil.

Por esse motivo, entende-se que política linguística, em seu sentido mais ampliado (SPOLSKY, 2004), não se restringe apenas a documentos ou normas oficiais determinadas pelo Estado, mas leva em consideração também a manifestação de oferta de cursos de PLA e/ou PLAc, a atuação dos professores e outros agentes envolvidos no processo de ensinar e aprender a Língua Portuguesa.

Considerando a discussão exposta até aqui, retoma-se a temática da formação de professores de PLA, enfatizando o quanto esses profissionais são constituídos pela política linguística que orienta seu fazer profissional e o quanto eles também a constituem. Sobre este fato, destaca-se a figura a seguir.

**Figura 14** – Postagem de rede social sobre materiais didáticos específicos para PLAc



Fonte: Facebook<sup>34</sup>.

O NEPPE, Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros, da UnB, tem como objetivo promover o ensino de português para comunidades que não têm esse idioma como língua materna e incentivar a produção científica de conhecimentos na área. Além disso, ele também contribui para a realização de estágio curricular e de outras atividades extracurriculares que devem/podem ser cumpridas por estudantes da Licenciatura em Letras PBSL. Desse modo, a elaboração de materiais didáticos específicos para PLAc, conforme destacado na figura 14, é uma iniciativa desse núcleo. Cruz (2017, p. 52) explica que o material didático que é “produzido pelas próprias professoras, coordenadora do curso, bolsistas e colaboradores, é distribuído gratuitamente e procura atender às necessidades comunicativas e aos objetivos de aprendizagem do público-alvo”.

O perfil singular da Licenciatura em Letras PBSL está ancorado em uma formação que prepara os discentes brasileiros para o ensino da língua em contextos diversos. Como já foi explanado anteriormente, não é somente em situação de deslocamento do país de origem que se ensina PLA. Comunidades no Brasil, a exemplo dos surdos e dos povos indígenas, que porventura não tenham a Língua Portuguesa como língua materna, também são submetidos ao processo de ensino-aprendizagem de PLA. A esse respeito, tem-se uma política linguística no âmbito de extensão, proposta pela UnB, e a Licenciatura em PBSL.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/neppeunb/>. Acesso em 25 abr. 2022.

**Figura 15** – Página do cadastro do curso de extensão voltado para PLA

**Universidade de Brasília** Brasília, 13 de Fevereiro de 2022

**UnB** **SIGAA** Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Acessível para pessoas com deficiência visual Login >

**VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO**

**AÇÃO DE EXTENSÃO**

**Título:** Ensino e Aprendizagem do Português Brasileiro como Segunda Língua - L2 à Comunidade de Brasília: Estrangeiros, Surdos e Indígenas

**Ano:** 2020 **Nº Bolsas Concedidas:** 0 **Nº Discentes Envolvidos:** 0 **Público Estimado:** 66

**Período de Realização:** 20/09/2020 a 31/12/2020

**Área Principal:** EDUCAÇÃO **Área do CNPq:** Linguística, Letras e Artes

**Unidade Proponente:** DEPTO LINGUISTICA, PORT. LING. CLASSICAS **UNIDADES ENVOLVIDAS:**

**Tipo:** PROJETO

**Municípios de Realização:** BRASÍLIA - DF

**Espaços de Realização:** Ambientes virtuais

**Fonte de Financiamento:** FINANCIAMENTO INTERNO (Licenciaturas em ação)

**Responsável pela Ação:** FLÁVIA DE OLIVEIRA MAIA PIRES

**E-mail do Responsável:** fmaiap@gmail.com

**Contato do Responsável:** (61) 98351-7403

**Url da Ação:** <https://sig.unb.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/770>

**Fonte:** Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UnB<sup>35</sup>.

A ação de extensão intitulada “Ensino-aprendizagem do Português Brasileiro como Segunda Língua – L2 à Comunidade de Brasília: Estrangeiros, Surdos e Indígenas” é um projeto desenvolvido pelo LIP, na UnB, ofertado no formato presencial, e que teve duração de três meses no ano 2020. No resumo do projeto do curso (Figura 16), podem ser percebidos os vínculos com uma política linguística real devido ao seu caráter de acolhimento.

**Figura 16** – Página da descrição do curso de extensão voltado para PLA

**RESUMO**

O ensino e a aprendizagem de línguas faz parte de um processo de psíquico- sócio-cultural em que se pode perceber melhor o outro e a si mesmo, por meio dos aspectos linguísticos e interacionais. Além disso, as práticas sociais atuais exigem um letramento que perpassa pelo conhecimento linguístico e que vão desde edição de mensagens de texto em aplicativos à redação de monografias. Nesse contexto, novas licenciaturas surgem para atender os perfis emergentes de aprendizagens de línguas, em que se inclui a língua portuguesa como língua estrangeira - LE - ou segunda língua L2, língua adicional- LA ou língua de herança- LH. Observando este cenário, o presente projeto propõe-se a desenvolver ações de atividades de pesquisa e de implementação de cursos relacionadas à Licenciatura em Português do Brasil como Segunda - PBSL, curso do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, da Universidade de Brasília para atender a demandas de estudantes do Distrito Federal que não têm a língua portuguesa como primeira língua. Inclui-se entre esses estudantes (crianças e adultos) de comunidades de outros países, de indígenas e de surdos. Desse modo, o projeto encontra-se no âmbito das políticas acolhedoras, atendendo a comunidades minoritárias que se localizam na capital do país, seja de imigrantes, seja de indígenas, seja de surdos, os quais por legislação têm o português como segunda língua como forma de garantir seus direitos políticos-sociais e para terem acesso à informação e ao conhecimento científico por meio de língua majoritária do país. As ações e as atividades que compõem essa proposta são um conjunto de projetos-piloto que serão desenvolvidos por professores pesquisadores e estudantes de estágio do Curso de Português do Brasil como L2 e do Curso de Língua de Sinais Brasileira - Português como Segunda Língua, ambos do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília em uma parceria entre a UnB e a Secretaria de Educação do GDF, Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - EAPE e o Centro de Língua da Secretaria de Educação do GDF, a exemplo do que historicamente já vem sendo ofertado em termos de outras línguas estrangeiras por esses Centros de Língua -CILs, e propostas de cursos complementares de língua portuguesa como L2 aos estudantes das escolas públicas do GDF em horários diferenciados, como ocorre no contraturno nas salas de recursos. Pretende-se desenvolver, primeiramente, pesquisa sociolinguística sobre a comunidade-alvo e a elaboração de planos de ensino específicos para cada público-alvo (estrangeiros, indígenas e surdos) em colaboração com a coordenação da SEEDF, coordenação do projeto e alunos de graduação e de pós-graduação, elaboração de atividades diversificadas centradas nas necessidades dos estudantes, para, em seguida, iniciarem-se as atividades de regência por estudantes das disciplinas de estágio obrigatório. Objetiva-se, entre outras metas, e, de maneira geral, contribuir no âmbito de ações afirmativas com a inclusão dessas comunidades nas práticas linguísticas, sociais e culturais do Distrito Federal e, por outro, oportunizar os alunos do PBSL e do LSB-PSL o início de pesquisa e de prática docente, bem como institucionalizar a profissionalização do docente de português como L2 no âmbito da Secretaria de Educação .

**PÚBLICO ALVO**

Docentes e Discentes

**Fonte:** Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UnB<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://sig.unb.br/sigaa/public/departamento/extensao.jsf>. Acesso em 25 abr. 2022.

Percebe-se que o curso de extensão comunga da ideia de que o país não é monolíngue, considerando os contextos indígenas, de surdez e de imigração e refúgio. O objetivo com essa formação é desenvolver ações de pesquisa e o aperfeiçoamento dos discentes da Licenciatura em PBSL para o atendimento de alunos do Distrito Federal que não têm o português como L1. O atendimento às comunidades minoritárias é um conjunto de projetos-pilotos que, através da extensão, foram executados em parceria com a Licenciatura em PBSL, Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira – Português Segunda Língua (LSB-PSL), Secretaria de Educação – DF e Centro de línguas – DF.

Essa contribuição na formação de discentes de Letras na UnB se inicia com uma proposta de pesquisa que tem a finalidade de compreender e conhecer o público-alvo (indígenas, surdos e estrangeiros), evoluindo para a elaboração de planos voltados ao ensino de Português como Língua Adicional que contemple verdadeiramente a prática de sala de aula, a fim de oportunizar uma política para a formação docente. Acerca deste último fato, entende-se que a mobilização de todas as partes envolvidas (professores das Licenciaturas, alunos da Graduação em PBSL e LSB-PSL e os estudantes-alvo do projeto) constrói um caminho para uma política linguística que surge em um contexto oficial – a universidade – e também na instância situada em atitudes de fato – responsáveis pelas pessoas envolvidas na extensão.

Dessa maneira, depreende-se que essas são algumas políticas linguísticas reais desenvolvidas pelas Licenciaturas em Letras específicas e singulares no âmbito do Português como Língua Adicional em quatro universidades públicas brasileiras. As ações se realizaram a partir do percurso e desenvolvimento da área, dos cursos de extensão universitária, da necessidade contextual e de outros fatores não oficiais que também são de grande relevância para a construção efetiva de políticas linguísticas oficiais, as quais discutem as especificidades do contexto do ensino.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://sig.unb.br/sigaa/public/departamento/extensao.jsf>. Acesso em 26 abr. 2022.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado nesta dissertação, a discussão sobre o percurso e desenvolvimento da Linguística Aplicada mostrou que, primeiramente, a área surge a partir da urgência em ensinar o inglês no contexto de Segunda Guerra; depois, em sua versão enquanto disciplina, seu objetivo era aplicar as teorias da Ciência Linguística ao longo da segunda metade do século XX; e, mais recentemente, emerge a nova ideia de uma LA contemporânea, com características autônomas, produtora de teorias.

Seu panorama histórico apresentou também uma trajetória com as diversas relações disciplinares, ou seja, um percurso multi-, pluri-, inter- e transdisciplinar. Esse desenvolvimento aponta a forma como é definido o objeto dos estudos linguísticos, bem como a maneira como se produz inteligibilidade em relação aos problemas de linguagem, ampliando os campos disciplinares dos estudos em LA, fazendo, assim, um diálogo com outras ciências, apresentando-se como “pano de fundo” para dialogar com as políticas linguísticas e com as interfaces da área de PLA. Sobre esses campos de atuação, a pesquisa focalizou o percurso e o desenvolvimento do PLA no Brasil, mostrando como se deu sua expansão, desde as primeiras iniciativas até a consolidação da área.

Em resposta à questão 1) *Em que medida os cursos de formação inicial em PLA se singularizam no que tange aos documentos oficiais que os norteiam?* De acordo com o que foi apresentado no capítulo 5, a discussão sobre o perfil dos cursos de licenciatura em PLA no país, por meio da análise dos projetos de curso, verificou-se que no que diz respeito aos quatro curso de formação inicial em PLA, a presente pesquisa cumpriu com o seu objetivo principal, que foi analisar o perfil de cursos de formação inicial em Letras – Português como Língua Adicional de quatro universidades públicas brasileiras (UnB, UFBA, UNILA e UNICAMP), tocando em pontos como as particularidades das Licenciaturas, sua organização curricular e as ações políticas que estavam voltadas para o atendimento de um público-alvo diversificado (imigrantes, refugiados, indígenas e surdos), com vistas a proporcionar mais espaços para atuação e formação dos futuros professores de PLA.

Sobre esta última questão, conclui-se que o perfil da Licenciatura em PBSL, ofertada pela UnB, vai além de teorias linguísticas e abordagens de ensino de línguas. A graduação objetiva formar professores de Língua Portuguesa com

condições de pensar e agir sob a égide das políticas linguísticas e da política de identidade, buscando atender uma demanda específica da localidade onde o curso se insere.

O perfil do curso de Licenciatura em LPLE-UFBA está voltado para a capacitação de profissionais para o ensino do português para falantes de outras línguas em variados contextos, propondo a compreensão da dimensão multicultural das sociedades contemporâneas e promovendo uma educação linguística intercultural capaz de projetar o Português do Brasil como língua de cultura.

Com relação à Licenciatura em Português L2/LE oferecida pela UNICAMP, percebeu-se que ela assume um compromisso teórico-político, apresentando-se de forma complementar. Logo, os egressos encontram, por meio dessa complementação reflexiva, uma Habilitação em Português pautada em manifestações de política de língua e de inserção.

Na UNILA, o perfil apresentado pela Licenciatura em Letras – Espanhol e Português Língua Estrangeira oferece uma formação intercultural, isto é, os egressos podem atuar em diferentes contextos do mundo contemporâneo, sobretudo latino-americanos, tendo em vista que estes compartilham problemas sociais e culturais bem similares.

Em resposta à questão II) *Como estão organizadas as Licenciaturas em PLA oferecidas por instituições de ensino superior no Brasil?* É relevante destacar que as Licenciaturas específicas em PLA desenvolvem seus currículos a partir da visão Indisciplinar da Linguística aplicada, tornando a organização dos componentes curriculares e a filosofia do curso um compromisso político e comprometido com as comunidades, suas línguas e culturas. Nesse sentido, observa-se que a graduação em Letras Habilitação em PLA da UnB e UNILA apresentam uma organização curricular totalmente completa, no sentido de fornecerem disciplinas em que a discussão acerca do português como língua adicional seja a principal abordagem teórica-metodológica ao longo dos quatro anos de curso.

Ao contrário das Licenciaturas oferecidas pela UFBA e UNICAMP, que em formato específico possuem um acervo de disciplinas obrigatórias, ou não, que complementa o curso de Letras, caracterizando-o como uma Habilitação PLA. Vale lembrar que em Letras Vernáculas – Português Língua Estrangeira há um tronco comum proveniente das Letras vernáculas, como o próprio nome do curso já diz,

oferecendo apenas seis componentes obrigatórios que refletem o ensino-aprendizagem de PLA.

Percebe-se também que acontece algo parecido em Letras – Habilitação em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira, uma organização curricular de um ano que habilita o licenciado a atuar como professor de PLA no campo nacional ou internacional. Uma formação mais compactada no campo específico e mais abrangente na ciência da linguagem. Por fim, ressalta-se também que as quatro licenciaturas analisadas, UnB, UFBA, UNICAMP e UNILA, desenvolvem um trabalho de língua adicional em uma perspectiva inclusiva, ao passo que suas ações de política linguísticas são desenvolvidas para grupos sociais minoritários.

Para concluir *III) Quais as ações de políticas linguísticas desenvolvidas pelas universidades através dos cursos de Licenciatura em PLA?* Constatou-se que as ações realizadas no âmbito das universidades são políticas linguísticas reais, que apesar de serem recentes, são essenciais para a criação de políticas oficiais. Ressalta-se que elas surgem em horizontalidades e verticalidades institucionais (ALENCAR, 2019), observando-se, assim, que as políticas reais desenvolvidas funcionam com base em atitudes conjuntas de instâncias verticais e horizontais das universidades através dos cursos de Licenciatura em PLA.

Diante disso, acredita-se que o percurso formativo de professores(as) de Português Língua Adicional deve, preferencialmente, ser perpassado por discussões sobre políticas linguísticas, de modo que esses profissionais tenham a possibilidade de se tornarem não apenas executores de normas estabelecidas verticalmente, mas que se reconheçam enquanto agentes fundamentais na constituição dessas políticas.

Portanto, a pesquisa confirma a grande necessidade de se explorar novas políticas linguísticas, sobretudo as ações que surgem nos domínios das IES brasileiras, a fim de descortinar a necessidade de implementação de novas políticas linguísticas que possam atender à demanda de indivíduos em determinados contextos de linguagem e promover maiores discussões sobre a oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores de PLA no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- AGUIR, A. R.; ALBUQUERQUE, F. D. S. **Projeto de extensão língua portuguesa para a UNILA: a integração pelo ensino de português como língua estrangeira.** Revista Sures, Foz do Iguaçu. nº 3, 2014
- ALMEIDA, M. M. P. **Entre o egresso ideal e o egresso real da formação inicial de português como língua adicional: experiências, crenças e identidades.** 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Maneiras de compreender Linguística Aplicada.** Letras Linguística Aplicada, v. 02; nº 02, p. 4-10, 1991.
- ALENCAR, T. R. S. **Ensino do Português como Língua Adicional na Universidade Federal do Amapá: ações de política de línguas em contexto de internacionalização.** Revista X, Curitiba. Vol. 13, n. 1, p. 323-350, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Para além das fronteiras: narrativas de professores universitários sobre o lugar do Português como Língua Adicional no Amapá.** 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ARAÚJO, E.G.; ZAMBRANO C. E. G. **O que dizem as pesquisas sobre o português como língua de acolhimento – PLAc.** Revista Philologus, Rio de Janeiro, ano 26, n. 78, p. 2494-2512.
- ANJOS, F. A. **A linguística aplica, o ensino e a aprendizagem da língua inglesa e o compromisso social.** Tabuleiro de Letras, Salvador, v. 11; nº. 02, p. 123-139, 2017.
- ARCHANJO, R. **Linguística Aplicada: uma identidade construída nos CBLA.** RBLA, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 609-632, 2011.
- ARGENTINA (2009). **Lei Nº 26.468, de 16 de janeiro de 2009.** Disponível em: <<http://www.diputados.gov.ar/>> Acesso em: 03 set. 2021.
- AYDOS, M. R. **Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil (1970- 2006).** 2010. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BIZON, A. C. C.; SCARAMUCCI, M. V. R. A área de PLE/L2 na Unicamp: pesquisa em diálogo com ensino e extensão. In: LIMA, E. (org.). **Linguística aplicada na Unicamp: travessias e perspectivas [livro eletrônico].** 1. ed. Bauru, SP: Canal 6, 2021. p. 89-115. Disponível em: [https://www.canal6.com.br/livros\\_loja/Ebook\\_Linguistica\\_aplicada.pdf](https://www.canal6.com.br/livros_loja/Ebook_Linguistica_aplicada.pdf). Acesso em: 26 jan. 2022.

BULLA, G. S.; SILVA, R. L.; OLIVEIRA, B. S.; CONCEIÇÃO, J. V.; **Português para imigrantes e refugiados na UFRGS: ações de política linguística e educacional.** In: FERREIRA et al. (org.). **Língua de Acolhimento: experiências no Brasil e no mundo.** Belo Horizonte: Mosaico, 2019. p. 103-120.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Documento base do exame Celpe-Bras.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/documento-base-do-exame-celpe-bras>> Acesso em: 30 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Assuntos Educacionais. **Países participantes.** 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/oportunidades-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/sobre>> Acesso em: 20 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Assuntos Educacionais. **Histórico do programa: introdução.** 2020b. Disponível em <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>> Acesso em: 20 fev. 2022.

CELANI, Maria A. **Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil.** In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. (org.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade.** São Paulo: Mercado das Letras, 1998. p. 115-126

\_\_\_\_\_. **Afinal, o que é Linguística Aplicada?** In: PASCHOAL, M. S. Z. e CELANI, M. A. A. (Orgs.) **Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística transdisciplinar.** São Paulo: EDUC, 1992, p. 15-23.

CAVALCANTI, M. A propósito de Linguística Aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 7, 5-12, 1986. CARVALHAL, T.P. A Licenciatura em PLE na Universidade Federal da Integração Latino-americana. In: SCARAMUCCI, M. V. R.; BIZON, A. C. C. (org.). **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua no Brasil.** Araraquara: Letraria, 2020. p. 63-77.

CARVALHO, K. S. **Análise de material didático de um curso preparatório para o celpe-bras com foco na interação face a face.** 2017. Dissertação (Mestrado Linguística Aplicada). Universidade de Brasília, Brasília.

COSTA, H. R. **O discurso historiográfico da linguística aplicada brasileira.** 2011. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras – UFG, Goiânia.

COSTA, E. V. **Efeitos retroativos do exame Celpe-Bras nas práticas de formação dos professores de um instituto brasileiro no exterior.** BELT, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 190-206, 2018.

COTA, A. A. **inter-ação, representação e identificação do Brasil em textos escritos do exame celpe-bras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade de Brasília, Brasília.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. Tradução de Isabel Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CRUZ, I. S. **Português Língua de Acolhimento: reflexões sobre avaliação**. 2017. Dissertação (Mestrado Linguística Aplicada). Universidade de Brasília, Brasília.

CRUZ, S. O. **Reflexões sobre a formação inicial de professores de Português como Língua Estrangeira/Segunda Língua (PLE/PL2) na Universidade Federal da Bahia em uma perspectiva culturalmente sensível**. SCRIPTA, v. 25, n. 53, p. 267-295, 2021.

DELL'ISOLA, R. L.; SCARAMUCCI, M.; SCHLATTER, M.; JÚDICE, N. **A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame Celpe-Bras**. Rev. Brasileira de Linguística Aplicada, v.3, n. 1, 153-184, 2003.

DIONÍSIO, C. I. B. **Uma análise documental das políticas linguísticas oficiais para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G): olhar para trás para projetar à frente**. Horizontes de Linguística Aplicada, ano 19, n. 1, p. 1-29, 2020.

Diniz, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 2012. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DORIGAN, T. **O celpe-bras como instrumento de política linguística: um mediador entre propósitos e materializações**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

FAULSTICH, E. **Formação de professores em PBSL**. Revista Rede Brasil Cultural, v. 3, p. 25-28, 2018.

FUTOSO, V. A. B. **Portuguê para falantes de outras línguas: aspectos da formação do professor**. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GROSSO, M.J.R. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n.2, p.61-77, 2010.

JESUS, I. A. **A área de PLE no Brasil: iniciativas governamentais, formação de professores e cursos para estrangeiros**. In: KANEOYA, M. L. C. K. (Org.). Português Língua Estrangeira em Contextos Universitários: experiência de ensino e de formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018. p. 121-142.

MARQUES, A. A. M.; SCHOFFEN, J. R. **Português como Língua Adicional nas universidades federais brasileiras**: um perfil da área. Letras de hoje, Porto Alegre, v. 55, n. 4, p. 394-411.

MENESES, V. L.; SILVA, M. M. Sessenta anos de Linguística Aplicada. In: PEREIRA e Pilar (Org.). **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009, p. 25-50.

MENDES, E. A Licenciatura em PLE/PL2 na Universidade Federal da Bahia: formando professores para a diversidade. In: SCARAMUCCI, M. V. R.; BIZON, A. C. C. (org.). **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua no Brasil**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 41-62.

MOITA LOPES, L. P. da. **Introdução: Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica interrogando o campo como linguista aplicado**. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 13-42.

\_\_\_\_\_. **Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematização dos Construtos que Têm Orientado a Pesquisa**. In: MOITA LOPES, L.P. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Editora Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Da aplicação da linguística a linguística aplicada**. In: PEREIRA e Pilar (Org.). Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-24.

MENDES, E. A Licenciatura em PLE/PL2 na Universidade Federal da Bahia: formando professores para a diversidade. In: SCARAMUCCI, M. V. R.; BIZON, A. C. C. (org.). **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua no Brasil**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 41-62.

MIRANDA, Y. C. C.; LÓPEZ, A. P. A. Considerações sobre a formação de professores no contexto de ensino de português como língua de acolhimento. In: Ferreira et al. (org.). **Língua de Acolhimento: experiências no Brasil e no mundo**. Belo Horizonte: Mosaico, 2019. p. 17-40.

MILLER, I. K.; BARRETO, B. C. A formação de professores de línguas nas licenciaturas em Letras da PUC-Rio: horizontes teóricos e decisões curriculares. In: MEYER, R. M. B.; ALBUQUERQUE, A. (org.). **Português: uma língua internacional**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015, p. 77-94. Disponível em <<http://www.editora.pucRio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=564&sid=3>> Acesso em: 29 mai. 2022.

NEVES, A. O. **Política linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro**: um estudo de caso. 2018. Dissertação (Mestrado

em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. MG.

NIEDERAUER, M. A Licenciatura em PBSL e o Programa de PLE na Universidade de Brasília: históricos, desafios e perspectivas. In: SCARAMUCCI, M. V. R.; BIZON, A. C. C. (org.). **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua no Brasil**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 19-40.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PENNYCOOK, A. **Uma Linguística Aplicada Transgressiva**. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. Em: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67 - 84.

ROCHA, N. A. **O ensino de Português língua estrangeira no Brasil: ontem e hoje**. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação, Blumenau, v. 13, n. 1, p. 101-114, 2019.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Repensar o papel da linguística aplicada**. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006. P. 149-166.

\_\_\_\_\_. **Política linguística: do que é que se trata, afinal?** In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (Orgs.). Política e políticas linguísticas. Campinas: Pontes Editores, 2013.

RIBEIRO, A. A. Ensinar aprendendo e aprender ensinando: a formação docente como eixo norteador de área de Português Língua não Materna (PLNM) na UERJ. In: MEYER, R. M. B.; ALBUQUERQUE, A. (org.). **Português: uma língua internacional**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015, p. 77-94. Disponível em <<http://www.editora.pucRio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=564&sid=3>> Acesso em: 29 mai. 2022.

ROJO, R. **Fazer Linguística Aplicada em perspectiva sócio-histórica: privação sofrida e leveza de pensamento**. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma linguística interdisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006. p. 253-276.

\_\_\_\_\_. **Gêneros do discurso no círculo de Bakhtin - ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas**. Anais do IV simpósio internacional de estudos e gêneros textuais. Tubarão, SC: [s.n.], agosto de 2007. p. 1761-1775.

RODRIGUES, L.; CRUZ, S. O.; MENDES, E. **O Português Língua Estrangeira (PLE)/segunda língua (PL2) na UFBA: institucionalização, desafios e prospecções.** Estudos Linguísticos e Literários, Salvador, n. 68, p. 648-669, 2020.

SENE, L. S. **Objetivos e materialidades do ensino de Português como Língua de Acolhimento: um estudo de caso.** 2017. Dissertação (Mestrado Linguística Aplicada). Universidade de Brasília, Brasília.

SEVERINO, C. N.; ROCHA, N. A. **Português Língua Estrangeira: percursos iniciais em contexto(s) multicampi.** Rev. EntreLínguas, Araraquara, v. 7, n. esp. 6, p. 1-17, 2021.

SIGNORINI, I. **A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a linguística contemporânea.** In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). Por uma linguística interdisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006.

SOUZA, A.; SILVA K. A.(orgs) **O Ensino de Português do Brasil – uma herança, um acolhimento.** Londres: JNPBooks. 2020.

SCHOFFEN, J. R.; MARTINS, A. F. **Políticas linguísticas e definição de parâmetros para o ensino de português como língua adicional: perspectivas portuguesa e brasileira.** ReVEL, v. 14, n. 26, p. 271-306, 2016. Disponível em <<http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=41>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SCHLATTER, M. CELPE-Bras: Certificado de língua portuguesa para estrangeiros - Breve histórico. In: CUNHA, M. J. E P. SANTOS (Orgs.) **Ensino e pesquisa em português para estrangeiros.** Brasília: UnB, 1999. p. 97-104.

SCHLATTER, M.; BULLA, G. S.; COSTA, E. V. **Português como Língua Adicional: uma entrevista com Margarete Schlatter.** ReVEL. vol. 18, n. 35, p. 489-508, 2020. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=56>> Acesso em: 24 mar. 2021.

SCARAMUCCI, M. V. R. Celpe-bras: um exame comunicativo. In: CUNHA, M. J. SANTOS, p. (org.). **Ensino e pesquisa em português para estrangeiros.** Brasília: UnB, 1999.p. 75-81.

\_\_\_\_\_. **Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais.** Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas, n. 36, p. 5-10, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Exame Celpe-Bras e a proficiência do professor de Português para falantes de outras línguas.** Digilenguas, p.48–67, 2012.

SCARAMUCCI, M. V. R.; BIZON, A. C. C. (org.). **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua no Brasil.** Araraquara: Letraria, 2020.

SCHMITZ, J. S. **Linguística Aplicada e o ensino de línguas estrangeiras no Brasil.** Alfa, São Paulo, v. 36. p. 213-236. 1992.

SHOHAMY, E. **Language policy: hidden agendas and new approaches**. London: Routledge, 2006.

SPOLSKY, B. **Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. **Projeto de Reformulação Curricular do Curso de Letras Pedagógico do Curso de Letras**. 2004. Instituto de Letras.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua**. [s.d.]. Instituto de Letras.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Curso de Licenciatura em Letras Projeto pedagógico**. [s.d.]. Instituto de Estudos da Linguagem.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Espanhol e Português como Língua Estrangeira**. 2020. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História.

VIEIRA, A. L. G. **Curso online para a parte oral do celpe-bras: contribuições da avaliação de proficiência para o ensino-aprendizagem de PLE**. 2016. Dissertação (Mestrado Linguística Aplicada). Universidade de Brasília, Brasília.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – E-MAILS

PPC do Curso de Português Língua Estrangeira/Adicional

Caixa de entrada x



**Marlon Amaral** <amaral.lettras@gmail.com>  
para clvle402 ▾

ter., 4 de mai. de 2021 20:32 ☆ ↶ ⋮

Olá, prezado (a)

Boa noite!

Sou Marlon Corrêa Amaral, aluno de pós-graduação em nível de Mestrado da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), orientando do Professor Dr. Gilmar Bueno Santos.

Estamos realizando uma pesquisa acadêmica, a qual objetiva investigar os cursos de letras com habilitação em Português como Língua Estrangeira/ Adicional em vigor no Brasil, então, a pesquisa necessita do acesso ao documento político do referido curso. Ao longo da pesquisa não conseguimos os PPC em sites e sites eletrônicos, portanto, gostaria de solicitar o documento oficial deste curso, o qual será um dos dados a serem analisados na pesquisa.

Desde já, agradecemos!

At.te.

--

**MARLON CORREA AMARAL**

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras da (UNIFESSPA).

Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária (UEPA) / Língua Inglesa e Literatura (FIBRA)

Graduado em Letras com Habilitação em Português, Inglês e respectivas Literaturas

Oi, Marlon,

Tudo bem? Obrigado pela mensagem e pelo contato, e parabéns pela pesquisa em desenvolvimento. Tentarei responder as suas perguntas. Bem, o curso de Letras (Português do Brasil como Segunda Língua/PBSL – português para surdos, indígenas e estrangeiros) é o primeiro curso do Brasil nesta área e já tem 21 anos. Quanto ao projeto pedagógico deveria estar no site da UnB, porém, por estar em processo de revisão, não se encontra. Sugiro que futuramente você possa fazer contato com o nosso coordenador: prof. Rodrigo Albuquerque <[rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com](mailto:rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com)>. Eu orientei uma dissertação de mestrado do PPGA/UnB investigando o referido curso. Se desejar ler a dissertação, segue o link abaixo: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16442/1/2014\\_MarciaPereiradeAlmeidaMendes.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16442/1/2014_MarciaPereiradeAlmeidaMendes.pdf)

E caso tenha interesse eu sugeriria a leitura de alguns livros/capítulos que tem interface com o que você pretende investigar. Veja:

[http://ponteseditores.com.br/loja/index.php?route=product/product&product\\_id=628](http://ponteseditores.com.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=628)

<https://www.amazon.com.br/Portugu%C3%AAs-L%C3%ADngua-Estrangeira-Contextos-Universit%C3%A1rios/dp/8575914553>

E em breve sairá um dossiê temático na Revista "*Linguagem & Ensino*", sob a minha coordenação e do meu colega Eduardo Silva, de Washington University. Será somente cidadania na sala de aula de português como língua adicional. Sugiro que você faça uma garimpagem teórica nas seguintes universidades que tem muitos trabalhos na sua área de investigação: UnB, UNICAMP, UFBA, UFMG, UFRJ e UFRGS. Que tal?

E quanto a outros locais que oferecem português para estrangeiros são UnB e UFBA, como português para estrangeiros/adicional, e na UNICAMP e na UFRGS tem complementação da licenciatura em português para estrangeiros. As outras universidades português para estrangeiros são atividades de extensão.

E quanto a nomenclatura português para línguas estrangeiras, língua não materna (esta nomenclatura é bem questionada na área), língua de acolhimento, língua de herança, recomendo a leitura do meu livro que se encontra em anexo para você e também o artigo da minha colega Clarissa Jordão que o link se encontra abaixo (ela fala do inglês, mas dá para ter interface com o português como língua estrangeira/adicional)

<https://www.scielo.br/pdf/rbla/v14n1/a02v14n1.pdf>

 **kleber silva** <kleberunicamp@yahoo.com.br> para mim ▾ 6 de abr. de 2021 06:59 ☆ ↶ ⋮

Oi, Marlon,

Obrigado pela mensagem. Bem a sua proposta de pesquisa é interessante, embora eu ache que ela deve ter um foco mais específico por ser uma pesquisa de mestrado. Eu sugeriria que você pudesse fazer uma garimpagem no banco de teses da CAPES e também no portal de periódicos.

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

<https://www.periodicos-capes.gov.br/ezl/periodicos.capes.gov.br/index.php?>

Além disso, sugiro que você possa fazer uma busca minuciosa também nos programas de pós-graduação em que tem graduação em português para estrangeiros no Brasil (UnB e UFBA) e também em locais que tem complementação em português para estrangeiros (UFRGS e UNICAMP). No PPGLA-UnB, por exemplo há várias dissertações nesta área, eu inclusive orientei duas dissertações de mestrado que tem interface com a sua pesquisa (Márcia Mendes e Juliana Harumi). E há também em vários locais no Brasil iniciativas de extensão (UFMG, UNILA, UFSCar, UNESP, etc) que tratam da questão do português para estrangeiros. O que acha?

A meu ver, com este caminhar teórico você construirá um bom referencial teórico para a sua pesquisa. O que acha? Ótimo dia.

Abraços com gratidão,

**Kleber Aparecido da Silva**

 **Colegiado do Curso Letras Vernaculas Ling. Estrang.** <clvle402@ufba.br> para Andréa, mim ▾ qua., 5 de mai. de 2021 07:45 ☆ ↶

Prezado Marlon,  
Bom dia!

Encaminhei sua solicitação para a coordenadora do curso Andrea.

Atenciosamente,

Edney Alves

Colegiado do Curso de Letras Vernáculas  
com uma Língua Estrangeira Moderna (402)

• *Acesse nosso site [www.colegiadosdeletras.ufba.br](http://www.colegiadosdeletras.ufba.br) e encontre todas as grades curriculares do Instituto de Letras, informações sobre contratos de estágio, formulários, normas, resoluções, dicas, dentre outros!*

• *Caso não queira mais receber e-mails deste remetente, envie um e-mail ao [clvle402@ufba.br](mailto:clvle402@ufba.br) solicitando sua exclusão da lista*

Prezado Marlon,

Seu projeto de pesquisa é muito interessante para dar visibilidade e promover a área de PLA no Brasil. Infelizmente, a UFRGS ainda não oferece licenciatura ou complementação pedagógica na área de PLA. As universidades brasileiras que oferecem essa formação são a UNB, a UFBA, a Unila e a Unicamp. O livro referenciado abaixo é um documento importante sobre a formação em PLA nas universidades brasileiras. Você já teve acesso a ele? Será muito importante para o seu trabalho.

SCARAMUCCI, M. V. R. (Org.) ; BIZON, Ana Cecilia Cossi (Org.) . **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua no Brasil**. 1. ed. Araraquara-SP: Letraria, 2020. v. 1. 246p .

Se eu puder ajudar em mais alguma coisa, estou à disposição.

Atenciosamente,

Caro Marlon,

O documento vigente no momento, apesar de antigo, é o que se encontra disponível no link abaixo:

<https://drive.google.com/file/d/1b14FNEI0rUqYf49bCawbWSD1pvpnSlgb/view?usp=sharing>

Já há algum tempo, o NDE do Instituto de Letras, do qual faço parte justamente representando o colegiado de Língua Portuguesa com uma língua estrangeira, que é um curso de licenciatura - forma professores, vem discutindo a reformulação do currículo, mas ainda está em processo.

Abraço, espero ter ajudado, e qualquer coisa mais, estou à disposição.



**Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros** <celpebras@unila.edu.br>  
para mim ▾

qua., 26 de jan. 15:04 ☆ ↶ ⋮

Olá, boa tarde, Marlon, como vai?

Na Unila, temos um curso de extensão que se chama "Curso Preparatório Celpe-Bras", coordenado pela profa. Dra. Laura Ferreira, do Eixo Letras e Linguísticas, que tem sido ofertado a cada semestre na instituição e, no momento, é ofertado de forma remota. Mais informações sobre a ação no link: <https://portal.unila.edu.br/informes/curso-preparatorio-celpe-bras-4>

Não entendi o que seria "Credenciamento da UNILA para aplicação do exame Celpe-Bras, ou documento equivalente", poderia dar um exemplo de como seria um comprovante disso? Porque a adesão ao Celpe é sempre via sistema oficial do INEP e publicada em Diário Oficial pela União.

Espero ter ajudado e desejo sucesso na pesquisa (muito importante por sinal, parabéns!).

Att.

Olá, Marlon

A informações estão disponíveis em <https://www.dac.unicamp.br/sistemas/catalogos/grad/catalogo2022/disciplinas/la.html>

As disciplinas de português são LA 117, 217, 317, 167, 267 e 127.

Abraços.



**Supervisão Neppe** <supervisaoneppe@gmail.com>  
para mim, NEPPE ▾

seg., 14 de fev. 20:30 ☆ ↶ ⋮

Prezado Marlon,

Espero que esteja bem!

Gostaríamos muito de colaborar, mas infelizmente não temos como ajudá-lo no momento. Há alguns anos não ofertamos o curso do Celpe-Bras, a última oferta foi em outra gestão, que não deixou a documentação e o curso iniciará o planejamento em breve, por isso se a pesquisa for demorar algum tempo, podemos ajudá-lo sim.

Atenciosamente,



**Coordenacao do Curso de Licenciatura de Letras** <coordenacao.leple@unila.edu.br>  
para mim ▾

seg., 3 de mai. de 2021 23:11 ☆ ↶ ⋮

Boa noite, prezado Marlon Amaral,

Espero que estejas bem e com saúde!!

Que bacana a tua proposta de pesquisa!! Trabalhei na UFPA em Abaetetuba e Belem durante alguns anos, tenho alguns colegas ai na UNIFESSPA e um carinho enorme pelo PARÁ.

Neste link, da pagina do curso encontrarás o que precisas!!

<https://portal.unila.edu.br/graduacao/letras-espanhol-portugues>  
na aba matriz curricular e ppc

Caso precises de algo mais, estou a disposição !!

Um cordial abraço!

Boa tarde, prezado Marlon. Antes de tudo, gostaria de parabenizá-lo pela pesquisa, com uma temática altamente relevante.

Envio, conforme solicitado, o nosso PPC. Informo, todavia, que ele está em reformulação, o que faz com que ele não seja, atualmente, o espelho de nossas ações institucionais.

Cordialmente,

Oi, Marlon, me desculpe pela demora. Veja esta reportagem: [https://youtu.be/B75lct\\_jVM](https://youtu.be/B75lct_jVM)

...

Em dom., 13 de mar. de 2022 13:39, Marlon Amaral <[amaral.letras@gmail.com](mailto:amaral.letras@gmail.com)> escreveu:

Olá professora,

Eu mais uma vez por aqui.

Agora para saber um pouco mais sobre o curso de "vivências em português", você teria como me disponibilizar algum documento que caracterize essa ação em PLA/PLE? Um plano de ação, um ppc, uma portaria, um edital ou algo similar, o qual possa me servir como documento oficial para apresentar o curso, considerando que minha pesquisa trabalha com documentos. Desde já, agradecido. Aguardo seu retorno.

Atenciosamente,



**Celpe-Bras Unicamp** <[celpebrasunicamp@gmail.com](mailto:celpebrasunicamp@gmail.com)>

sex., 11 de fev. 19:30 ☆ ↩ ⋮

para mim ▾

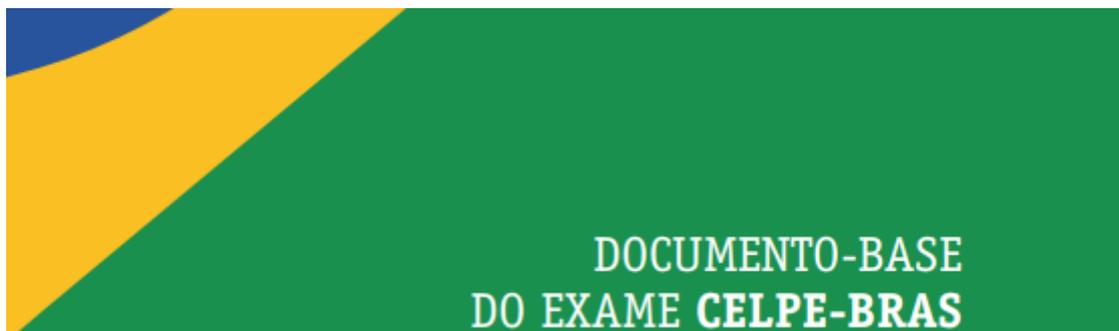
Boa noite!

O Idiomas sem Fronteiras disponibilizou alguns cursos, sim, você pode entrar em contato com a Profa. Dra. Ana Cecília ([ceciliabizon@gmail.com](mailto:ceciliabizon@gmail.com)) e com a Louise Pavan ([louisepavan@gmail.com](mailto:louisepavan@gmail.com)) para saber mais sobre eles.

Pode ser também que tenha havido algum curso no CEL, as professoras de lá que te indiquei no último e-mail poderão dizer melhor.

Atenciosamente,

## ANEXO 2 – SUMÁRIO DO DOCUMENTO-BASE DO EXAME CELPE-BRAS



<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 MARCO LEGAL</b> .....	<b>16</b>
1.1 Histórico e legislação.....	<b>17</b>
1.2 Objetivos e público-alvo .....	<b>18</b>
1.3 O Celpe-Bras como instrumento de política linguística .....	<b>19</b>
1.4 Efeitos retroativos do Celpe-Bras.....	<b>20</b>

## ANEXO 3 – RESOLUÇÃO Nº 01/2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

## RESOLUÇÃO Nº. 01/2018

Dispõe sobre a Política Linguística  
Institucional da Universidade Federal da  
Bahia.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação extraída da sessão realizada em 28.08.2018,

## RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política Linguística Institucional da Universidade Federal da Bahia.

CAPÍTULO I  
Dos Objetivos

Art. 2º A Política Linguística Institucional da Universidade Federal da Bahia tem como seus objetivos gerais a ampliação do acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras e à internacionalização da Universidade, constituindo-se, para isso, dos seguintes objetivos específicos:

- I - consolidar e expandir o acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras através da oferta de cursos gratuitos, do nível iniciante ao intermediário avançado, pelo Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) da Universidade;
- II - capacitar estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes para o uso de língua estrangeira em contexto acadêmico com finalidades específicas atreladas à internacionalização da Universidade, através da oferta de cursos do Núcleo de Línguas, no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras;
- III - oferecer cursos em interface online para estudantes e servidores da Universidade através do Núcleo de Línguas, no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras e do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) da UFBA;
- IV - oferecer sessões de prática de língua estrangeira através de atividades que envolvam estudantes e servidores da Universidade e estudantes estrangeiros;
- V - oferecer cursos de português como língua estrangeira de forma ampla e gratuita para estudantes do PEC-G, estudantes estrangeiros matriculados em cursos de graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores visitantes através do Núcleo de Línguas, no

âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras e do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) da própria Universidade;

VI - estimular o multilinguismo através da oferta de cursos de alemão, espanhol, francês, inglês e italiano;

VII - fomentar a formação de estudantes de licenciatura em línguas estrangeiras dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras através de sessões de formação voltadas para reflexões e práticas de ensino de idiomas;

VIII - dar apoio logístico à aplicação de testes de proficiência oferecidos pelo Núcleo de Línguas, no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras e do CELPE-Bras;

IX - firmar acordos internacionais com universidades estrangeiras de modo a viabilizar o intercâmbio de estudantes, tendo como uma de suas finalidades a imersão linguística e cultural;

X - incentivar eventos e oferta de disciplinas em línguas estrangeiras na Universidade;

XI - estimular a produção e publicação de textos acadêmicos em língua estrangeira;

XII - adequar os principais canais de informação da Universidade para as necessidades de uma instituição internacionalizada com a tradução das suas páginas principais;

XIII - promover ações de expansão e aprimoramento do ensino de línguas estrangeiras na Educação Básica, através da oferta de cursos de línguas estrangeiras para professores e estudantes.

## **CAPÍTULO II** **Das Competências**

**Art. 3º** As ações regidas pela Política Linguística da Universidade Federal da Bahia são realizadas através da Reitoria, Assessoria para Assuntos Internacionais, Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação, Direção do Instituto de Letras e Coordenação do Núcleo de Línguas no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras e do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) para estudantes e servidores da Universidade.

**I - à Assessoria para Assuntos Internacionais compete:**

a) estabelecer convênios de cooperação com universidades estrangeiras para a mobilidade acadêmica estudantil e parcerias no desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas;

b) realizar ações de acolhimento para estudantes estrangeiros;

c) compor o Conselho Gestor do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) para estudantes e servidores da Universidade; e

d) dar apoio ao Núcleo de Línguas no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras.

**II - À Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação compete:**

a) incentivar a produção científica em língua estrangeira na Universidade;

b) estimular o desenvolvimento de pesquisas com universidades estrangeiras;

c) compor o Conselho Gestor do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) para estudantes e servidores da Universidade na qualidade de presidente; e

d) dar apoio ao Núcleo de Línguas no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras.

**III - à Direção do Instituto de Letras compete:**

- a) acolher e incentivar ações de formação de professores de línguas estrangeiras;
- b) compor o Conselho Gestor do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) para estudantes e servidores da Universidade; e
- c) dar apoio ao Núcleo de Línguas no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras.

IV - ao Núcleo de Línguas, no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras, compete:

- a) oferecer cursos gratuitos de língua estrangeira com finalidades acadêmicas para estudantes e servidores da Universidade;
- b) promover atividades que expandam o acesso da comunidade universitária ao aprendizado de língua estrangeira mediante a oferta de cursos *online*, sessões de tutoria e atividades de conversação entre estudantes estrangeiros e estudantes e servidores da UFBA;
- c) aplicar exames de proficiência;
- d) aprimorar a formação de estudantes de Letras que atuam no Núcleo de Línguas através de sessões sobre ensino de língua estrangeira, supervisão de planos de ensino e observação de aulas;
- e) oferecer sessões de língua estrangeira para professores da Educação Básica.

V - ao Programa de Proficiência em Língua Estrangeira (PROFICI) para estudantes e servidores da UFBA compete:

- a) oferecer cursos gratuitos de línguas estrangeiras a partir do nível iniciante;
- b) dar apoio nas aplicações de exames de proficiência do Núcleo de Línguas no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras;
- c) promover sessões de capacitação para ensino de línguas estrangeiras;
- d) oferecer cursos na modalidade a distância para estudantes e servidores da Universidade.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Palácio da Reitoria, Sala dos Conselhos Superiores, 28 de agosto de 2018.

  
João Carlos Salles Pires da Silva  
Reitor

Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

ANEXO 4 – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA/LÍNGUA ESTRANGEIRA (UNICAMP)

**IV. GRADES CURRICULARES – HABILITAÇÃO “PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA/LÍNGUA ESTRANGEIRA”**

**CURSO 07 – LICENCIATURA EM LETRAS INTEGRAL**

5º SEMESTRE	
LA910 - Introdução aos Estudos de Português como L2/LE	4
Formação Específica: (Teoria+Orientação)	2
Prática:	2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

6º SEMESTRE	
LA 911 - A Sala de Aula de Português como L2/LE	4
Formação Específica: (Teoria+Orientação)	2
Prática:	2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

7º SEMESTRE	
LA 912 – Produção e Avaliação de Materiais para o Ensino de Português como L2/LE	4
Formação Específica: (Teoria+Orientação)	2
Prática:	2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>

8º SEMESTRE	
HL 913 - Políticas Linguísticas	4
Eletiva Habilitação em Português como L2/LE	2
Formação Específica: (Teoria+Orientação)	4
Prática :	2
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>

9º Semestre	
LA 915 – Monografia em Português como L2/LE I ou HL 915 – Monografia em Português como L2/LE I ou TL 915 - Monografia em Português como LE/LE I	8
LA 271 – Estágio Supervisionado em Português L2/LE I	10
Eletiva Habilitação em Português como L2/LE	2
Formação Específica: (Teoria+Orientação)	10

10º Semestre	
LA 916 - Monografia em Português como L2/LE II ou HL 916- Monografia em Português como L2/LE II ou TL 916 - Monografia em Português como L2/LE II	8
LA 281 – Estágio Supervisionado em Português como L2/LE II	10
Eletiva Habilitação em Português como L2/LE	4
Formação Específica: (Teoria+Orientação)	12

## ANEXO 5 – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS VERNÁCULAS E PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (UFBA)

<b>MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS VERNÁCULAS E PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA – LICENCIATURA</b>								
CARGA HORÁRIA: 3264H + 200H (ATIVIDADES COMPLEMENTARES) = 3464H								
1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE	9º SEMESTRE
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS 68H / 4H	ESTUDO DE TEORIAS E REPRESENTAÇÕES DA LITERATURA E DA CULTURA 68H / 4H	A LITERATURA BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE 68H / 4H	O CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO 68H / 4H	LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA 68H / 4H	*SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES - ENSINO 34H			
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS 68H / 4H	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA 68H / 4H	A LITERATURA PORTUGUESA E O IMAGINÁRIO BRASILEIRO 68H / 4H	INTRODUÇÃO AO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA 68H / 4H	A LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA 68H / 4H	A PRODUÇÃO DE TEXTOS NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA 68H / 4H	AVALIAÇÃO DA PROFICIÊNCIA DE FALANTES DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA 68H / 4H		
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LÍNGUA LATINA 68H / 4H	LEITURA DE TEXTOS EM LÍNGUA LATINA 68H / 4H	INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA ROMÂNICA 68H / 4H	TEORIAS LINGÜÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS 68H / 4H	OPTATIVA (LET) 68H / 4H	OPTATIVA (LET) 68H / 4H	OPTATIVA (LET) 68H / 4H		
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA 68H / 4H	MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA 68H / 4H	SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA 68H / 4H	A LÍNGUA PORTUGUESA NO DOMÍNIO DA ROMÂNIA 68H / 4H	A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL 68H / 4H	OPTATIVA (LET) 68H / 4H	OPTATIVA (LET) 68H / 4H		
*LÍNGUA ESTRANGEIRA EM NÍVEL BÁSICO 102H / 6H	*LÍNGUA ESTRANGEIRA EM NÍVEL INTERMEDIÁRIO 102H / 6H	*LÍNGUA ESTRANGEIRA EM NÍVEL AVANÇADO 102H / 6H	INTRODUÇÃO À SEMÂNTICA 34H / 2H	OPTATIVA (LET) 68H / 4H	*LEITURA DE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS 34H / 2H	*LEITURA DE PRODUÇÕES DA MÍDIA 34H / 2H	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA 136H / 8H	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA 136H / 8H
*OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS 68H / 4H	*TÉCNICAS DE PESQUISA 68H / 4H	INTRODUÇÃO À ANÁLISE TEXTUAL 34h / 2h	OPTATIVA (LET) 68H / 4H	SEMINÁRIOS INTERDISCIPLINARES (EDC) 68H / 4H	DIDÁTICA E PRAXIS PEDAGÓGICA I 68H / 4H	DIDÁTICA E PRAXIS PEDAGÓGICA II 68H / 4H	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I DE LÍNGUA PORTUGUESA 136H / 8H	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II DE LÍNGUA PORTUGUESA 136H / 8H
<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES – 200 HORAS</b>								
TOTAL: 442H	TOTAL: 442H	TOTAL: 408H	TOTAL: 374H	TOTAL: 408H	TOTAL: 340H	TOTAL: 306H	TOTAL: 272H	TOTAL: 272H

## ANEXO 6 – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS – ESPANHOL E PORTUGUÊS COMO LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (UNILA)

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITOS (P) / CORREQUISITOS (C)	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA (HORA-AULA)				TOTAL
			TEÓRICA	PRÁTICA TÉCNICO-CIENTÍFICA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (Atividade de Ensino - 2022/2023)	ESTÁGIO OBRIGATORIO	
<b>1º SEMESTRE</b>							
ESPAÑHOL / PORTUGUÊS ADICIONAL BÁSICO		6	102	0	0	-	102
FUNDAMENTOS DA AMÉRICA LATINA I		4	68	0	0	-	68
FUNDAMENTOS DA LINGÜÍSTICA		2	34	0	0	-	34
LINGÜÍSTICA TEXTUAL		2	34	0	0	-	34
POÉTICAS LATINO-AMERICANAS I		4	68	0	0	-	68
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LINGÜAGEM		2	34	0	0	-	34
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>20</b>	<b>340</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>340</b>
<b>2º SEMESTRE</b>							
ESPAÑHOL / PORTUGUÊS ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I	(p) Espanhol / Português Adicional Básico	6	102	0	0	-	102
FUNDAMENTOS DA AMÉRICA LATINA II		4	68	0	0	-	68
INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO		4	68	0	0	-	68
POÉTICAS LATINO-AMERICANAS II		4	68	0	0	-	68
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA GRAMÁTICA		2	34	0	0	-	34
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>20</b>	<b>340</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>340</b>
<b>3º SEMESTRE</b>							
ESTUDOS DA LÍNGUA ESPANHOLA / PORTUGUESA I	(p) Espanhol / Português Adicional Intermediário I	4	68	0	0	-	68
FUNDAMENTOS DA AMÉRICA LATINA III	(p) Fundamentos da América Latina I e II	2	34	0	0	-	34
ÉTICA E CIÊNCIA		4	68	0	0	-	68
POÉTICAS LATINO-AMERICANAS III		4	68	0	0	-	68
FONÉTICA E FONOLOGIA (ESPAÑHOL / PORTUGUÊS)	(p) Introdução aos Estudos da Gramática; Fundamentos da Linguística	4	51	0	17	-	68
DIDÁTICA DO ENSINO DE LÍNGUAS		2	17	17	-	-	34
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>20</b>	<b>306</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>340</b>
<b>4º SEMESTRE</b>							
ESTUDOS DA LÍNGUA ESPANHOLA / PORTUGUESA II	(p) Estudos da Língua Espanhola / Portuguesa I	4	68	0	0	-	68
POÉTICAS LATINO-AMERICANAS IV		4	68	0	0	-	68
MORFOSSINTAXE (ESPAÑHOL / PORTUGUÊS)	(p) Introdução aos Estudos da Gramática; Fundamentos da Linguística	4	51	0	17	-	68
LINGÜAGEM EM CONTEXTO SOCIAL		4	51	0	17	-	68
HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO		4	68	0	0	-	68
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>20</b>	<b>306</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>-</b>	<b>340</b>
<b>5º SEMESTRE</b>							
ESTUDOS DA LÍNGUA ESPANHOLA / PORTUGUESA III	(p) Estudos da Língua Espanhola/Portuguesa II	4	68	0	0	-	68
LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA	(p) Fonética e Fonologia Espanhol/Português; Morfossintaxe Espanhol/Português	4	51	0	17	-	68
TEORIAS DA LITERATURA		4	68	0	0	-	68
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO		4	68	0	0	-	68
LABORATÓRIO DE LINGÜÍSTICA APLICADA I	(p) Fonética e Fonologia (Espanhol/Português), Morfossintaxe (Espanhol/Português), Espanhol/Português Adicional Básico, Espanhol/Português Intermediário I, Estudos da Língua Espanhola/Portuguesa I	12	68	0	136	-	204
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>28</b>	<b>323</b>	<b>0</b>	<b>153</b>	<b>-</b>	<b>476</b>
<b>6º SEMESTRE</b>							
ESTUDOS DA LÍNGUA ESPANHOLA / PORTUGUESA IV	(p) Estudos da Língua Espanhol / Portuguesa III	4	51	0	17	-	68
POLÍTICAS EDUCACIONAIS		4	68	0	0	-	68
POÉTICAS LATINO-AMERICANAS V		4	68	0	0	-	68
LABORATÓRIO DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	(p) História e Filosofia da Educação; Psicologia da Educação	12	68	0	136	-	204
LIBRAS		4	68	0	0	-	68
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>28</b>	<b>323</b>	<b>0</b>	<b>153</b>	<b>-</b>	<b>476</b>
<b>7º SEMESTRE</b>							
POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS		4	68	0	0	-	68
LETRAMENTOS		4	51	0	17	-	68
AVALIÇÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	(p) Laboratório de Linguística Aplicada I	2	17	0	17	-	34
ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS PARA CRIANÇAS		2	17	17	-	-	34
LABORATÓRIO DE POÉTICAS E ENSINO		10	68	0	102	-	170
ESTÁGIO OBRIGATORIO I - ESPAÑHOL E PORTUGUÊS	(p) Estudos da Língua Espanhola/Portuguesa IV; Laboratório de Pesquisa e Prática Pedagógica; Laboratório de Linguística Aplicada I; História e Filosofia da Educação; Psicologia da Educação	12	68	-	-	136	204
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>34</b>	<b>289</b>	<b>17</b>	<b>136</b>	<b>136</b>	<b>578</b>

8º SEMESTRE							
POÉTICAS LATINO-AMERICANAS VI		4	68	0	0	-	68
LINGUAGENS DIGITAIS	(p) Letramentos	2	17		17		34
OPTATIVA		4	-	-	-	-	68
LABORATÓRIO DE LINGÜÍSTICA APLICADA II	(p) Laboratório de Linguística Aplicada I	10	68	0	102	-	170
ESTÁGIO OBRIGATORIO II - PORTUGUÊS	(p) Estágio Obrigatório I - Espanhol e Português	13				221	221
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>33</b>	<b>153</b>	<b>0</b>	<b>119</b>	<b>221</b>	<b>561</b>
9º SEMESTRE							
POÉTICAS LATINO-AMERICANAS VII		4	68	0	0	-	68
EDUCAÇÃO INCLUSIVA		4	68	-	-	-	68
LABORATÓRIO DE LINGUA-CULTURA GUARANI E INTERCULTURALIDADE	(p) Laboratório de Linguística Aplicada I: Laboratório de Pesquisa e Prática Pedagógica.	10	68	-	102	-	170
ESTÁGIO OBRIGATORIO III - ESPANHOL	(p) Estágio Obrigatório I e II	13	-	-	-	221	221
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	(p) Estágio Obrigatório I	8	68	0	68	0	136
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>39</b>	<b>272</b>	<b>0</b>	<b>170</b>	<b>221</b>	<b>663</b>
10º SEMESTRE							
OPTATIVA		6	102	-	-	-	102
ESTÁGIO OBRIGATORIO IV - PORTUGUÊS E ESPANHOL	(p) Estágio Obrigatório I, II e III	12	-	-	-	204	204
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	(p) Trabalho de Conclusão de Curso I	10		0	170	-	170
<b>TOTAL PARCIAL SEMESTRAL</b>		<b>28</b>	<b>102</b>	<b>0</b>	<b>170</b>	<b>204</b>	<b>476</b>
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES							
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES		19	-	-	-	-	323
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO							
HORA-AULA	HORA-RELÓGIO	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA-RELÓGIO) ( Duas Habilitações)					
4913	4094	3200					
TOTAL CARGA HORÁRIA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (HORA/RELÓGIO)		793	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA/RELÓGIO)		400		
TOTAL ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES (HORA/RELÓGIO)		269	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA/RELÓGIO)		200		
TOTAL ESTÁGIO OBRIGATORIO (HORA/RELÓGIO)		652	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA/RELÓGIO)		400		

### 9.2.1. Núcleo comum

Componente curricular	Carga horária
Espanhol/ Português Adicional Básico	102h
Espanhol/ Português Adicional Intermediário I	102h
Fundamentos de América Latina I	68h
Fundamentos de América Latina II	68h
Fundamentos de América Latina III	34h
Introdução ao Pensamento Científico	68h
Ética e Ciência	68h

Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução COSUEN nº 014 de 08 de Agosto de 2014 e alterado pelo Adendo III da Resolução nº 01 de 28 de Janeiro de 2020.

### 9.2.2. Núcleo Específico Obrigatório

Componente Curricular	Carga horária
Introdução aos Estudos da Linguagem	34h
Fundamentos da Linguística	34h
Linguística Textual	34h
Introdução aos Estudos da Gramática	34h

Fonética e Fonologia (Espanhol/ Português)	68h
Morfossintaxe (Espanhol/ Português)	68h
Linguística Contrastiva	68h
Linguagem em Contexto Social	68h
Avaliação em Línguas Estrangeiras	34h
Estudos da Língua Espanhola / Portuguesa I, II, III e IV	272h
Poéticas Latino-Americanas I, II, III e IV, V, VI e VII	476h
Teorias da Literatura	68h
Letramentos	68h
Linguagens Digitais	34h
Políticas Linguísticas	68h
Trabalho de Conclusão de Curso I e II	306h